

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMANDA DA SILVA

**DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” À FAMÍLIA HETERONORMATIVA: UMA
ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA**

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

AMANDA DA SILVA

**DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” À FAMÍLIA HETERONORMATIVA: UMA
ANÁLISE DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBA**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Rita de Assis César

CURITIBA
2017

Catálogo na publicação
Mariluci Zanela – CRB 9/1233
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Amanda da

Da “ideologia de gênero” à família heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba / Amanda da Silva – Curitiba, 2017.

136 f.; 29 cm.

Orientadora: Maria Rita de Assis César
Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Gênero - Ideologia e educação. 2. Planejamento educacional – Curitiba (PR). 3. Sexo - Diferenças (Educação). 4. Heteronormatividade. I. Título.

CDD 371.422

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **AMANDA DA SILVA**, intitulada: "**Da "Ideologia de Gênero" à família heteronormativa: uma análise do Plano Municipal de Educação de Curitiba**" após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua_no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 14 de Dezembro de 2017.



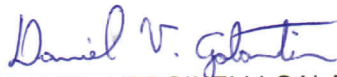
MARIA RITA DE ASSIS CESAR
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



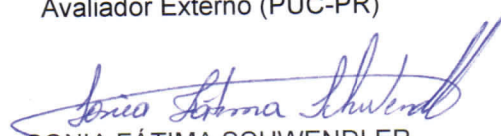
ELIANE ROSE MAIO
Avaliador Externo (UEM)



PRISCILA PIAZZENTINI VIEIRA
Avaliador Externo (UFPR)



DANIEL VERGINELLI GALANTIN
Avaliador Externo (PUC-PR)



SONIA FÁTIMA SCHWENDLER
Avaliador Interno (UFPR)

*Para Juliana.
Por uma vida mais livre.*

AGRADECIMENTOS

À **Maria Rita de Assis César**, por ser essa inspiração de mulher e por abrir, na universidade, esse espaço de discussão do feminismo e das temáticas relacionadas ao gênero. Agradeço por toda generosidade intelectual e por ter me permitido assistir às suas aulas no PPGE quando eu ainda cursava o segundo ano da graduação. Sou grata por ter me dado a autonomia necessária para escolher os caminhos que essa pesquisa iria tomar e, principalmente, pelos momentos em que pude contar com você para além da dissertação. Espero que a nossa parceria continue para além dessa vida.

À **Sônia Fatima Schwendler**, pela leitura atenta do texto na disciplina de seminário de dissertação e por todas as indicações feitas na banca de qualificação. Obrigada por entender a importância do tema desta pesquisa e, também, pela possibilidade de discuti-la na sua disciplina.

À **Priscila Piazzentini Vieira** e ao **Fernando Seffner**, por participaram da banca de qualificação e pela leitura fundamental que fizeram do texto. Com certeza, seus apontamentos deram forma a essa dissertação e ao projeto de doutorado.

À **Eliane Maio**, à **Sônia de Fatima Schwendler** e a **Priscila Piazzentini Vieira**, por aceitarem participar da banca de defesa e ao **Rogério Junqueira** pela leitura do projeto de doutorado. Agradeço pela disponibilidade e pelas generosas contribuições.

Ao **Daniel Verginelli Galantin** e ao **André de Macedo Duarte**, por aceitarem o convite de fazer parte da banca de defesa como suplentes.

Ao **André de Macedo Duarte**, ao **Jamil Cabral Sierra** e à **Sueli Fernandes** pelas discussões que possibilitaram durante as aulas e pela proposição de trabalhos que sempre ajudaram na construção da dissertação.

À **Juliana Schultz**, pela vida compartilhada, pela cumplicidade e pela escolha de estar ao meu lado. Obrigada por me incentivar e por entender as noites em que dormimos separadas em função da escrita. Agradeço pela vida que temos construído, pelos planos

futuros, pelas realizações conjuntas e pela família que formamos. Você conseguiu despertar meu lado mais gentil e mais carinhoso. Te amar tem sido um dos melhores aprendizados.

À **Juslaine Abreu Nogueira**, amiga-mãe, que me ofereceu colo sempre que precisei e que me ensinou que família é muito mais um laço de afeto do que um traço de sangue. Obrigada por ter me iniciado na pesquisa documental, por ter me apresentado Foucault e por ter feito eu me aprofundar nos estudos de gênero. Agradeço pelas inspirações teóricas e por todos os momentos de ternura. Sempre terá um pedacinho de você caminhando comigo.

À **Dayana Brunetto Carlin dos Santos**, por toda a gentileza de ter lido meu projeto antes mesmo do processo de seleção. Por mais que o objeto de pesquisa seja outro, suas correções e considerações teóricas foram fundamentais para a construção dessa pesquisa.

À **Jasmine Moreira** e à **Carolina Langnor**, por todas as discussões teóricas e metodológicas, por terem disponibilizado suas pesquisas e, acima de tudo, por todo o carinho com que me receberam no programa.

À **Tamires Tolomeotti**, pelo companheirismo nas disciplinas, por todas as conversas sobre nossos objetos de pesquisa e pela companhia indispensável durante a realização do mestrado.

À **Cristiane do Rocio Wosniak**, por ter me orientado no período de graduação e por ter organizado tudo o que foi necessário para que a banca de defesa do trabalho de conclusão de curso acontecesse antes do prazo, possibilitando meu ingresso no mestrado.

À **Karina Mottin** e à **Marcielly Moresco**, pela leitura atenta que fizeram do texto antes da banca de qualificação.

À **Flávia Centenaro de Oliveira**, pela amizade doce, leve e disponível. Obrigada por ser a melhor companheira de viagens e a melhor amiga poliglota dessa vida. Agradeço todo o empenho e todo o tempo empreendido nas correções da tradução do francês.

À **Nayara Bernardes de Assis**, pela convivência de anos, por compartilhar das mesmas angústias e por ter trilhado, ao meu lado, esse caminho até o mestrado. Obrigada por todos os encontros de estudos e pelos incentivos para passar madrugadas em claro.

À **Melissa Alves de Aguiar**, à **Karina dos Santos**, à **Amanda Rodrigues Luiz**, à **Luiza Gomes**, à **Jéssica Oliveira**, à **Fernanda Savioli**, à **Graciele Gazola**, à **Franciele Gil Petean**, à **Paolla Fernanda** e à **Luciane Reche**, amigas inseparáveis com quem compartilhei muitos momentos importantes da vida. Obrigada por terem me ouvido falar sobre a dissertação, por todo o incentivo e por terem compreendido os momentos em que não pude estar presente. Vocês foram fundamentais para a construção dessa pesquisa.

Ao **Programa de Pós-Graduação em Educação** da Universidade Federal do Paraná e principalmente às secretárias do PPGE, **Cinthia** e **Sandra**, por serem tão prestativas e por toda a ajuda com a documentação necessária para o upgrade.

À **CAPES**, por conceder a bolsa que tornou possível a realização dessa pesquisa.

“Hear not the frantic cries of the leaders who in that they seek to lead desert us.”

Virginia Woolf¹

¹ (WOOLF, 1992, p.156).

RESUMO

Considerando o momento político brasileiro atual e o forte enfrentamento aos temas de gênero e sexualidade nos planos nacional, estaduais e municipais de educação, esta pesquisa propõe-se a analisar as dez emendas aprovadas feitas ao projeto de lei N° 005.00129.2015 que deu origem ao Plano Municipal de Educação de Curitiba, bem como um Requerimento de Pedido de Informações Oficiais do Município (código 062.00056.2016) e um Projeto de Emenda À Lei Orgânica (N° 001.00005.2015), buscando compreender como um discurso bio-religioso serviu de suporte para justificar as ações de retirada dos termos ligados à diversidade dos planos educacionais, fazendo com que uma norma heterossexual, fosse, sempre, reiterada. Nesse caminho, mediante a apresentação de documentos eclesiais e de acontecimentos contemporâneos, este trabalho intenta traçar uma espécie de genealogia do que ficou conhecido como “ideologia de gênero”. Além disso, pretende-se compreender como uma ideia de valores morais da família passa a caminhar lado a lado com a educação, tentando perceber a centralidade que o gênero, ou uma correspondência entre sexo-gênero, passa a exercer nesse cenário. Ao mesmo tempo, aponta-se a importância do corpo e da dança para a constituição do processo dessa pesquisa no campo educacional. Assim, a partir de uma teorização pós-estruturalista, ancorada principalmente em Michel Foucault e Judith Butler, este estudo propõe-se a pensar o corpo e a sexualidade do ponto de vista político, percebendo o impacto que esse cerceamento da linguagem no plano legislativo tem causado na educação.

Palavras chave: Ideologia de gênero. Planos de Educação. Corpo. Heteronormatividade.

ABSTRACT

Considering the present Brazilian political moment and strong confronting to the gender, sexuality and diversity themes in national, state and local education plans, this research intends to analyze ten approved amendments proposed to the project N° 005.00129.2015 that resulted to the Municipal Education Plan of Curitiba, as well as a requirement of official information from the county (code 062.00056.2016), and an Amendment Project to the Organic Law (N° 001.00005.2015). The purpose of the analysis is to understand how a biological and religious discourse was used to justify the removal of the terms related to diversity in Education Plans, reaffirming a heterosexual norm. In this way, through the presentation of ecclesiastical documents and contemporary events, this work attempts to trace a kind of genealogy of what was called "gender ideology". It is also a purpose of this research to figure out how an idea of moral values of the Brazilian family passes to go hand in hand with education, trying to understand the importance of gender, or a gender-sex correspondence, in this political moment. At the same time, it's also a goal to stand out the importance of body and dance for the process of this research in the educational studies. Thus, from a post-structuralist theory, based mostly in Michel Foucault and Judith Butler, this research proposes to think about body and sexuality from a political point of view, realizing the impact that this restriction of the language in the legislative plane has caused in the education.

Keywords: Gender Ideology. Education Plans. Body. Heteronormativity.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MARISA LOBO COM O CARTAZ “RESPEITO A FAMÍLIA” NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA	60
FIGURA 2 – MEMBROS DO IPCO NA SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA	61
FIGURA 3 – MEMBROS DO IPCO NA SESSÃO DE VOTAÇÃO	62
FIGURA 4 – VEREADOR CHICO DO UBERABA COM O CARTAZ “GÊNERO NÃO!” NA VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA	63
FIGURA 5 – SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA	118
FIGURA 6 – MANIFESTANTES “PRÓ-FAMÍLIA” NA SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA	118
FIGURA 7 – INTERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NA SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME	119

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EMENDA SUPRESSIVA CÓDIGO 033.00019.2015	67
QUADRO 2 – EMENDA SUPRESSIVA CÓDIGO 033.00020.2015	67
QUADRO 3 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00069.2015	82
QUADRO 4 – EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO 035.00033.2015	84
QUADRO 5 – EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO 035.00028.2015	84
QUADRO 6 - EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO: 035.00026.2015	90
QUADRO 7 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00048.2015	91
QUADRO 8 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00075.2015	98
QUADRO 9 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00074.2015	104
QUADRO 10 – EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO 035.00034.2015	104
QUADRO 11 – REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO CÓDIGO 062.00056.2016	111
QUADRO 12 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001.00005.2015	113

LISTA DE TABELAS

TABELA1 – EMENDAS SUBMETIDAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA
Nº005.00129.2015 QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 52

TABELA 2 – EMENDAS RETIRADAS PELO AUTOR QUE TIVERAM SUAS
PROPOSIÇÕES APROVADAS EM OUTRAS EMENDAS 55

LISTA DE SIGLAS

AAP – *American Academy of Pediatricians*

ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis

ACP – *American College of Pediatricians*

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CID – Classificação Internacional de Doenças

DEM – Partido Democratas

DSM – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*

FME – Fórum Municipal de Educação

GALE – Global Alliance for LGBT Education

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

IPCO – Instituto Plínio Correa de Oliveira

LABIN – Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação

LDB – Lei de diretrizes e Bases da Educação

LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Interssexuais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEE – Plano Estadual de Educação

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a docência

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PME – Plano Municipal de Educação

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PNE – Plano Nacional de Educação

PP – Partido Progressista

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

RadFem – Radical feminism

REDE – Partido Rede Sustentabilidade

SD – Partido Solidariedade

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

TERF – *Trans-exclusionary radical feminism*

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
PARTE I – A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”	26
1.1 Os documentos eclesiais e o discurso religioso	26
1.2 O contexto mundial	42
PARTE II – O CENÁRIO BRASILEIRO	51
2.1 Os caminhos da pesquisa	51
2.2 O caso de Curitiba	58
2.3 Do Projeto “Escola sem Homofobia” ao “Projeto Escola sem Partido”	64
PARTE III – SEXUALIDADE: UM DISPOSITIVO DE CONTROLE	71
3.1 Das práticas da confissão a uma ciência sexual	71
3.2 Do dispositivo de aliança ao dispositivo da sexualidade	74
PARTE IV – A MORAL DE GÊNERO	88
4.1 Família e educação	88
4.2 O conceito de gênero	92
4.3 As questões do PME	97
PARTE V – A MORAL DO GÊNERO	109
5.1 O gênero como performatividade	109
5.2 Ideologia, diversidade e escola	112
6 CODA	122
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE – TRADUÇÃO DO TEXTO EGLISE, SEXE ET GENRE : LA PART MAUDITE	129

INTRODUÇÃO

Chegou o tempo de pensar sobre o sexo. Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social. Gayle Rubin²

Em 1984 Gayle Rubin publicava *“Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality”* e já demonstrava que, em um contexto estadunidense, a extrema direita e o fundamentalismo religioso, muito bem articulados, promoveram inúmeras e incansáveis batalhas contra os direitos gays, a educação sexual, o aborto e o currículo escolar. Esses conflitos deixaram marcas na forma de leis e decretos e modificaram a dinâmica social, fazendo com que as maneiras de se viver a sexualidade fossem diretamente afetadas. Era 1984, mas não poderia deixar de ser mais atual. Ao descrever os diversos ataques que a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) sofreu no final do século XIX e no século XX, Gayle Rubin faz uma espécie de previsão do que aconteceria no cenário político-educacional brasileiro no período de construção do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014³.

Como previsto na Lei Nº9. 394, de 20 de Dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), a União deverá encaminhar ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, produzida na Conferência de Jomtien, em 1990. Entretanto, com a representação expressiva de ruralistas, latifundiários, evangélicos⁴ e defensores de propostas ligadas à segurança pública no Congresso Nacional,

² Rubin, (2003, p.01)

³ Ao evidenciar o movimento de exclusão das pautas LGBT no PNE 2014, Jasmine Moreira (2016) investiga os modos pelos quais se constroem políticas públicas para a população LGBT, analisando as formas de produção de exclusão no interior do exercício do poder e demonstrando como se constituiu um pânico moral permanente em torno da “ideologia de gênero”.

⁴ Mesmo considerando que a utilização das formas "o/a", "a/o" tem seu caráter político importante uma vez que deixam claro o apagamento histórico do feminino na língua, e que os sinais "X" e "@" indicam um rompimento com a dicotomia feminino/masculino, irei, nesse texto, transitar entre o masculino e o feminino como modo de facilitar a leitura e, também, de manter uma posição teórico-política que acredita na fluidez e na transitoriedade dos sujeitos e da língua. (SIERRA, 2013).

presenciamos uma onda fundamentalista tomando conta do País e conquistando cada vez mais espaço no poder público. O que se vê nesse período é um cenário político conservador e a emergência de um discurso religioso fundamentalista que se materializa no que ficou conhecido, no Brasil, como “ideologia de gênero”⁵.

Tramitando no Congresso Nacional desde 2011 e submetido ao Senado em 25 de Outubro de 2012 o Projeto de Lei Nº 8.035/2010, que daria origem ao PNE 2014, volta para a Câmara em 02 de Janeiro de 2014 por ter sido modificado pelos Senadores. (BRASIL, 2014). Uma das principais modificações feitas no Projeto de Lei estava no inciso III do artigo 2º que define a superação das desigualdades educacionais como uma das diretrizes do Plano Nacional de Educação. O texto aprovado originalmente na Câmara definia que a superação das desigualdades educacionais teria ênfase na “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (BRASIL, 2012). Já no texto sugerido pelo Senado a superação das desigualdades educacionais estava representada de forma genérica e global e teria ênfase na “promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012b). Após um debate que mobilizou políticos, universidades, a comunidade LGBTI e as lideranças religiosas, o conflito terminou favorável ao Senado e todas as menções ao gênero e à orientação sexual foram excluídas da redação final do PNE, aprovado em 03 de Junho de 2014. (BRASIL, 2014).

Nesse caminho, os Planos de educação das esferas estaduais e municipais tiveram até o ano de 2015 para adequar suas metas e estar em consonância com o proposto no PNE. Ou seja, esse enfrentamento aos termos gênero, diversidade e orientação sexual não aconteceu somente em nível nacional. A Lei Nº 18.492, que aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) do Paraná, foi votada na Assembleia Legislativa no dia 23 de junho de 2015 e omitiu qualquer referência à palavra gênero.

Seguindo o mesmo exemplo, diversas vereadoras submeteram emendas substitutivas, modificativas e supressivas – relacionadas ao tema da diversidade – ao projeto de lei que deu origem ao Plano Municipal de Educação (PME) de Curitiba com o intuito de limitar as discussões referentes ao gênero e à sexualidade na escola. O documento original possuía metas e estratégias aprovadas durante a Conferência Municipal de Educação, que contou com a participação de gestores da educação, estudantes, trabalhadores do ramo, movimentos

⁵ Por entender que esse meta-conceito (CÉSAR, 2016) foi produzido para deslegitimar os estudos de gênero e as demandas do movimento LGBTI, a expressão “ideologia de gênero” será sempre grafada entre aspas.

sociais e entidades científicas. Assim, a sessão de votação⁶ foi marcada por manifestações entre religiosos, pesquisadoras e militantes, que ocuparam a capacidade máxima da câmara e, mesmo com a mobilização dos movimentos feministas e LGBTI, a Lei Nº14.681/2015 foi aprovada em 24 de Junho de 2015 sem contemplar os termos e as discussões referentes à diversidade, gênero e orientação sexual.

Fora dos Planos de Educação, gênero e sexualidade são excluídos, conseqüentemente, dos currículos. No Brasil, a relação entre gênero, sexualidade e o ambiente escolar sempre foi conturbada. Por mais que a história dessa relação tenha seu ápice nos anos 1990, os anos vinte e trinta do século XX abrigaram as primeiras preocupações, respaldadas em discursos higienistas e eugênicos, de médicos, intelectuais e professores, com a educação do sexo das crianças. (CÉSAR, 2009). Falar sobre o sexo constitui-se, assim, como elemento fundamental no discurso educacional brasileiro.

Deste modo, no Brasil, a educação para o gênero e para a sexualidade na escola, nos currículos e em documentos oficiais foi pautada na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e na gravidez na adolescência. Contra essa visão normativa, os movimentos feministas, gays e lésbicos e as lutas étnico-raciais, dos anos 1960, desenvolveram novos entendimentos sobre o papel do gênero e da sexualidade na educação. No contexto nacional, principalmente em centros como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, foram desenvolvidas experiências de educação sexual inseridas em uma prática de renovação pedagógica. Dentre elas destacaram-se o Colégio de Aplicação, sob direção do Departamento de Educação da Universidade de São Paulo; os Ginásios Vocacionais, coordenados por Maria Nilde Mascelani; e os Ginásios Pluricurriculares sob a responsabilidade de Terezinha Fram. (WEREBE, 1998).

Com o início da ditadura militar, em 1964, a educação sexual foi proibida nas instituições e banida das discussões pedagógicas, onde “as iniciativas que conseguiam resistir e burlar o controle se tornaram experiências de resistência. [...] Nas décadas seguintes, a educação sexual foi tomada como um dos marcos educacionais das lutas pela democratização do país.” (CÉSAR, 2009, p.41). Com o fim da ditadura, em meados dos anos 1980, a

⁶ Relação de vereadores que votaram a Lei Nº14.681/2015: Aladim Luciano (PV), Aldemir Manfron (PP), Beto Moares (PSDB), Cacá Pereira (PSDC), Carla Pimentel (PSC), Chicarelli (PSDC), Chico do Uberaba (PMN), Colpani (PSB), Dirceu Moreira (PSL), Dona Lourdes (PSB), Felipe Braga Cortes (PSD), Geovane Fernandes (PTB), Helio Wirbiski (PPS), Jairo Marcelino (PSD), Jorge Bernardi (REDE), Mauro Ignacio (PSB), Mestre Pop (PSC), Noemia Rocha (PMDB), Paulo Rink (PR), Paulo Salamuni (PV), Pier Petruzzello (PTB), Professor Galdino (PSDB), Rogério Campos (PSC), Sabino Picolo (DEM), Serginho do Posto (PSDB), Tico Kuzma (PROS), Tito Zeglin (PDT), Toninho da Farmácia (PDT), Zé Maria (SD). Votos contrários: Professora Josete (PT), Pedro Paulo. (PDT).

epidemia do HIV/AIDS estimulou a produção de estratégias biopolíticas e armou uma grande campanha de prevenção, instalando medidas de higiene sexual e de uso da camisinha. A escola passa a se configurar como local essencial para a difusão de informações sobre o “sexo seguro”. Os discursos médicos de saúde, de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez na adolescência e ao uso de drogas, tomaram conta do espaço escolar.

Já no âmbito das reformas educacionais nacionais da década de 1990, o governo elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que instituíram a educação sexual como um tema transversal. Apesar do avanço, a partir da publicação dos PCNs, os currículos começam a ser pautados em uma retórica de respeito e tolerância.

Nesse panorama, os próprios sujeitos da diversidade sexual passam, respaldados pelos movimentos sociais, a reivindicar seu lugar na escola, usando, como estratégia, cada vez mais um dizer sobre si mesmo, uma espécie de *outing* da nossa época, em que não basta apenas revelar-se gay; antes, é preciso confessar a verdade sobre seu sexo e sua sexualidade e oferecer aos aparatos de governmentamento insumo para o estabelecimento de uma certa conformação identitária do corpo, do sexo, da sexualidade. Com isso, esses sujeitos ajustam-se aos projetos educacionais normalizadores que estabelecem os princípios de *viabilidade-moral-econômica* dos corpos e de como esses corpos devem ocupar seus lugares a partir das categorias identitárias a eles conferidas. (SIERRA, 2013, p. 79-80).

Desta maneira, deslocar essa retórica tolerante não significa compactuar com os modos históricos de exclusão e violência, mas, sobretudo, propor outro olhar sobre a questão: deixando de entender identidade e diferença como um dado natural, estável, fixo, imutável e a-histórico, para compreendê-las social e culturalmente inscritas em processos linguísticos-discursivos e significadas nas relações de poder. (SILVA, 2002). Sendo assim, esse jogo que opera sob a lógica humanista do “somos todos iguais”, acaba por promover práticas discursivas e não-discursivas de governamentalidade⁷ capazes de gerenciar a vida das populações anormais (e das que se colocam dentro da norma também), abarcando-as no caminho do corpo normal e produtivo.

É nesse processo de abarcamento das subjetividades em um todo identitário unificado que o Estado coloca a possibilidade de reconhecer as reivindicações por direitos civis feitos pelos movimentos sociais. Desta maneira, ao estabelecer um sujeito de direito que é digno de receber tais políticas públicas, determina-se um modo identitário de existência, no

⁷ Termo criado por Foucault para designar as novas formas de governmentamento da população, não ligadas exclusivamente ao Estado e sim difundidas pelo campo social, já que “refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” de modo que “nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.” (FOUCAULT, 2008, p. 164).

qual o principal objetivo é “não só o de conduzir a conduta desses sujeitos, mas também o de fazer com que eles mesmos conduzam suas vidas em direção à viabilização de seus corpos e práticas à [...] uma moral sexual e à uma economia do corpo e das práticas já bem estabelecidas pela heteronormatividade” (SIERRA, 2013, p.58). Ou seja, ao mesmo tempo em que os princípios identitários são utilizados de maneira estratégica para concessão de direitos negados historicamente à população LGBTI, eles acabam por formatar os sujeitos e, conseqüentemente, excluir aqueles que não se encaixam no jogo normalizador comandado pela heteronormatividade⁸.

É nesse sentido que antes investigávamos a parceria entre movimentos sociais e Estado⁹, e questionávamos uma lógica identitária de inclusão dos sujeitos LGBTI que, mesmo gerando uma inserção social não questionavam a norma heterossexual, fortalecendo, cada vez mais, a exclusão de modos de vida que não se encaixam em um modelo identitário. Atualmente, com a investida dos setores conservadores, as agendas de pesquisa mudaram completamente, passamos a ter que lidar com questões que já estavam superadas. A educação sofre um grande retrocesso, principalmente nas questões ligadas ao gênero e à sexualidade.

Sendo assim, apresentar o percurso de investigação dessa pesquisa é, de certo modo, mostrar minha trajetória, o que me constituiu como sujeito no mundo. Das memórias que trago comigo, foram três encontros com a Arte que me fizeram trilhar o caminho dessa pesquisa. Em primeiro lugar, foi o ballet clássico, aos 14 anos de idade, que me colocou de encontro com o meu próprio corpo, foi aqui que comecei a pensar sobre as múltiplas formas com as quais as pessoas se relacionam consigo e com seus corpos. Em um segundo momento, já cursando o Bacharelado e a Licenciatura em Dança na Faculdade de Artes do Paraná (atual Campus II da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR) tive um primeiro contato com o feminismo, fui apresentada aos estudos de gênero e à teoria *queer*¹⁰.

⁸ Para Tamsim Spargo (2006, p. 67) a heteronormatividade “[...] especifica a tendência, no sistema sexo-gênero de ver as relações heterossexuais como a *norma*, e todas as outras formas de comportamento sexual como *desvios* dessa norma”. (grifos da autora).

⁹ Sierra (2013) evidencia de que maneira uma noção de diversidade sexual se associou às políticas identitárias. Problematiza, também, essa parceria entre os movimentos sociais e o Estado, demonstrando como essa relação tem produzido formas de governmentação dos sujeitos LGBT. Além disso, utiliza a história de Gilda (uma travesti Curitibana que viveu na década de 1980) para tentar mostrar a possibilidade de constituição de outros modos de vida que tencionam a lógica de inclusão LGBT.

¹⁰ Miskolci (2009) explica que a Teoria *Queer* emergiu nos Estados Unidos no final dos anos 1980, fazendo a crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e gênero. Surgida nos departamentos de Filosofia e crítica literária essa teoria ganhou reconhecimento quando expôs, em conferências em Universidades da Ivy League, que seu objeto de análise dizia respeito à dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais.

[...] tal como o feminismo, a teoria *queer* efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica. A teoria *queer* [...] nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. [...] O *queer* se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais [...]. Pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar, todas as formas bem comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa. (SILVA, 2002, p.107)

E foi assim, em um terceiro momento, contestando as formas bem comportadas de conhecimento e de identidade, que ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a docência (PIBID) – financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de inserir os estudantes das licenciaturas, nas escolas de educação básica da rede pública de ensino – para ministrar aulas na disciplina de Arte. Aprendi com essa experiência a importância de se discutir gênero e sexualidade na escola e principalmente, de se questionar o lugar da norma.

Já em 2016, ingresso no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná com um projeto de pesquisa intitulado “O governo das mulheres trans*¹¹: o que o transfeminismo pode dizer à educação?” em que pretendia investigar as relações entre a prostituição e a escolarização de mulheres trans*. Contudo, fui atropelada pela avalanche de discursos fundamentalistas e conservadores que povoaram as discussões referentes aos Planos de Educação, fazendo com que o foco da pesquisa mudasse.

Guacira Lopes Louro (2007, p.213- 214) explica que

O modo como pesquisamos e, portanto, o modo como conhecemos e também como escrevemos é marcado por nossas escolhas teóricas e por nossas escolhas políticas e afetivas. É, certamente, afetado por nossa história pessoal, pelas posições-de-sujeito que ocupamos, pelas oportunidades e encontros que tivemos e temos. O modo como conhecemos é, por tudo isso, incontrolável, volátil.

Portanto, é a partir desse contexto e dessa história que me constitui que surge o itinerário de investigação dessa pesquisa. Trilhar esse caminho requer, primeiramente, reconhecer minha posição como sujeito que também é afetado por essa onda conservadora que presenciamos no período de aprovação dos Planos de Educação. Costa (2002) já mostrava que o modo como olhamos constitui os objetos de pesquisa, portanto, “o olhar inventa o objeto e possibilita as interrogações sobre ele” (COSTA, 2002, p.152). Assim, através das

¹¹ Por mais que o termo trans*, com asterisco no final, ainda preserve relações com as políticas identitárias, ele tem a intenção de ser menos excluyente e mais fluido, surgindo como um termo guarda-chuva que abarca as identificações de gênero que não se enquadram na compulsoriedade do sistema sexo-gênero. Para saber mais consultar: <<http://transfeminismo.com/>> Acesso em: 27 out. 2015.

análises empreendidas nesse trajeto faço, automaticamente, recusa a toda ideia de neutralidade e imparcialidade da pesquisa, sem que se perca, com isso, o rigor acadêmico-científico. Isto implica dizer que no cenário político educacional travou-se uma luta por sentido em torno das questões da diversidade: dois lados opostos que “através de uma artilharia pesada em relação ao outro, [buscam] aumentar sua coesão interna. Há um intenso investimento em mostrar a normalidade de seu grupo e o desvio do grupo oponente” (SEFFNER, 2016). E nessa luta por sentido, nesse embate que também é discursivo, a população LGBTI tem sido afetada.

A partir desse contexto, pretendo agora analisar como esse cerceamento da linguagem no plano das leis se constituiu através de uma ação consciente e muito bem planejada pelos setores conservadores da sociedade no contexto de aprovação do Plano Municipal de Educação de Curitiba. Tomo, assim, como objeto de análise um Requerimento¹² de Pedido de Informações Oficiais do Município (código 062.00056.2016), um Projeto de Emenda À Lei Orgânica (Nº 001.00005.2015), bem como as emendas ao projeto de lei Nº 005.00129.2015 que deu origem ao PME de Curitiba, com o tema específico de gênero e sexualidade, dentre as quais dez foram aprovadas, buscando compreender como um discurso biológico, religioso e com pretensões científicas serviu de suporte para justificar as ações de retirada dos termos ligados ao gênero dos planos educacionais, fazendo com que uma norma heterossexual, fosse, sempre, reiterada.

Em vista disso, surge o problema central dessa pesquisa: Quais foram as condições que possibilitaram que uma ideia de valores morais da família fosse incorporado ao texto da lei e se constituísse como argumento central para retirada dos termos ligados ao gênero, à sexualidade e à diversidade do Plano Municipal de Educação de Curitiba? Como essa ideia de valores morais da família passa a caminhar lado a lado com a educação? Além disso, interessa interrogar: Quais foram as condições de produção e de emergência do que têm sido chamado de “ideologia de gênero”? Quais foram as condições de aparecimento dessa trama discursiva produzida pela igreja em torno do sexo, do gênero e da família?

Procuo, assim, deixar de lado um instrumental teórico iluminista¹³ que supõe a síntese e a superação da contradição, para me apoiar nas teorizações pós-estruturalistas, mais

¹² É um pedido de qualquer assunto, apresentado por um vereador, bancada, ou mesa diretora que tem o objetivo de exigir informações do poder executivo. Os requerimentos feitos à prefeitura de Curitiba estão disponíveis para consulta no Sistema de Proposições Legislativas do site da Câmara Municipal de Curitiba.

¹³ Nascida das concepções iluministas, a ciência moderna, articulou o método de observação e experimentação com o uso de instrumentos técnicos. Tudo podia ser medido, quantificado e matematizado. Teóricos como Francis Bacon (1561-1626), Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Issac Newton (1643-1727) e Auguste Comte (1798-1857) podem ser considerados fundadores da ciência moderna, que buscaram compreender os fenômenos sociais, garantindo o acesso à realidade pela observação neutra e objetiva. (DAL’LGNA, 2011).

especificamente em Michel Foucault e suas estudosas contemporâneas. É nesse sentido, que essa pesquisa não traz recomendações, não intenta possíveis soluções para problemas e não aponta caminhos fixos e estáveis a serem seguidos, mas sim desconfia das certezas definitivas. E, ao assumir a incerteza, trabalha com o transitório, com o fluido, opera na provisoriedade. Ou seja, trata-se, assim, de

na perspectiva aberta por Foucault,[...] nos colocarmos no limite de nosso próprio presente, nas bordas do tempo, ou no limiar da atualidade e de percebermos aquilo que estamos deixando de ser, a retirada de cena de determinadas formas históricas. Nessa busca de perceber se e como estamos nos transformando, trata-se de apreender o acontecimento, aquilo que irrompe em sua singularidade e unicidade, instaurando uma ruptura, uma diferença (RAGO, 2008, p.11).

Nesse sentido, a história é entendida aqui, não como uma história de um objeto que se inicia em algum ponto detectável e evolui, como se os objetos fossem sempre os mesmos e estivessem pairando pela história que, por sua vez, permaneceria em constante evolução. Mas sim, a partir de Michel Foucault, pensando em historicidades descontínuas e instáveis, escapando de concepções universais. Mais especificamente, compreendendo a história como uma figura que se origina das relações de poder e de saber onde os próprios sujeitos não são meros operadores, mas são, também, os objetos pelos quais essas relações interagem e interferem. Ou seja, as relações de poder estão sempre presentes, elas são intrínsecas às relações entre os sujeitos, uma vez que os próprios sujeitos fazem de si mesmos objetos dessas relações entre poder e saber. Assim, saber e poder estão sempre acoplados, não existe um deslocamento entre o que é da ordem do poder e o que é da ordem do saber. Tanto poder, quanto saber são produtores de realidade, eles geram consequências, produzem efeitos sobre os corpos e sobre as subjetividades. Por esse motivo, a verdade, aqui, também é entendida como provisória e datada. Ou seja, em um determinado momento histórico há um conjunto de princípios que possibilita que certas coisas sejam compreendidas como verdade. Uma vez que algo só se torna verdade por meio de efeitos discursivos que são produzidos pelas relações de poder. (FOUCAULT, 2001).

Deste modo, na tentativa de se utilizar das ferramentas Foucaultianas para pensar fenômenos do presente, para pensar a atualidade, e analisar discursos para além de sua veracidade, essa dissertação divide-se em cinco partes:

A parte 1, intitulada “A ideologia de gênero”, pretende apontar alguns elementos do discurso cristão que foram de extrema importância para a constituição de uma ideia de “ideologia de gênero”, utilizando documentos eclesiásticos encontrados em pesquisa realizada

no site da Santa Sé. Para tanto, foi necessário consultar a produção de cada Papa, do Sínodo dos Bispos, das Conferências Episcopais e do Conselho Pontifício para a Família¹⁴, em busca de referências ao termo gênero e ao gênero associado à ideologia. Em um segundo momento, realiza-se um apanhado de acontecimentos, em torno da “ideologia de gênero”, que tiveram maior repercussão na mídia e que apareceram em pesquisas – realizadas em português, inglês, francês, espanhol e italiano – relacionando os termos gênero-ideologia-família, a fim não de analisar ponto a ponto cada acontecimento, mas de demonstrar que essa onda de movimentos ultraconservadores tomou o contexto mundial e criou uma rede de influências entre diversos países.

A segunda parte, “O cenário brasileiro”, mostra como se deu o contato com o material que compõe o *corpus* dessa pesquisa, esclarecendo as escolhas metodológicas realizadas no decorrer da dissertação e fazendo alguns apontamentos sobre a ideia foucaultiana de discurso. Assim, além de demonstrar como se deu a sessão de votação do PME de Curitiba e de destacar alguns personagens que lideraram um movimento conservador nesse contexto, pretende-se apresentar como uma forte reação política e religiosa começou a ser gestada no Brasil já desde o Projeto “Escola sem Homofobia”, passando pela aprovação dos Planos de Educação sem gênero e sem diversidade e pelas proposições do Projeto “Escola sem Partido”. Aqui também estão presentes as análises das emendas da estratégia 25.6 e da meta 9.

Para pensar as continuidades e descontinuidades históricas, na terceira parte, de nome “Sexualidade: um dispositivo de controle”, discute-se mais detalhadamente, a partir de Foucault (2001; 2005), as ideias de dispositivo da sexualidade, dispositivo de aliança, norma e biopoder. Essa parte contempla, também, as análises das emendas do artigo 3º e 4º, da meta 24 e da meta 2.

Já a parte 4, “A moral de gênero”, apresenta em um primeiro momento, algumas considerações sobre a família e a educação. Além disso, traz as ideias de isomorfismo e dimorfismo sexual desenvolvidas por Thomas Laqueur (2001), mostra o desenvolvimento do conceito de gênero no interior do movimento feminista, analisa as metas 7, 13, 15, 23 e 25 e, em um último momento, desenvolve a primeira aposta da pesquisa, lançando, ainda, uma segunda hipótese em torno da ideia de gênero.

¹⁴ Em 15 de Agosto de 2016 o Conselho Pontifício para a Família cessou suas atividades, e suas competências e funções foram assumidas pelo Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida.

A parte 5, intitulada “A moral do gênero”, desenvolve a hipótese lançada no tópico anterior a partir do conceito de performatividade de gênero proposto por Judith Butler (2013); além de analisar um Requerimento de Pedido de Informações Oficiais do Município (código 062.00056.2016) e um Projeto de Emenda à Lei Orgânica que também trazem a “ideologia de gênero” como tema central. Além disso, aponto a importância que o termo ideologia exerceu na construção desse movimento conservador e sublinho a centralidade que a escola ganhou nesse processo.

Por fim, é importante destacar que em alguns momentos irei me deter a aspectos mais teóricos – por mais que esteja sempre atenta ao material que compõe o corpus dessa pesquisa – com o objetivo de estabelecer um contraponto com o que tem sido dito sobre gênero e sexualidade. Isto é, retomarei Laqueur (2001), Foucault (2001) e Butler (2013) para mostrar um entendimento dessas obras que não é o mesmo que tem perpassado aos documentos que versam sobre a “ideologia de gênero”. Enfim, nessa luta por sentido, utilizarei desse suporte teórico para demonstrar o posicionamento que assumo diante desse cenário político-educacional.

PARTE I - A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

1.1 Os documentos eclesiásticos e o discurso religioso

Um dos discursos mais correntes nas bases conservadoras que defendem a retirada de termos ligados ao gênero e à orientação sexual do PME de Curitiba, embasa-se no que alguns vereadores têm chamado de “ideologia de gênero”. Esses setores ultraconservadores unidos a diversos grupos religiosos colocam seus alvos de ataque nos movimentos sociais e nas produções acadêmico-científicas que defendem questões referentes às populações historicamente excluídas. Esse processo de ataque e de desqualificação das demandas LGBTI é facilitado, uma vez que tanto os movimentos sociais quanto os grupos acadêmicos sofrem com disputas internas. Por sua vez, os grupos conservadores apresentam um discurso unificado: através de dogmas e posições religiosas eles dizem que prezam pela proteção da família – aquela família nuclear, consagrada no matrimônio e no arranjo pai, mãe e filhos – e que por meio de projetos e políticas públicas para diversidade (principalmente as no âmbito educacional) se tem imposto às crianças uma ideologia baseada em princípios antinaturais e antifamiliares. Ou seja, o que tem sido chamado de “ideologia de gênero” nada mais é do que um ato antidemocrático, que fere a laicidade do Estado e tenta deslegitimar toda uma área de conhecimento reconhecida e relevante para as práticas educacionais.

Nesse sentido, a primeira referência, em um documento oficial, ao termo ideologia ligado ao conceito de gênero, aparece em 1998 em uma nota intitulada “*La ideologia de género: sus peligros y alcances*.”¹⁵ emitida na Conferência Episcopal do Peru. O documento é dividido em onze tópicos e ao longo de suas dezesseis páginas discorre sobre a existência de uma natureza humana, originada em uma lei natural completamente imutável, criada por Deus e comprovada cientificamente pela biologia, demonstrando como os “defensores de uma ideologia de gênero” promovem uma desconstrução da família, da educação, da cultura e da religião. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998). Segundo eles, esse movimento ideológico dominou os Estados Unidos da América e tem alcançado os países menos desenvolvidos, o que acaba afetando a população. A carta traz o argumento de que por falta de informação as pessoas podem não compreender os perigos e os alcances desse movimento a favor do gênero. O que seria comprovado, por exemplo, pela grande quantidade de materiais

¹⁵ “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. Para uma análise mais aprofundada deste documento ver (COELHO; SANTOS, 2016).

educativos que abordam esse tema e têm sido difundidos em colégios e universidades de prestígio. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998).

Além disso, o documento aponta a IV Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em setembro de 1995 em Pequim na China, como o lançamento de uma forte campanha de convencimento e difusão do que eles chamam de uma nova “perspectiva de gênero”. A direção da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) definiu que o conceito de gênero permitiu “passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e portanto passíveis de modificação.” (ONU, 1995). Frente a essa definição do conceito de gênero, a nota peruana passa, a todo o momento, a reforçar a existência de um homem e de uma mulher naturais que apresentariam, respectivamente, uma essência masculina e outra feminina. Nesse caminho, gênero seria outra forma, “uma maneira mais educada” de dizer sexo. Ou seja, gênero é entendido por eles como sinônimo de um sexo exclusivamente biológico.

Para os apaixonados defensores da “nova perspectiva”, não se devem fazer distinções porque qualquer diferença é suspeita, má, ofensiva. Dizem ainda que toda diferença entre o homem e a mulher é construção social e, por conseguinte, precisa ser alterada. Buscam estabelecer uma igualdade total entre homem e mulher sem considerar as naturais diferenças entre ambos, especialmente as diferenças sexuais; mais ainda, relativizam a noção de sexo de tal maneira que, segundo eles, não existiriam dois sexos, mas sim muitas “orientações sexuais”. Com efeito, os mencionados promotores do “gênero” não encontraram melhor opção do que declarar guerra à natureza e às opções da mulher. No entanto, é evidente que nem toda diferença é má, nem muito menos irreal. Tanto o homem quanto a mulher – criados à imagem e semelhança de Deus – têm suas próprias particularidades naturais que devem ser colocadas à serviço do outro, para alcançar um enriquecimento mútuo. Isto – claro está – não significa que os recursos pessoais da feminilidade sejam menores que os recursos da masculinidade; apenas significa que são diferentes. [...] Não obstante, diante da evidência de que estas diferenças são naturais, os promotores da “nova perspectiva” não questionam suas teorias, preferindo mais atacar o conceito de natureza. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*).

Já no primeiro tópico desta nota fica evidente que, desde o início, esse movimento conservador se constituiu de uma forma muito bem organizada e planejada, uma vez que eles listam conceitos específicos da área dos estudos de gênero – como hegemonia, desconstrução, patriarcado, heterossexualidade compulsória, orientação sexual e homofobia – para alertar a população de que a utilização dessas palavras está ligada a essa “nova perspectiva de gênero” que, segundo eles, é contra a natureza. Eles ainda conhecem, de maneira detalhada, os programas de estudos feministas de colégios e universidades norte americanas e seus textos-base.

Além disso, entram em contato, estudam e até chegam a citar produções acadêmicas como *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* de Judith Butler (2013), *Compulsory heterosexuality and lesbian existence* de Adrienne Rich (1993), entre muitas outras, para atrelar o que eles têm chamado de uma “nova perspectiva de gênero” a uma agenda feminista que, segundo eles, não teria a intenção de melhorar a situação da mulher e sim de separá-la do homem, fazendo-a crer que seus interesses são incompatíveis com os de sua família. Fica claro, aqui, que eles se apropriam de conceitos e obras relevantes para os estudos de gênero e passam a utilizá-los sob outra ótica fazendo, inclusive, com que isso ganhe um sentido de fácil compreensão na sociedade: é uma escancarada luta por sentido.

Esse movimento fica mais perceptível quando a nota traz a discussão de ideias como natureza e papéis socialmente construídos. Para eles, os promotores dessa “nova perspectiva” estariam utilizando o termo papéis para distorcer as discussões, mas o que pode ser percebido nessa passagem é uma lógica – adaptada aos interesses de quem se coloca contra ao que tem sido chamado de “ideologia de gênero” – semelhante à utilizada por Judith Butler (2013) no conceito de performance.

“papel” se define primariamente como parte de uma **produção teatral na qual uma pessoa, especialmente vestida e maquiada, representa um personagem** conforme um roteiro escrito. O emprego do termo “papel” ou da expressão “papéis desempenhados” transmite necessariamente a sensação de **algo artificial que é imposto a uma pessoa**. Quando se substitui “papel” por outro vocábulo – tal como “vocação” – põe-se de manifesto como o termo “papel” afeta nossa percepção de identidade. Vocação envolve algo autêntico, não artificial, um chamado para ser o que somos. Respondemos à nossa vocação para realizar nossa natureza ou desenvolver nossos talentos e capacidades inatos. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*, grifos meus).

Para demonstrar a diferença entre os vocábulos “papel” e “vocação” a nota traz o exemplo da maternidade. Segundo eles a mulher não representa o papel de mãe, ela é uma mãe. Uma vez que a maternidade é uma vocação feminina, onde a tradição e a cultura exercem certo tipo de influência sobre a relação mãe-filho e sobre o modo como a mulher cumpre as responsabilidades colocadas pela maternidade, mas de nenhum modo essas duas instâncias criam mães, já que a maternidade é uma capacidade inata da mulher. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998).

Mais adiante, a nota, apoiada em Dale O’Leary¹⁶, faz uma diferenciação entre um “feminismo da igualdade” e um “feminismo de gênero/feminismo radical”, onde o primeiro

¹⁶ Nascida em 1941 Dale O’Leary é uma escritora e jornalista norte americana amplamente citada por fundamentalistas brasileiros. Dentre suas publicações destacam-se dois livros: *One Man, One Woman: A*

estaria ligado à uma crença de igualdade legal e moral entre sexos e o segundo pregaria a ideia de que a mulher está presa a um sistema patriarcal de opressões.

as "feministas do gênero" consideram que quando a mulher cuida de seus filhos no lar e o marido trabalha fora de casa, as responsabilidades são diferentes e, portanto, não igualitárias. Então vêem esta "desigualdade" no lar como causa de "desigualdade" na vida pública, já que a mulher - cujo interesse primário é o lar - nem sempre tem tempo e energia para se dedicar à vida pública. [...] Ademais, as "feministas do gênero" insistem na desconstrução da família não só porque - segundo elas - escraviza a mulher, mas ainda porque condiciona socialmente os filhos para que aceitem a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*).

Nesse sentido, é importante esclarecer que essa comparação realizada ao feminismo radical está ligada à segunda onda do feminismo dos anos 60/70 e não ao feminismo TERF (*Trans-exclusionary radical feminism*) ou *radical feminism* (RadFem).¹⁷ Nesse sentido, uma primeira onda do feminismo, que abrange o final do século XIX e boa parte do século XX, é

Catholic's Guide to Defending Marriage" e "*The Gender-Agenda: Redefining Equality*", onde ela lista cinco princípios que guiam os "ideólogos de gênero", são eles: a abolição das diferenças entre homens e mulheres e a abolição da maternidade em tempo integral; acesso livre a contraceptivos, ao aborto e promoção do comportamento homossexual; educação sexual para crianças e jovens e abolição dos direitos dos pais sobre seus filhos; obrigação de emprego lucrativo para todas as mulheres; desprezo da religião. Ela ainda aponta que os "ideólogos de gênero" estão firmemente presentes nas universidades e no governo e que uma batalha pelo senso comum poderia ter sido facilitada se o perigo dessa ideologia tivesse sido descoberto mais cedo. Para ela "Os ideólogos de gênero promovem a ideia de que todas as diferenças são construções sociais artificiais que podem e devem ser eliminadas para que homens e mulheres possam participar de todas as atividades sociais em números estáticos iguais. A realidade biológica feminina ou masculina não deve ter nenhum reconhecimento social. Assim, a primeira demanda dos ideólogos de gênero foi o acesso ilimitado ao aborto, uma vez que o peso da gravidez cai apenas sobre a mulher (o aborto permite que homens e mulheres façam sexo sem levar em conta uma criança). A próxima demanda foi a redefinição do casamento, assim a diferença não sexual não deveria importar e dois homens ou duas mulheres poderiam chamar seus relacionamentos de casamento. Apesar das evidências contrárias, os ideólogos insistem que as crianças não precisam de uma mãe e de um pai. Recentemente, tem se dito que a biologia deve ser irrelevante e que um homem, que faça ou não faça alterações cirúrgicas, pode decidir que ele é uma mulher e usar banheiros e vestiários femininos. Não espere consistência lógica daqueles que começam negando a realidade." (tradução minha) para saber mais acessar: <<https://goo.gl/J3akUt>> acesso em 15 Abr 2017.

¹⁷ Langnor (2017) faz um panorama histórico da constituição do movimento feminista retratando contextos políticos brasileiros e estrangeiros que demonstraram a união das lutas das mulheres. Nesse percurso, a autora mostra como o movimento feminista universitário contemporâneo (no contexto da Universidade Federal do Paraná) encontra conexões temporais e espaciais com a história do movimento feminista e, ao mesmo tempo, se distancia de algumas características e pautas anteriores, o que faz surgir novas práticas feministas e outras formas de organização. Essas novas práticas deram origem a várias vertentes como o feminismo radical, o feminismo interseccional, o feminismo liberal... Desta maneira, por meio de entrevistas aos coletivos feministas universitários, a autora identificou que a transexualidade – além da classe e da aceitação de homens – é um dos elementos centrais de divisão entre os grupos: "[...] seja quando da formação inicial do grupo, em que as participantes iniciam um novo grupo porque querem incluir a transexualidade como uma das pautas fundantes em sua organização, ou, a posteriori, quando o grupo já formado se divide por divergências quanto à aceitação da transexualidade como pauta. Neste caso, o coletivo ou grupo permanece interseccional e algumas participantes deixam de compô-lo e passam a buscar outros grupos que não incluam a transexualidade". Esse grupo que exclui mulheres trans* é conhecido também pela sigla em inglês TERF (*Trans-exclusionary radical feminism*).

caracterizada pelo movimento sufragista (mulheres lutando pelo direito de votar). (LOURO, 2007).

Já na segunda onda do feminismo, por volta dos anos 60 e 70, começa a surgir o feminismo radical com o objetivo de se diferenciar de um feminismo que estava voltado às mulheres brancas, de classe média e heterossexuais. As mulheres dessa época faziam a crítica a uma identidade muito bem definida do feminismo e a um essencialismo da categoria mulher, uma vez que essa substancialização do feminismo, esse sujeito do feminismo, não as representava. Nesse momento o sujeito mulher começa a ser fragmentado, o horizonte do ser mulher é multiplicado, surge o feminismo negro, lésbico e latino. (LOURO, 2007)

Já em uma terceira onda do feminismo, com Judith Butler e outras diversas autoras, a identidade mulher é colocada em questão. Em outras palavras, em um primeiro momento tem-se o ser mulher como algo dado, em um segundo momento acontece uma multiplicação desse ser mulher e, em um terceiro momento, – com Judith Butler e posteriormente prolongamentos com a teoria *queer* – o ser mulher começa a ser algo sujeito a questionamentos. Recentemente, pós Judith Butler e pós teoria *queer*, há a constituição de um conjunto de feministas que é profundamente contrário ao questionamento que desessencializou o ser mulher. É uma espécie de feminismo que propõe a volta de um essencialismo e de uma constituição do sujeito, onde o ser mulher é tão essencial que a mulher trans* não é reconhecida por esses coletivos. Essas “novas feministas radicais” se apropriam de um arcabouço teórico produzido pelas feministas dos anos 60 e 70 para justificar seus posicionamentos, o que torna muito importante esclarecer os dois sentidos que palavra radical ganha quando vem acompanhada do feminismo. (LANGNOR, 2017)

Assim, para a nota, as “feministas de gênero” teriam o objetivo de desconstruir a sociedade em cinco pontos principais: a masculinidade e a feminilidade, as relações familiares, as ocupações e as profissões, a reprodução humana e a educação. A partir dessa ideia, a agenda dessas feministas teria como ponto essencial a promoção da livre decisão em dois assuntos: a reprodução e o estilo de vida. Onde o primeiro seria a expressão chave para o aborto e o segundo estaria ligado à promoção das sexualidades fora do matrimônio, como o lesbianismo e a homossexualidade. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998). Essa agenda impulsional, então, o direito de casais de lésbicas a conceberem filhos por meio de inseminação artificial e a adotar legalmente os filhos de suas parceiras. Deste modo, as feministas de gênero “[...] não apenas propõem estes tipos de aberrações como também defendem o “direito à saúde” que, para o bem da verdade, se afasta por completo da verdadeira saúde do ser humano.” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998,

online). Ainda segundo a nota, esses novos direitos propostos pelas “feministas de gênero” promoveriam o aborto de um ser humano não nascido e, sobretudo, o direito de determinação da identidade sexual. Para eles,

Isto é mais preocupante ainda quando se leva em conta que para as “feministas do gênero” existem cinco sexos. [...] A “liberdade” dos promotores do “gênero” para afirmar a existência de cinco sexos contrasta com todas as provas científicas existentes, segundo as quais somente existem duas opções a partir do ponto de vista genético: ou se é homem ou se é mulher; não há absolutamente nada, cientificamente falando, que esteja no meio. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*).

Assim, no que diz respeito a esse documento, o “feminismo de gênero/radical” é apontado como um sistema fechado que não aceita argumentações, uma vez que “não se pode apelar para a natureza, nem para a razão, nem para a experiência ou para as opiniões e desejos de mulheres verdadeiras porque segundo as feministas de gênero tudo isto é “socialmente construído”.” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*). Esse feminismo teria, ainda, influências do Marxismo, porém, o foco se deslocaria dos problemas econômicos para atacar a família e a natureza, com o objetivo de desconstruir a sociedade e a educação e “impulsionar a agenda homossexual-lésbica-bissexual-transexual e não os interesses das mulheres comuns e correntes”. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*). Fica evidente aqui, que esse feminismo definido por eles como um “feminismo de gênero” forma a base do que eles têm chamado de “ideologia de gênero”, e que a “falta de informação das pessoas” (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA, 1998, *online*) tem sido usada como justificativa para espalhar cada vez mais ódio contra aqueles que não seguem os considerados bons padrões cristãos.

Nesse sentido, o catolicismo apresenta forte influência no que diz respeito à construção de uma ideia de “ideologia de gênero” através de princípios surgidos já desde a publicação da Carta Encíclica *Humanae Vitae*, em 25 de Julho de 1968 pelo Papa Paulo VI, que trazia a postura da igreja em relação a algumas medidas ligadas à sexualidade humana. Dentre essas medidas, destacavam-se o aborto, a esterilização e os métodos artificiais de contracepção. Para isso, esse documento considerava que o amor conjugal deveria ser fiel, total e exclusivamente fecundo, uma vez que “a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida.” (PAULO VI, 1968, *online*), já que “o matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos” (PAULO VI, 1968, *online*). Por mais que essas questões já tivessem sido abordadas anteriormente na Encíclica *Casti Connubii* (escrita pelo Papa Pio XI em 1930), em

pronunciamentos do Papa Pio XII e na Encíclica *Mater et Magistra* (escrita pelo Papa João XXIII em 1961), foi apenas na carta *Humanae Viatae* que se instituiu, além de um método para lidar com as questões da sexualidade, uma visão de família formada por um homem e uma mulher e que incluía, necessariamente, filhos.

Com essas influências, o pontificado do Papa São João Paulo II foi marcado por diversas investidas no campo da sexualidade, dentre elas destacam-se a carta Encíclica *Evangelium Vitae* e a criação da Jornada Mundial da Juventude. A primeira tratava do valor da vida humana, versava especialmente sobre a dignidade do embrião, que, segundo o documento, deveria ser protegido em sua total integridade desde os primeiros minutos de sua existência, visto que ao se reivindicar o direito ao aborto, a liberdade humana ganhava um significado perverso, dando lugar a um poder absoluto sobre os outros e contra os outros, o que se constituía em uma morte da verdadeira liberdade. Ou seja, tratava do embate entre o que o Papa denominou de “cultura da vida” e “cultura da morte” (JOÃO PAULO II, 1995).

Já a Jornada Mundial da Juventude é um evento, criado em 20 de dezembro de 1985, que acontece até os dias de hoje em cidades escolhidas pelo Papa. Esse evento pode ser considerado um trabalho de evangelização dos jovens com objetivo de conquistar novas gerações de católicos. A edição de 2013 da Jornada Mundial da Juventude foi sediada no Brasil e conduzida pelo Papa Francisco. Nessa ocasião foram distribuídos, a todos os participantes inscritos, além de fetos de plástico, um manual de bioética¹⁸ – elaborado pela fundação francesa Jérôme Lejeune e aprovado pela Comissão Nacional da Pastoral Familiar da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – que, em seu conteúdo, condenava o aborto, o uso da pílula anticoncepcional, a inseminação artificial, a eutanásia, a adoção de crianças por casais do mesmo gênero e a “ideologia de gênero”.

Ainda em 2013, a Conferência Episcopal Portuguesa emitiu uma Carta Pastoral, intitulada “A propósito da ideologia do gênero” que trazia ideias centrais para a constituição do discurso em torno dos perigos da “ideologia de gênero”.

Difunde-se cada vez mais a chamada ideologia do gênero ou *gender*. Porém, nem todas as pessoas disso se apercebem e muitos desconhecem o seu alcance social e cultural, que já foi qualificado como verdadeira revolução antropológica. Não se trata apenas de uma simples moda intelectual. Diz respeito antes a um movimento cultural **com reflexos na compreensão da família, na esfera política e legislativa, no ensino, na comunicação social e na própria linguagem corrente.** (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*, grifos meus).

¹⁸ Disponível em: < <https://goo.gl/EQChrN> > Acesso em 06 Abr 2017.

Por mais que o documento também apresente a ideia de que a “ideologia de gênero” tem se aproveitado da desinformação das pessoas sobre o real significado do gênero para disseminar seus ideais que ameaçam as crianças, a família e a instituição matrimonial, ele traz deslocamentos importantes. O primeiro diz respeito ao uso da linguagem, que ainda não tinha sido abordado em documentos anteriores:

Vem-se generalizando, a começar por documentos oficiais e na designação de instituições públicas, a expressão *gênero* em substituição de *sexo* (*igualdade de gênero*, em vez de *igualdade entre homem e mulher*), tal como a expressão *famílias* em vez de *família*, ou *parentalidade* em vez de *paternidade* e *maternidade*. Muitas pessoas passam a adotar estas expressões por hábito ou moda, sem se aperceberem da sua conotação ideológica. Mas a generalização destas expressões está longe de ser inocente e sem consequências. Faz parte de uma estratégia de afirmação ideológica, que compromete a inteligibilidade básica de uma pessoa, por vezes, tendo consequências dramáticas: incapacidade de alguém se situar e definir no que tem de mais elementar. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*, grifos do autor).

O segundo deslocamento é trazer como principal ponto de preocupação as legislações que, para eles, é o que tem permitido que a “ideologia de gênero” se dissemine e ganhe força, inclusive, no ensino:

Os planos político e legislativo são âmbitos de penetração da ideologia do gênero, que atinge os centros de poder nacionais e internacionais. Da agenda fazem parte as leis de redefinição do casamento de modo a nelas incluir uniões entre pessoas do mesmo sexo (entre nós, a Lei nº 9/2010, de 31 de maio), as leis que permitem a adoção por pares do mesmo sexo (em discussão entre nós, na modalidade de co-adoção), as leis que permitem a mudança do sexo oficialmente reconhecido, independentemente das características fisiológicas do requerente (Lei nº 7/2011, de 15 de março), e as leis que permitem o recurso de uniões homossexuais e pessoas sós à procriação artificial, incluindo a chamada maternidade de substituição (a Lei nº 32/2006, de 26 de julho, não contempla a possibilidade referida). Outro âmbito de difusão da ideologia do gênero é o do ensino. Este é encarado como um meio eficaz de doutrinação e transformação da mentalidade corrente e é nítido o esforço de fazer refletir na orientação dos programas escolares, em particular nos de educação sexual, as teses dessa ideologia, apresentadas como um dado científico consensual e indiscutível. Esta estratégia tem dado origem, em vários países, a movimentos de protesto por parte dos pais, que rejeitam esta forma de doutrinação ideológica, porque contrária aos princípios nos quais pretendem educar os seus filhos. Entre nós, a Portaria nº 196-A/2010, de 9 de abril, que regulamenta a Lei nº 60/2009, de 6 de agosto, relativa à educação sexual em meio escolar, inclui, entre os conteúdos a abordar neste âmbito, sexualidade e gênero. (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*).

A importância da linguagem, percebida por eles já nesse momento, será fundamental para a valorização e aceitação dos discursos que marcaram as justificativas de retirada dos termos ligadas ao gênero no contexto de aprovação do PME de Curitiba. Desse modo, mais adiante, a carta continua a trazer as ideias de uma natureza biológica

dos sexos, da família (no singular) como célula básica que conduz a vida e da realização plena por meio da comunhão do matrimônio, alegando que a “ideologia de gênero”

nega que a diferença sexual inscrita no corpo possa ser identificativa da pessoa; recusa a complementaridade natural entre os sexos; dissocia a sexualidade da procriação; sobrepõe a filiação intencional à biológica; pretende desconstruir a **matriz heterossexual** da sociedade (a família assente na união entre um homem e uma mulher deixa de ser o modelo de referência e passa a ser um entre vários). (CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA, 2013, *online*, grifos meus).

Essa ideia da complementariedade entre o homem e a mulher na instituição matrimonial apresenta muita semelhança com os argumentos trazidos no documento do Conselho Pontifício para a Família, intitulado “Família, matrimônio e uniões de fato”, publicado em 2000. Para esse documento a “ideologia de gênero” é sustentada pelo feminismo e tem um poder desestruturador do matrimônio. (VATICANO, 2000). Este documento utiliza, ainda, um termo importante – que foi perseguido e excluído da redação do PME de Curitiba – a identidade de gênero (ou identidade genérica em algumas traduções).

A partir da década 1960 a 1970, certas teorias (que hoje os expertos costumam qualificar como “construcionistas”), sustentam não somente que a identidade genérica sexual (“gender”), seja o produto de uma interação entre a comunidade e o indivíduo mas que também esta identidade genérica seria independente da identidade sexual pessoal, ou seja, que os gêneros masculino e feminino da sociedade seriam um produto exclusivo de fatores sociais sem relação com verdade alguma da dimensão sexual da pessoa. Deste modo, qualquer atitude sexual resultaria como justificável, inclusive a homossexualidade, e a sociedade é que deveria mudar para incluir junto ao masculino e ao feminino, outros gêneros, no modo de configurar a vida social. Diversas teorias construcionistas sustentam hoje em dia concepções diferentes sobre o modo de como a sociedade teria - a seu parecer - que mudar adaptando-se aos distintos “gender” (pense-se por exemplo na educação, saúde, etc.). Alguns admitem três gêneros, outros cinco, outros sete, outros um número distinto de acordo com diversas considerações. (VATICANO, 2000, *online*).

Seffner (2016) já assinalava que ao rastrear falas e documentos do movimento contrário à “ideologia de gênero” era possível perceber essa centralidade da identidade de gênero, que seria “tomada pelos atores sociais desse movimento como uma “invenção” de educadores progressistas/feministas no sentido de fazer crer que o gênero “é algo escolhido”.” (SEFFNER, 2016, p.08). Por mais que Seffner (2016) esteja se referindo aos movimentos conservadores que tomaram o cenário brasileiro atualmente, é exatamente esta ideia que está presente no documento do Conselho Pontifício para a Família: a identidade de gênero se configura como uma ameaça ao matrimônio porque destrói a base de constituição da

família, ou seja, desconstrói a ideia de que o ser homem ou mulher é um dado natural, dando espaço para que se entenda as uniões heterossexuais e homossexuais com igual valor (VATICANO, 2000).

Nesse caminho, as uniões de fato (uniões estáveis) estariam insistindo em um reconhecimento institucional e na equiparação com as famílias nascidas de um compromisso matrimonial, o que acarretaria uma deterioração da instituição familiar. (VATICANO, 2000). Dessa maneira, seria incongruente atribuir uma realidade conjugal à união entre pessoas do mesmo sexo, uma vez que seria impossível “fazer frutificar o matrimônio mediante a transmissão da vida, segundo o projeto inscrito por Deus na própria estrutura do ser humano” (VATICANO, 2000, *online*), além disso, “as uniões de fato entre homossexuais constituem uma deplorável distorção do que deveria ser a comunhão entre um homem e uma mulher [...] que se abrem à geração da vida.” (VATICANO, 2000, *online*).

Assim, segundo o documento, não é possível constituir uma “verdadeira família” entre dois homens ou duas mulheres, além de ser um grave erro equiparar o sagrado matrimônio às relações homossexuais ou permitir que estes adotem crianças. Só o matrimônio pode ser qualificado como uma relação de casal, já que “implica a diferença sexual na dimensão conjugal, na capacidade do exercício da paternidade e da maternidade. A homossexualidade, é evidente, não pode representar esse conjunto simbólico” (VATICANO, 2000, *online*), isso, contudo, “[...] não supõe discriminar de modo algum essas pessoas. É o próprio bem comum da sociedade a exigir que as leis reconheçam, favoreçam e protejam a união matrimonial com base na família que se viria deste modo prejudicada”. (VATICANO, 2000, *online*).

Seguindo o mesmo caminho, o Papa Francisco já realizou diversos pronunciamentos sobre a “ideologia de gênero”. Em sua exortação apostólica “*Amoris Laetitia*” discorre sobre os desafios que se colocam atualmente frente à família e ao matrimônio,

Outro desafio surge de várias formas duma ideologia genericamente chamada *gender*, que nega a diferença e a reciprocidade natural de homem e mulher. Prevê uma sociedade sem diferenças de sexo, e esvazia a base antropológica da família. **Esta ideologia leva a projectos educativos e directrizes legislativas** que promovem uma identidade pessoal e uma intimidade afectiva radicalmente desvinculadas da diversidade biológica entre homem e mulher. A identidade humana é determinada por uma opção individualista, que também muda com o tempo. **Preocupa o facto de algumas ideologias deste tipo, que pretendem dar resposta a certas aspirações por vezes compreensíveis, procurarem impor-se como pensamento único que determina até mesmo a educação das crianças.** É preciso não esquecer que sexo biológico (*sex*) e função sociocultural do sexo (*gender*) podem-se distinguir, mas não separar. Por outro lado, a revolução biotecnológica no

campo da procriação humana introduziu a possibilidade de manipular o acto generativo, tornando-o independente da relação sexual entre homem e mulher. Assim, a vida humana bem como a paternidade e a maternidade tornaram-se realidades componíveis e decomponíveis, sujeitas de modo prevalecente aos desejos dos indivíduos ou dos casais. Uma coisa é compreender a fragilidade humana ou a complexidade da vida, e outra é aceitar ideologias que pretendem dividir em dois os aspectos inseparáveis da realidade. Não caímos no pecado de pretender substituir-nos ao Criador. Somos criaturas, não somos onnipotentes. A criação precede-nos e deve ser recebida como um dom. Ao mesmo tempo somos chamados a guardar a nossa humanidade, e isto significa, antes de tudo, aceitá-la e respeitá-la como ela foi criada. (FRANCISCO, 2016, *online*, grifos do autor).

Nessa mesma vertente bio-religiosa, o Arcebispo Ucrainiano Sviatoslav Shevchuk escreveu, em nome do Sínodo dos Bispos de Kiev, a encíclica "*Concerning the Danger of Gender Ideology*"¹⁹, publicada em inglês em Dezembro de 2016 e amplamente difundida na Europa. A encíclica traz a “teoria de gênero” e a “ideologia de gênero” como sinônimos e é dividida em quatro pontos: “dignidade humana nos planos de Deus”, “o conceito de gênero”, “resultados destrutivos da ideologia de gênero”, “proclamando a verdade de Cristo no contexto de uma ideologia de gênero em expansão”.

Inicialmente a carta coloca uma única diferença entre o que ele chama de “teoria de gênero” e o regime soviético do século XX. Para o autor, esse movimento só não é acompanhado de uma perseguição aberta e sangrenta, como acontecia no regime soviético, mas se faz através de meios ideológicos ocultos para destruir a fé, a moral cristã e os valores humanos universais. Segundo a carta, a “teoria de gênero” seria uma ameaça significativa e causaria uma perturbação altamente perigosa às relações humanas e à comunicação interpessoal, uma vez que se utilizaria de desculpas como a de afirmar a dignidade humana, de alcançar a igualdade entre as pessoas e de defender o direito à liberdade, para encobrir seu verdadeiro propósito de destruir a percepção da sexualidade humana como um dom de Deus, que está ligada, naturalmente, às diferenças biológicas entre homem e mulher. Como consequência disso, as categorias morais de dignidade humana e liberdade estariam sofrendo uma manipulação e seus verdadeiros significados seriam descolados e distorcidos. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). O Arcebispo ainda diz que essa “teoria ateuista” emprega esforços de uma forma muito ativa, sistemática e pensativa, utilizando slogans populistas e a conveniência política para esconder seu propósito e sua verdadeira natureza do público.

¹⁹“Sobre o perigo da ideologia de gênero”. Versão completa em inglês disponível em: <<https://goo.gl/LRKfQp>> Acesso em 02 Mai 17.

Em seu primeiro tópico “dignidade humana nos planos de Deus” a carta discorre sobre um encontro divino que precedeu a criação da pessoa humana a partir das palavras de Deus de fazer o homem à sua imagem e semelhança. Nesse sentido o casamento é entendido como o momento onde homem e mulher passam a ser uma só carne, ou seja, tornam-se a imagem de Deus. A representação da história da criação de Eva a partir da costela de Adão é utilizada para demonstrar que cada um dos dois sexos é uma imagem do poder de Deus e que eles se completam fisicamente, psicologicamente e espiritualmente. Assim, a sexualidade é entendida como um dom de ser homem ou mulher que é dado por Deus – e não por uma escolha humana – durante a criação, cobrindo todas as dimensões naturais da existência humana, sendo elas o corpo, a alma e o espírito. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). Nesse entendimento, a sexualidade só pode ser compreendida à luz do amor cristão que se estabelece no matrimônio onde “um homem e uma mulher abrem-se a Deus através do amor mútuo, que se torna o fundamento de sua união, fidelidade e fecundidade indissolúveis.” (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*). Nesse caminho, “explorações egoístas” de se obter prazer sexual, deformariam a essência da alma humana. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016).

O segundo tópico, ao tratar do conceito de gênero, afirma que a causa de problemas como a degradação da sociedade, a violação de direitos e a condição prévia de homens sobre mulheres para a violência sexual na família e fora dela, não reside na diferença biológica entre os sexos, mas sim na percepção distorcida que se tem da sexualidade atualmente. Para o Arcebispo, visões como a “ideologia de gênero”, que são contrárias à fé cristã e à lei natural, têm formado sua base na distinção entre sexo biológico e gênero, onde o primeiro seria dado à pessoa desde a sua concepção e o segundo seria uma escolha pessoal de um comportamento sexual. Ele afirma que a “ideologia de gênero” insiste que uma pessoa tem toda a liberdade de escolher e implementar sua identidade sexual, independentemente de seu sexo biológico. Como consequência, a identidade de gênero não é mais considerada um dom de Deus, abandona-se o gênero feminino e masculino em favor de uma ampla e livre autoidentificação, que é muitas vezes causada por influência social. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). A carta ainda traz a ideia de que a “ideologia de gênero” propiciou a noção de que o papel público do homem e da mulher não é mais necessário: como o gênero é totalmente separado do sexo biológico ele pode ser determinado por quaisquer diferenças de comportamento, de características ou de desejo sexual, uma vez que a pessoa humana é entendida como um tipo de “liberdade incorpórea” que constrói sua própria identidade e sua fisicalidade em termos sexuais, (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). Assim, a pessoa pode escolher um gênero que corresponda a seu sexo biológico, ou um completamente diferente. Segundo a encíclica, para

os “ideólogos de gênero” existe a possibilidade de não limitar o sexo biológico ao homem e à mulher ou até mesmo aos papéis sociais do homem e da mulher, e sim de escolher o gênero entre infinitas possibilidades, já que ele é entendido como uma dinâmica que pode ser mudada repetidamente ao longo da vida. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). O autor alerta para o fato de que uma separação e uma oposição entre sexo e gênero são perigosas, primeiro porque distorce os fundamentos tradicionais de uma sociedade baseada nas leis natural e divina, e segundo porque essa ideologia tem sido imposta agressivamente à opinião pública, introduzida em legislações e na educação.

No terceiro tópico são destacados sete pontos que demonstram os resultados destrutivos da “ideologia de gênero”. O primeiro, trazendo uma citação do Papa Bento XVI²⁰, diz que o objetivo da “teoria de gênero” é a negação completa da natureza humana e da lei moral natural, o que leva a uma destruição do conceito de identidade humana. O segundo traz a ideia de que a “ideologia de gênero” em primeiro lugar nega a existência de seres humanos criados como homens e mulheres e, em segundo lugar, de que Deus não é o criador do ser humano, mas cada pessoa se constitui como sua própria criadora. O terceiro ponto fala que a “ideologia de gênero” nega a existência de uma natureza humana, a complementariedade do homem e da mulher, os valores do matrimônio e a existência de Deus como criador e, por isso, pode ser considerada destrutiva e anti-humana. O quarto ponto diz que a “ideologia de gênero” é contrária ao ensino da bíblia e da antropologia cristã, além de ser baseada em hipóteses subjetivas e afirmações pseudocientíficas que não correspondem e ignoram dados científicos objetivos da medicina, da psicologia, da antropologia e da bioética, que mostram que a diferença entre homens e mulheres é baseada em diferenças puramente biológicas e psicológicas. O quinto ponto complementa o terceiro ao dizer que a “teoria de gênero” nega a realidade antropológica de que nascem homens e mulheres e que a complementariedade dos dois sexos é o que torna possível a reprodução e o progresso da espécie. Para o Arcebispo, quando se promovem ideias indefinidas de identidade de gênero, cria-se uma instabilidade que leva a conflitos entre a sexualidade corporal e a psicológica. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). O sexto ponto enuncia que as “teorias de gênero” destroem uma ideia de família como comunidade, baseada na lei divina e natural, que é formada por marido e mulher na qual as crianças nascem e são educadas. O último ponto manifesta uma indignação em

²⁰ O Papa Bento XVI teve um papel importante na difusão dessa ideia de “ideologia de gênero” já desde 2004 quando ainda era Cardeal. Dentre os documentos publicados nesse período destaca-se a “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e a mulher na Igreja e no mundo” em que o cardeal demonstra forte influência dos princípios propagados pelo Papa João Paulo II.

relação ao que eles chamam de “ideologia de gênero”, dizendo que essas ideias levam à promiscuidade e à desmoralização da sociedade, ao passo que promovem muitas formas de identidade e de comportamento sexual que não correspondem à natureza humana.

O quarto tópico “proclamando a verdade de Cristo no contexto de uma ideologia de gênero em expansão”, continua a afirmar que a “ideologia de gênero” é promovida e disseminada de maneira silenciosa em diversos setores da sociedade.

Of particular concern is the fact that gender ideologies are not just virtual worldview systems—they are aggressively imposed on public opinion, gradually introduced in legislation, and made ever more forcefully visible in different spheres of human life, especially in education and upbringing. “If these ideas circulated only in theory, they would not go beyond the right to private opinion and the possible existence of different philosophical views. The danger lies in the fact that such anti-human theories are trying to become the ruling ideology and be put into practice, sometimes by means of international pressures on the global community.” Pope Francis states that “today a world war is being waged to destroy marriage,” referring to the theory of gender as “destructive ideological colonization.” That which was until recently considered sexual deviation is today proclaimed by gender theorists as not only normal, but as a rule of life to be followed under pain of ridicule, censure, and even punishment. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).²¹

Assim, esse tópico apresenta um apelo da igreja para que seus fiéis façam uma avaliação profunda e cuidadosa das questões da sexualidade, do casamento e da família, não se deixando levar pela pressão social nesses campos, fazendo com que se dissemine a verdade sobre a liberdade e a dignidade humana. Ou seja, “as pessoas de boa vontade” devem proclamar que o ser humano torna-se digno por ser criado à imagem e semelhança de Deus, que a dignidade do matrimônio é estabelecida por meio da união entre um homem e uma mulher e que a harmonia da sociedade se dá a partir da complementariedade dos dois sexos. Nesse sentido, para se alcançar a verdadeira felicidade humana e a liberdade genuína deve-se imitar Cristo de modo consciente, incorporando ensinamentos de Deus na vida diária. O bom fiel deve, então, trabalhar em conjunto para defender a dignidade da pessoa humana, testemunhando os ensinamentos da Igreja, a fim de proteger o desenvolvimento da comunidade familiar e de afirmar as características e liberdades naturais concedidas por Deus.

²¹ Livre tradução: De especial preocupação é o fato de que as ideologias de gênero não são apenas sistemas virtuais de visão de mundo - são agressivamente impostas à opinião pública, introduzidas gradualmente na legislação e tornadas cada vez mais forçadamente visíveis em diferentes esferas da vida humana, especialmente na educação escolar e familiar. “Se essas idéias circulassem apenas em teoria, elas não iriam além do direito à opinião privada e à possível existência de diferentes pontos de vista filosóficos. O perigo reside no fato de que tais teorias anti-humanas estão tentando ser postas em prática e se tornar a ideologia dominante, às vezes por meio de pressões internacionais na comunidade global” O Papa Francisco afirma que “hoje uma guerra mundial está sendo revogada para destruir o casamento”, referindo-se à teoria do gênero como “colonização ideológica destrutiva”. O que foi até recentemente considerado desvio sexual hoje é proclamado pelos teóricos do gênero como não apenas normal, mas como uma regra de vida a seguir sob pena do ridículo, da censura e até do castigo.

Em resumo, segundo a carta, homens e mulheres devem aceitar sua identidade sexual, uma vez que as diferenças físicas, morais ou espirituais são orientadas para a complementariedade do casal, para o bem do matrimônio e para o florescimento da vida familiar. Para tanto, é necessário mostrar maior vigilância em relação às “teorias de gênero”, evitando a destruição ideológica da alma, da pessoa humana, da família, das crianças e dos jovens, enfim, da sociedade como um todo. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016). A carta se encerra com um pedido de que os fiéis ajudem no combate a isso que eles vêm chamando de “teoria/ ideologia de gênero”. Dentre as recomendações, três se destacam:

we ask everyone, especially those working in the fields of information and education, to defend and disseminate traditional moral values regarding sexuality and the family, remembering that “nothing can justify recourse to disinformation for manipulating public opinion through the media”. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).²²

we ask all who are responsible for developing educational curricula to prepare them on the basis of natural and divine law, respectful of the truth, the qualities of the heart, and the moral and spiritual dignity of man, avoiding any propaganda against sexual purity, marital fidelity, and the true identity of the human person. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).²³

we call upon all people of good will, especially government officials and legislators, to be vigilant that the legislation not give way to implementing uncertain and untested concepts of human identity or family, or principles of gender education, remembering that “the ruling authority has as its aim to serve the common good, to preserve and protect the natural and true freedom of citizens, families, and community organizations.” Legislation will only be firm and unshakable when it is based not on temporary and dubious theories, but on the natural law affirmed by divine revelation. (SVIATOSLAV SHEVCHUK, 2016, *online*).²⁴

Aqui continua a aparecer, como nos outros documentos já apresentados, a preocupação com o plano político-legislativo e a justificativa de que a “ideologia de gênero” estaria se aproveitando da falta de informação da população. Mas, além disso, essa carta

²² Livre tradução: Nós Pedimos a todos, especialmente àqueles que trabalham nos campos da informação e da educação, que defendam e divulguem os valores morais tradicionais em relação à sexualidade e à família, lembrando que "nada pode justificar o recurso à desinformação para manipular a opinião pública através da mídia".

²³ Livre tradução: Pedimos a todos os que são responsáveis pelo desenvolvimento dos currículos educacionais para prepará-los com base na lei natural e divina, respeitando a verdade, as qualidades do coração e a dignidade moral e espiritual do homem, evitando qualquer propaganda contra a pureza sexual, a fidelidade matrimonial e a verdadeira identidade da pessoa humana.

²⁴ Livre tradução: Nós pedimos a todas as pessoas de boa vontade, especialmente funcionários do governo e legisladores, que estejam atentos para que a legislação não dê lugar à implementação de conceitos incertos e não testados de identidade humana ou família, ou princípios de educação de gênero, lembrando que "o objetivo da autoridade governante é o de servir o bem comum, preservar e proteger a liberdade natural e verdadeira dos cidadãos, das famílias e das organizações comunitárias". A legislação só será firme e inabalável quando se basear não em teorias temporárias e duvidosas, mas na lei natural afirmada pela revelação divina.

escrita pelo Arcebispo apresenta duas novidades: tem um apelo mais central à questão do currículo e à questão dos sistemas de comunicação, que acabavam aparecendo de um modo mais generalizado nos outros documentos, muito provavelmente porque essa carta foi publicada em 2016 e pôde consultar fontes produzidas anteriormente, uma vez que vemos claras referências à nota da Conferência Episcopal Peruana e à exortação apostólica “*Amoris Laetitia*” do Papa Francisco.

Deste modo, Michelle Perrot (2002), ao discutir as relações entre o catolicismo e a sexualidade, demonstra como a questão da sexualidade e do gênero sempre estiveram nas bases de preocupação da Igreja

A recusa de uma sexualidade ou prazer, comparados ao pecado, até mesmo ao pecado por excelência, parece a mim quase como a fundação do Cristianismo, pelo menos com os pais da Igreja, em particular Santo Agostinho e São Jerônimo, que expressavam um desgosto profundo pelo negócio carnal e seu comércio. (PERROT, 2002, p.193)

Assim, a partir desse movimento de fazer aparecer alguns elementos importantes no processo de constituição dos discursos em torno da “ideologia de gênero”, pode-se perceber que o discurso da religião cristã sobre a sexualidade não fala, de fato, sobre a sexualidade. As Cartas Encíclicas e os pronunciamentos dos Papas em torno da sexualidade humana, antes da publicação da nota da Conferência Episcopal Peruana, apresentam um discurso em torno do pecado, da cobiça, de um dom de Deus, do amor cristão, da salvação e da danação da alma. O que está presente é uma ideia de desejo que foge do imaginário do matrimônio e que ao ocupar o pensamento dos sujeitos já é capaz de degradar a essência da alma, mesmo que esse desejo não tenha sido materializado. Ou seja, esses discursos não apresentam semelhança alguma com as falas dos médicos, dos psiquiatras, dos pedagogos, dos psicólogos, dos juristas e de outras inúmeras figuras que visavam às patologias da sexualidade e os efeitos dessas patologias na sociedade. Para Perrot (2002)

Ainda assim, a condenação do pecado da carne é reiterada, reformulada em circunstâncias diversas, com modalidades diferentes que resistem à modernidade e à ciência. O último, pelo contrário, é chamado ao resgate, para fortalecer a posição da Igreja. Os médicos católicos nos séculos XIX e XX se apoiavam na descoberta do ciclo feminino de ovulação para regular as relações conjugais que só poderiam obedecer aos ritmos "naturais.". Assim como o ultrassom permite aos oponentes do aborto enfatizar a humanidade do feto. A sexualidade é hoje a linha Maginot de uma moral na qual João Paulo II seria o guardião, inflexível e afligido. (PERROT, 2002, p.193,194).

Isto é, por mais que seja invocada uma ideia de ciência, ela aparece apenas para ressaltar a importância de seguir as regras de Deus, para que se evite uma destruição da alma. Assim, a sexualidade é essa linha de fortificações que a Igreja construiu para manter sua posição e seus princípios morais. Deste modo, a religião não produziu um discurso científico sobre a sexualidade, mas sim um discurso sobre o corpo, sobre a carne e sobre a alma. Em outras palavras, o discurso científico sobre a sexualidade é uma herança secularizada das preocupações cristãs com a carne e o desejo.

Contudo, um deslocamento pode ser percebido aqui: após a publicação da nota da Conferência Episcopal Peruana parece que, nesse e nos documentos publicados posteriormente, os discursos se fundem. As ideias cristãs do pecado, da carne, da natureza de Deus e de um desejo que escapa ao matrimônio, ainda estão presentes, porém, a biologia e a cientificidade são trazidas para o jogo não só para ressaltar a importância das regras divinas, mas para mostrar como quem se coloca fora desse caminho é considerado um risco para a sociedade. Ou seja, a primeira aposta deste trabalho é a de que a soma de um discurso religioso que não fala, de fato, sobre a sexualidade, com os discursos normalizadores, com pretensão de cientificidade, é o que tem formado os argumentos em torno do que ficou conhecido como “ideologia de gênero” ou “teoria de gênero” em diversos países.

1.2 O contexto mundial

Por mais unimaginável que isso possa parecer, as ocorrências fundamentalistas que presenciamos atualmente não são exclusividade brasileira. Na França, ocorre um fenômeno semelhante: em 2013, no período de tramitação da lei pelo casamento igualitário, a extrema direita e grupos católicos tomaram as ruas contra o “*mariage pour tous*”²⁵ – projeto do governo de François Hollande que aprovava o casamento entre pessoas do mesmo gênero e liberava a adoção de crianças para esses casais. As manifestações foram organizadas pelo Instituto Civitas e pelo coletivo “*la manif pour tous*”²⁶, (que tem Frigide Barjot como uma de suas principais representantes e adota esse nome justamente em oposição ao “*mariage pour tous*”). Eles protestam contra a ampliação dos direitos a casais homossexuais, como o casamento, a reprodução assistida e a adoção, e dizem defender a família e a infância. Nessa mesma época, em resposta às manifestações dos grupos de extrema-direita Paul B. Preciado

²⁵ “Casamento para todos”.

²⁶ “A manifestação para todos”.

publica no jornal Francês *Libération*, um texto intitulado “Quem defende a criança *queer*?” (PRECIADO, 2013). Preciado utiliza de suas experiências pessoais, relatando as violências que sofreu na infância, para demonstrar a fraqueza dos argumentos da direita conservadora, afirmando que a criança que Frigide Barjot diz proteger, não existe.

A criança a ser protegida, de Frigide Barjot, é o resultado de um dispositivo pedagógico terrível, o lugar onde se projetam todos os fantasmas, a justificativa que permite que o adulto naturalize a norma. A biopolítica é vivípara e pedófila. A reprodução nacional depende disso. A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto. A polícia de gênero vigia o berço dos seres que estão por nascer, para transformá-los em crianças heterossexuais. A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera. A polícia de gênero exige qualidades diferentes do menino e da menina. Dá forma aos corpos com o objetivo de desenhar órgãos sexuais complementares. Prepara a reprodução da norma, da escola até o Congresso, transformando isso numa questão industrial. (PRECIADO, 2013, *online*).

Ou seja, os manifestantes contra o “*mariage pour tous*” apelam a uma família que eles mesmos constroem. Eles defendem o poder de educar as crianças em uma norma sexual e de gênero, presumindo que todas elas são heterossexuais, fazendo ser dever dos pais corrigir as que não se encaixam nessa norma. Essa infância que eles alegam proteger é reduzida a uma identidade sexual e de gênero e defendida pelo direito de discriminar, punir e corrigir os desvios; trazendo terror, exclusão e morte. O que acontece aqui é a heteronormatividade sequestrando as famílias, transformando pais e mães em soldados de uma norma sexual compulsória. (PRECIADO, 2013).

No entanto, esse embate continua após a criação do programa “*abcd de l’egalité*”²⁷ – proposto por Najat Vallaud-Belkacem, na época ministra dos direitos das mulheres – que tinha o objetivo de ensinar às crianças a igualdade entre meninos e meninas e romper com os estereótipos de gênero. Contudo, grupos ligados à extrema direita lançam, em Janeiro de 2014, um dia de boicote²⁸ as aulas, alegando que o programa estaria obrigando as escolas a ensinar o que ficou conhecido como “*théorie du genre*”²⁹, que, segundo eles, tem o objetivo

²⁷ “ABDC da Igualdade”

²⁸ Farida Belghoul uma cineasta e escritora argelina que ficou conhecida por ser ativista dos movimentos antirracistas, se junta à extrema direita e organiza o movimento “um dia ao mês sem escola” por acreditar que o programa “*abcd de l’egalité*” “tende a tirar das crianças o último reduto que permite a identificação com algo sólido e enraizado: a identidade sexual”. Em entrevista ao *Le Monde* ela diz que “a diferença sexual é a origem da humanidade. A reprodução humana ocorre devido a esta diferenciação, que é o fundamento do mundo em que vivemos, e que a ideologia de gênero pretende destruir de modo astuto, ‘pelas costas’ dos pais” [...] É um projeto claro e organizado, que devemos absolutamente impedir. [...] Todas as famílias da Europa, todas as mães e pais, estejam cientes do que está acontecendo com nossos filhos, porque eles estão sendo destruídos. “Será uma catástrofe para toda a humanidade, a teoria de gênero leva a barbárie”.

²⁹ “Teoria do gênero”.

de eliminar as diferenças biológicas entre homens e mulheres e promover a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade.³⁰

Na Rússia, em 2013, a Duma (câmara dos deputados), aprovou o projeto de lei que proíbe a divulgação de "propaganda de relações não tradicionais"³¹ entre menores. O projeto de lei recebeu o apoio de 436 deputados, apenas uma abstenção e nenhum voto contrário. Assim, quem fizer a distribuição de materiais que levantem interesse em relacionamentos não tradicionais, que faça com que menores formem predisposições a esse tipo de relacionamento ou que apresentem a ideia de que as relações sexuais tradicionais e não tradicionais são socialmente iguais, será, a partir de agora, punido com multas. Além de civis, o projeto de lei prevê multa para pessoa jurídica e cargos públicos, detenção de até 15 dias e deportação para estrangeiros. Segundo o governo russo o propósito é proteger as crianças de serem expostas a uma "homonormatividade" que contradiz os valores da família tradicional. A lei foi assinada pelo presidente Vladimir Putin em Junho de 2013.³²

Na Itália, em Março de 2015, uma iniciativa do conselho da cidade de Trieste, chamada "*Il gioco del rispetto*"³³, destinado a crianças de 3 até 6 anos de idade, foi implantado em 45 escolas da região, com a intenção de ensinar, de maneira lúdica e recreativa, que homens e mulheres merecem a mesma oportunidade e que não há um conjunto fixo de características ou de deveres que meninas e meninos devem aderir por conta de seu gênero, gerou opiniões controversas. Antes mesmo de o programa ser lançado, o partido de direita Liga Norte e o partido conservador Força Itália, demonstraram forte oposição, pedindo, inclusive, sua suspensão imediata sob a justificativa de que o programa era "uma tentativa dissimulada de manipular psicologicamente crianças pequenas com mensagens deliberadamente ambíguas e a imposição de um modelo de sociedade que prevê a eliminação

³⁰ Para saber mais, acessar <<https://goo.gl/oU3ezm>> - Acesso em 1 Mar. 17

³¹ Em Julho desse ano, um dois mais renomados teatros do mundo, o Teatro Bolshoi da Rússia cancelou, três dias antes da estreia, o aguardado ballet sobre a vida de Rudolf Nureyev (bailarino soviético mais famoso do século XX, assumidamente homossexual, que morreu em 1993 por complicações decorrentes da AIDS). Vladimir Urin, diretor geral do Bolshoi, explicou em entrevista coletiva que o ballet estava cru, precisava de mais tempo de ensaio. Contudo, bailarinos e membros da produção afirmaram que o motivo do cancelamento se deve ao fato de o ballet apresentar nudez e retratar a necessidade de talentos fugirem da Rússia devido a sua orientação sexual (Nureyev em uma de suas turnês com o ballet Kirov pediu asilo em Paris). Bailarinos e bailarinas que faziam parte da peça se manifestaram nas redes sociais dizendo que acreditavam que muitos ballets já apresentados pelo Bolshoi não estavam tão bem ensaiados como esse e que apresentar um ballet com essa temática seria demais para um governo que aprovou uma lei que proíbe a "propaganda gay". Maria Alexandrova, primeira bailarina do ballet Bolshoi, se pronunciou na rede social *Instagram* dizendo que "A última vez que isso [o adiamento da estreia] aconteceu no teatro foi na década de 1930, durante o Grande Terror de Stalin". Para saber mais acessar <<https://goo.gl/WQq4Qk>> - Acesso em 19 Ago 2017.

³² Disponível em : <<https://goo.gl/SfLgTn>> - Acesso em 30 Abr 17.

³³ "O jogo do respeito".

das diferenças naturais entre os sexos.”³⁴ Sandra Savino, da Força Itália, afirmou na época que o programa não apresentava nenhuma função pedagógica e que o local correto para se falar sobre as diferenças de gênero era no seio familiar.

Já na Polônia, em 2015, o Presidente Andrzej Duda do Partido Lei e Justiça, vetou uma lei que beneficiava a população trans* e que já havia sido aprovada pelo Parlamento Polonês. A lei permitia que pessoas trans* que fossem cidadãs polonesas não casadas e apresentassem duas confirmações médicas, requeressem uma nova certidão de nascimento, bem como novos documentos educacionais e de trabalho, sem ter que se submeter a hormônio-terapias ou cirurgias. Depois desse acontecimento, o governo anunciou projetos para retirar todos os elementos ligados à educação sexual e à igualdade de gênero das instituições de ensino. Nessa mesma época, organizações pró-vida apresentaram uma petição ao Parlamento solicitando a retirada de circulação das pílulas do dia seguinte.

Na Colômbia, em 2016, o Tribunal Constitucional ordenou uma revisão dos manuais de convivência escolar – documentos das escolas públicas e privadas que estabelecem regras de comportamento interno – com o objetivo de garantir o respeito à diversidade sexual e a identidade de gênero dos alunos. A revisão desses manuais foi motivada pelo caso Sérgio Urrego, um adolescente de 16 anos que cometeu suicídio em 2014, após sofrer, por conta de sua sexualidade, diversas ações discriminatórias por parte da direção da escola Gimnasio Castillo Campestre. Após a divulgação de uma foto em que Sérgio aparecia beijando outro colega de classe, a direção passou a tratar a relação entre dois meninos como um problema psicológico, se embasando no manual de convivência escolar que proibia as “manifestações de amor obscenas, grotescas ou vulgares”³⁵. Mas a direção da escola não parou por aí: suspenderam o estudante, solicitaram acompanhamento psicológico para que ele pudesse retornar às aulas, denunciaram sua mãe por abandono familiar e orientaram os pais do outro estudante envolvido a prestar queixa de assédio sexual contra Sérgio (as queixas foram retiradas após o estudante cometer suicídio).

Nesse sentido, o Ministério da Educação, em conjunto com a ONU e a ONG *Colômbia Diversa*, projetou uma cartilha, destinada a professoras e diretoras, que poderia guiar a construção dos novos manuais de convivência, evitando a inclusão de códigos discriminatórios. Contudo, isso causou uma grande polêmica com os setores religiosos que acusam o governo de promover uma “ideologia de gênero”, argumentando que através da

³⁴ Comunicado feito por Barbara Zilli, diretora regional da Liga Norte, transcrito pelo jornal Newsweek. Para saber mais, acessar <<https://goo.gl/O1ruWx>> - Acesso em 1 Mar. 17

³⁵ Para saber mais acessar: <<https://goo.gl/csD5Ba>> Acesso em 19 Abr 17.

modificação dos manuais de convivência se quer impor uma estrutura que perpassasse todas as disciplinas escolares, atentando contra o direito da criança de ser protegida integralmente e contra os direitos dos pais de educarem seus filhos. A igreja católica convocou os pais das crianças para uma marcha em prol da família e da criança; da defesa dos princípios morais, éticos e religiosos, alegando que não cabe ao Estado o poder de educar.

Com o mesmo argumento de defesa da criança o *American College of Pediatricians* (ACP), dos Estados Unidos da América, emitiu em Março de 2016, uma declaração intitulada “*Gender Ideology Harms Children*”³⁶ escrita por Michelle A. Cretella (presidente do *American College of Pediatricians*), Quentin Van Meter (endocrinologista pediátrico e vice-presidente do *American College of Pediatricians*) e Paul McHugh (psiquiatra do Hospital Johns Hopkins), onde estão enumeradas oito razões pelas quais a “ideologia de gênero” é prejudicial às crianças. Aqui é interessante salientar que o *American College Of Pediatricians* é um pequeno grupo anti-LGBTI que criou esse nome para ser facilmente confundido com a *American Academy of Pediatricians* (AAP), a maior organização pediátrica do país. Os Médicos que compõem a ACP faziam parte da AAP, mas deixaram a organização quando ela emitiu uma declaração explicando que pais e mães homossexuais não representam riscos para crianças adotadas. Uma organização de advocacia americana, a *Southern Poverty Law Center*, já se pronunciou diversas vezes dizendo que a ACP é um grupo de ódio que tem promovido alegações falsas e relatórios científicos enganadores.

O primeiro tópico da declaração emitida pela ACP diz que a sexualidade é um traço binário biológico com o propósito óbvio de reprodução e de crescimento da espécie, onde “XY” e “XX” são marcadores de machos e fêmeas, respectivamente. Assim, pessoas conhecidas como intersex não constituiriam um terceiro sexo, mas seriam uma desordem do design humano. No segundo ponto, gênero é tratado como um conceito sociológico e psicológico, uma vez que ninguém nasceria com um gênero e, sim, com um sexo biológico. Nesse sentido, pessoas que se identificam com o “sexo oposto” ou “em algum lugar entre” não compreendem um terceiro sexo, mas permanecem mulheres ou homens biológicos. O terceiro ponto diz que quando um garoto biológico acredita que é uma menina, ou uma garota biológica acredita que é um menino, o que ocorre não é um problema de ordem biológica-corporal e sim de ordem mental. Segundo o documento, esse pensamento confuso caracteriza a disforia de gênero, um transtorno mental reconhecido no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM-V). O quarto ponto versa sobre a puberdade e

³⁶ “Ideologia de gênero prejudica as crianças.”

sobre o perigo de realizar bloqueios hormonais nessa fase para poder tornar sua aparência mais similar a do sexo oposto. O quinto tópico traz informações do DSM-V que dizem que 88% das meninas e 98% dos meninos confusos quanto ao seu gênero, acabam aceitando seu sexo biológico após passar naturalmente pela puberdade. O sexto item discorre sobre a esterilidade, a impossibilidade de conceber crianças mesmo que por tecnologia assistida, os riscos à saúde de pessoas que utilizaram hormônios bloqueadores da puberdade e hormônios sexuais cruzados. O sétimo item traz a ideia de que as taxas de suicídio são, praticamente, vinte vezes maiores entre pessoas que usam hormônios sexuais cruzados e que se submeteram a cirurgia de reassignificação. O oitavo ponto diz que “é abuso infantil condicionar crianças a acreditar que é normal e saudável ter uma vida inteira de personificação química e cirúrgica do sexo oposto”, do mesmo modo que “endossar a discordância de gênero como normal via educação pública e políticas legais confundirá as crianças e os pais”.³⁷ O que fica evidente é que a declaração por completo se constituiu como um apelo pela criança e pela família da norma.

Em Março de 2016, Enrique Peña Nieto, atual presidente do México, apresentou uma proposta de mudança do Artigo 4º da Constituição, a fim de legalizar o matrimônio entre pessoas do mesmo gênero e evitar qualquer tipo de discriminação. Contrária a essas mudanças, a organização “*Frente Nacional por La Familia*”³⁸ organizou manifestações por todo o País alegando que, além de equiparar as relações entre pessoas do mesmo sexo ao matrimônio, o governo estaria permitindo a adoção de crianças por esses casais, a troca de sexo em documentos oficiais e a disseminação da “ideologia de gênero”, fazendo com que pais que não concordam com a educação para o gênero nas escolas percam o direito de educar seus próprios filhos.

Até aqui foi possível perceber que os argumentos presentes nos discursos conservadores são tão similares que atravessam as fronteiras entre os Países, de tal maneira que um vídeo intitulado “Compreendendo a ideologia de gênero em menos de 3 minutos”³⁹, produzido pelo coletivo “*la manif pour tous*”, foi traduzido para o espanhol e reproduzido pela “*Frente Nacional por La Familia*” em redes sociais. O mesmo vídeo foi traduzido também para o alemão “*Gender erklärt in weniger als 3 Minuten*”⁴⁰ e publicado no site da

³⁷ Todas as informações que compõem os tópicos desse documento foram retiradas da declaração oficial e todas as traduções foram feitas por mim. Original disponível em < <https://goo.gl/CfXLzU>> - Acesso em 19 Abr 17.

³⁸ “Frente nacional pela família”.

³⁹ Para o vídeo completo ver < <https://goo.gl/RbQP8t>> - Acesso em 21 Abr 17.

⁴⁰ Disponível em < <https://goo.gl/tX4lkE>> - Acesso em 27 Abr 17.

“*Demo Für Alle*”, uma aliança de várias organizações familiares, associações políticas e religiosas que se inspiraram no grupo “*La Manif Pour Tous*”.

Na Alemanha em Junho de 2015, manifestantes ligados ao “*Demo Für Alle*”⁴¹ tomaram as ruas de Stuttgart para protestar contra o projeto do governo de Baden-Württemberg de introduzir a educação sexual nos currículos, dizendo que aqueles que apoiam e promovem essas mudanças estão agindo de forma agressivamente intolerante. Para os manifestantes há uma consciência crescente de que esses currículos são baseados em pressupostos não científicos e que, se adotados, preveem o abuso sexual oficial e institucionalizado de crianças através do sistema escolar.

Nesse mesmo caminho, o Programa “*Safe Schools*”⁴², criado pelo grupo de organizações “*Safe Schools Coalition Australia*” – administrada pela Fundação para Jovens Australianos e financiada pelo governo federal e por diversos governos estaduais – sofreu, desde 2016, inúmeros golpes de grupos cristãos. Com objetivo de desafiar o *bullying* e a discriminação da comunidade LGBTI no espaço escolar, o programa “*Safe Schools*” começou no Estado de Vitória em Outubro de 2010, recebeu um financiamento nacional de oito milhões de dólares em 2013 e foi lançado formalmente pelo governo liberal em Junho de 2014. Em seu ápice, o programa contou com 545 escolas membros. Sua principal missão era dar apoio aos professores e escolas que estavam buscando ajuda na criação de um ambiente mais inclusivo para os estudantes, funcionários LGBTI e suas famílias. Por mais que um de seus objetivos fosse encontrar respeito e tolerância para as pessoas LGBTI por meio da educação, o material dava a oportunidade dos estudantes questionarem os estereótipos de gênero e sexualidade além de desafiar noções da heteronormatividade.

Para tanto, o material era composto de quatro guias oficiais que incluíam informações sobre o ensino da diversidade sexual e de gênero e de tópicos intersexuais, três cartazes e oito planos de aula. Para acompanhar as aulas foram incluídos vídeos com temáticas de diversidade de gênero na juventude, relação amorosa entre pessoas do mesmo gênero, além de um livro infantil intitulado “*Gender Fairy*” que explicava as questões transgêneras. Contudo, o grupo “*Australian Christian Lobby*” tem feito uma campanha contrária a essa iniciativa, alertando os diretores das escolas para que não permitam a entrada do programa em suas instituições, uma vez que, segundo eles, a maioria dos diretores não está

⁴¹ Para saber mais acessar <<https://goo.gl/3ywKT5> > - Acesso em 27 Abr 17

⁴² “Escolas seguras”. Para saber mais acessar < <https://goo.gl/DfJZZp> > - Acesso em 27 Abr 17.

ciente das propostas do programa e está agindo, inconscientemente, a favor da militância LGBTI.

Em entrevista ao “*LifeSiteNews*”⁴³, Wendy Francis, porta-voz do grupo, disse que “A sexualidade, o sexo, não é prioridade na lista de razões que motivam o assédio moral. Em pesquisas feitas entre estudantes a imagem corporal é a primeira, com 38%, seguido por marcas, raças, línguas e, em seguida, questões de gênero, que foi dado com uma taxa de 6%”. Para ela “Não é apenas uma questão de cristianismo, mas os cristãos acreditam que cada criança é criada à imagem de Deus, e Deus nos fez macho e fêmea [...] Estamos em uma batalha pela inocência de nossos filhos”. Para o “*Australian Christian Lobby*”, o programa está usando o pretexto do *bullying* para mascarar seus objetivos de normalizar o comportamento homossexual e transgênero, promover a atividade sexual prematura e a “ideologia de gênero” entre as crianças. O programa deixou de receber financiamento do governo federal em 2016.

Na Espanha, a associação *HazteOír* lançou em Fevereiro de 2017 a campanha de nome “O ônibus que não mente”, em resposta à propaganda que a associação *Chrysallis Euskal Herria* realizou em prol de crianças transexuais, trazendo a frase “Há meninas com pênis e meninos com vagina. Simples assim”, estampada em pontos de ônibus. A campanha da *HazteOír* consistia em um ônibus circulando por Madrid com a frase “Os meninos têm pênis. As meninas têm vagina. Não deixe que te enganem. Se você nasce homem, é homem. Se é mulher, continuará a ser”⁴⁴.

No Peru, manifestantes saíram às ruas, em Março de 2017, para protestar contra o ensino da “ideologia de gênero” nas escolas que, segundo eles, estaria destinado a promover a homossexualidade e a libertinagem entre os estudantes. A campanha “*Con mis Hijos no te Metas*”⁴⁵ é uma resposta ao novo currículo nacional da educação básica que foi aprovado pelo Ministério da Educação e conta com questões de gênero e sexualidade. Marilú Doris Martens Cortés, atual Ministra da Educação do Peru, não deixou as acusações sem resposta. Em entrevista⁴⁶ ao “*El Comercio*” ela afirma que “Não existe uma ideologia de gênero. O que existe são sete enfoques transversais, um deles é a igualdade de gênero, que está em vigor desde 2004 nos currículos.” Ela ainda completa que “é um enfoque de igualdade de direitos,

⁴³ Disponível em < <https://goo.gl/HRVtKZ> > - Acesso em 27 Abr 17.

⁴⁴ Para saber mais acessar < <https://goo.gl/H4Btu6> > - Acesso em 07 Abr 17.

⁴⁵ “Não mexa com os meus filhos”

⁴⁶ Disponível em < <https://goo.gl/VpP1CR> > - Acesso em 27 de Abr 17.

deveres e oportunidades de gênero. Não há nenhuma ideologia. Isso são mitos, crenças de grupos religiosos e de outra natureza.”.

Assim, a partir desse contexto de emergência do que ficou conhecido como “ideologia de gênero”, fica evidente que os discursos que têm sido produzidos em torno deste tema formam-se através da junção de dois discursos distintos: o primeiro, puramente religioso, que versava sobre o corpo, a carne e o desejo e já apresentava traços da biologia para reafirmar a importância do matrimônio e da constituição de uma família; e o segundo, mais recente, que apresenta pretensões científicas, almeja uma continuidade entre o sistema sexo-gênero-desejo e está centrado nos aspectos psicológicos e comportamentais da criança. Por mais que no Brasil essa onda ultraconservadora tenha uma maior representação dos movimentos ligados a uma vertente neopentecostal, percebe-se que esses movimentos atuais que se colocam em defesa da moral e dos bons costumes têm embasado seus argumentos também em princípios católicos, dizendo que a “ideologia de gênero” tem três pontos principais de ataque: 1) a família, 2) a criança e 3) a educação. Esses enunciados ficaram mais explícitos no decorrer da pesquisa, com a apresentação de fragmentos das emendas submetidas ao texto do Projeto de Lei que deu origem ao PME de Curitiba.

PARTE II - O CENÁRIO BRASILEIRO

“[...] fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais.”⁴⁷

2.1 Os caminhos da pesquisa

As emendas feitas ao projeto de lei que deu origem ao PME de Curitiba foram encontradas em pesquisas realizadas no site da Câmara Municipal de Curitiba. Meu encontro com esse material empírico acontece quando o LABIN – Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação, grupo de pesquisa da Universidade Federal do Paraná - CNPq, coordenado pela professora doutora Maria Rita de Assis César – começa a desenvolver uma pesquisa conjunta com o objetivo de quantificar os projetos de lei nos âmbitos nacional, estadual e municipal que tinham como foco o combate do que se tem chamado de “ideologia de gênero”. Iniciei as pesquisas no âmbito municipal, utilizando os termos, gênero, ideologia e sexualidade como filtros, até o mês de Julho de 2016. A partir dessas palavras-chave pude encontrar 1298 ocorrências. Assim, após examinar todas as ementas das proposições legislativas encontradas, descartei as que apareceram como resultado só por similaridade de palavras e mantive as que tinham o tema de interesse da pesquisa, as agrupei por ano, critério de busca e tipo de proposição. Assim, foi possível perceber que: a) a ideia de “ideologia de gênero” começa a aparecer nos documentos só em 2014 e que o ano de 2015 concentrou a maioria dos resultados; b) o único resultado de 2014 é um Projeto de Lei Ordinária de iniciativa e autoria da vereadora Carla Pimentel que tinha como ementa instituir, no âmbito do sistema municipal de ensino, a disciplina “Educação e Escola sem Partido”; c) no ano de 2015 há emendas ao projeto de lei que deu origem ao PME de Curitiba e a Proposição de um Projeto de Emenda à Lei Orgânica d) em 2016 os vereadores lançam um requerimento com o objetivo de verificar se o que foi aprovado no PME estava sendo cumprido.

Assim, após essa primeira etapa de pesquisa, comecei a me dedicar à leitura desses documentos e pude perceber que como pesquisadora, era esse o fenômeno dos dias de hoje que eu deveria analisar. Era a urgência da atualidade que estava ali, naqueles documentos. Era a partir deles e com eles que a crítica ao que tem sido chamado de “ideologia de gênero”

⁴⁷ (FOUCAULT, 2006, p.180).

precisava ser feita, uma “crítica da crítica, que está sempre pronta a se voltar contra si mesma para perguntar sobre as condições de possibilidade de sua existência, sobre as condições de sua própria racionalidade” (VEIGA-NETO, 2003, p. 28).

Dessa maneira, me centrei nas emendas feitas ao projeto de lei que deu origem ao PME de Curitiba e as dividi, primeiramente, de acordo com o seu estado (aprovadas, retiradas pelo autor ou rejeitadas em plenário) e, em um segundo momento, por tipo: emendas modificativas (aquelas que propõem alterações pontuais ao texto de uma proposição, mas mantêm as linhas gerais do texto original), emendas substitutivas (as que propõem a substituição do texto de uma proposição principal por outro texto) e emendas supressivas (que preveem a retirada de parte do texto de uma proposição). As emendas são, em sua maioria, compostas por uma identificação inicial, onde estão descritos o código, a iniciativa e o usuário autor; um texto que diz o objetivo da emenda; o texto original; o texto emendado e, por fim, uma justificativa. No total foram submetidas sessenta e três emendas ao texto original do PME, dentre as quais cinquenta tinham o tema específico de gênero. A tabela 1 mostra a relação das emendas com essa temática específica.

TABELA1 – EMENDAS SUBMETIDAS AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº005.00129.2015 QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Continua				
CÓDIGO	INICIATIVA	PARTIDO	TIPO	ESTADO
033.00016.2015	Felipe Braga Côrtes	PSD	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00017.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00020.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00021.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00022.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00025.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00027.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
033.00028.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda supressiva	Retirada pelo autor
033.00029.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda supressiva	Retirado pelo autor

Continuação

CÓDIGO	INICIATIVA	PARTIDO	TIPO	ESTADO
033.00030.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda supressiva	Retirada pelo autor
033.00031.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda supressiva	Retirado pelo autor
034.00041.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00043.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00044.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00046.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00047.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00050.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00051.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00052.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00053.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00054.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00055.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00056.2015	Chico do Uberaba	PMN	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00057.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00058.2015	Chico do Uberaba	PMN	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00059.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00060.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00061.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00067.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
034.00073.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Retirado pelo autor
035.00022.2015	Felipe Braga Cortês	PSD	Emenda substitutiva	Retirado pelo autor
035.00024.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda substitutiva	Retirado pelo autor

				Conclusão
CÓDIGO	INICIATIVA	PARTIDO	TIPO	ESTADO
035.00029.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Retirado pelo autor
035.00031.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Retirado pelo autor
035.00032.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Retirado pelo autor
035.00035.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Retirado pelo autor
033.00019.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda supressiva	Aprovada
033.00020.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda supressiva	Aprovada
034.00048.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Aprovada
034.00069.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Aprovada
034.00074.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Aprovada
034.00075.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Aprovada
035.00026.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Aprovada
035.00028.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Aprovada
035.00033.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Aprovada
035.00034.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda substitutiva	Aprovada
034.00045.2015	Diversos Vereadores	---	Emenda modificativa	Rejeitada em plenário
034.00064.2015	Carla Pimentel	PSC	Emenda modificativa	Rejeitada em plenário
035.00023.2015	Professor Galdino	PSDB	Emenda substitutiva	Rejeitada em plenário

FONTE: A AUTORA (2017).

Inicialmente fiquei surpresa com a quantidade de emendas que tinham sido retiradas pelo autor, mas no decorrer da análise foi possível perceber que as vereadoras retiravam as emendas, acrescentavam proposições e as submetiam novamente com o apoio de mais vereadores. Desse modo, das trinta e sete emendas retiradas pela autora, trinta e seis tiveram suas proposições aprovadas em emendas com outros códigos. A tabela 2 apresenta a relação

dos códigos⁴⁸ das emendas retiradas pelo autor, mostrando que os textos das suas proposições estão presentes em emendas aprovadas: seja o texto integralmente reproduzido em outra única emenda, ou através de proposições espalhadas em diversas delas.

TABELA 2 – EMENDAS RETIRADAS PELO AUTOR QUE TIVERAM SUAS PROPOSIÇÕES APROVADAS EM OUTRAS EMENDAS

CÓDIGO DAS EMENDAS RETIRADAS PELO AUTOR	CÓDIGO DAS EMENDAS APROVADAS
033.00016.2015	034.00075.2015
033.00017.2015	033.00019.2015/ 033.00020.2015
033.00020.2015	033.00020.2015
033.00021.2015	033.00019.2015/ 033.00020.2015
033.00025.2015	033.00020.2015
033.00028.2015	033.00019.2015
033.00029.2015	034.00075.2015
033.00030.2015	034.00075.2015
034.00041.2015	035.00026.2015/ 035.00034.2015/ 034.00048.2015/ 034.00074.2015/ 035.00033.2015
034.00043.2015	035.00033.2015
034.00044.2015	035.00034.2015
034.00046.2015	034.00075.2015
034.00047.2015	034.00074.2015
034.00050.2015	035.00033.2015
034.00051.2015	034.00075.2015
034.00052.2015	034.00075.2015
034.00053.2015	034.00075.2015
034.00054.2015	034.00075.2015
034.00055.2015	034.00075.2015
034.00056.2015	034.00075.2015
034.00057.2015	034.00075.2015
034.00059.2015	034.00075.2015
034.00060.2015	034.00075.2015
034.00061.2015	034.00075.2015
034.00067.2015	035.00028.2015
035.00024.2015	034.00075.2015/ 034.00074.2015/ 035.00033.2015/ 035.00034.2015
035.00029.2015	033.00020.2015
035.00031.2015	034.00075.2015
035.00032.2015	034.00074.2015
035.00035.2015	034.00048.2015

FONTE: A AUTORA (2017).

⁴⁸ A partir desses códigos é possível consultar as proposições na íntegra através do link: <<https://goo.gl/9c19tf>>.

Dentre as emendas retiradas pelo autor, a de código 034.00058.2015 foi a única a não ser aprovada, uma vez que suas proposições estavam presentes na emenda 034.00045.2015, que foi rejeitada em plenário. Nessa pesquisa só me debruçarei na análise das dez emendas aprovadas, já que as proposições e justificativas das emendas retiradas pela autora estão nelas contempladas. Após esse primeiro momento de organização e já com maior contato com o *corpus* da pesquisa, pude perceber que as justificativas eram geradas em torno de três assuntos principais: a simetria com o PNE, o combate à “ideologia de gênero” e o direito das famílias educarem os filhos. Por mais que inicialmente eu tenha tentado separar essas emendas pelos assuntos das justificativas, percebi que não seria proveitoso para a análise, uma vez que uma mesma emenda apresenta argumentos nas justificativas voltados para os três assuntos. Em um segundo momento, me dirigi mais ao conteúdo do próprio texto das metas e estratégias e procurei inserir as emendas em categorias de análise, contudo, o mesmo problema surgiu: a junção de diversos enunciados em torno de diversos assuntos. A única possibilidade encontrada para agrupar as emendas por categorias seria dividir as partes de uma mesma emenda e mesclá-la com outras. Contudo, optei por apresentar as emendas do modo como elas foram submetidas, em quadros, com os mesmos elementos e com a mesma ordem em que elas aparecem nos documentos propostos pelas vereadoras para manter a maior proximidade possível com os documentos originais. Por isso, escolhi apresentar as emendas ao longo do trabalho, como modo de facilitar a compreensão dos leitores. Já o requerimento, posterior à aprovação do PME de Curitiba, e o Projeto de Emenda à Lei Orgânica serão analisados na última parte.

Cabe aqui entender que essas emendas, projetos e requerimentos são constituídos por e no campo discursivo. Por esse motivo, tomarei a análise do discurso, em sua compreensão foucaultiana, como perspectiva de leitura dos documentos que compõem o *corpus* dessa pesquisa. Para tanto é importante compreender que o enunciado “não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 1986, p.99), isto é, o enunciado é um “acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, 1986, p.32). Assim, a condição mesma do enunciado, essa sua função, para Foucault (1986), é formada por quatro elementos básicos que serão observados na análise das emendas. São eles: 1) um referente: um princípio de diferenciação, algo que possamos identificar. 2) um sujeito: uma posição que pode ser ocupada, de onde se pode afirmar alguma coisa. 3) um campo associado: a coexistência, associação e correlação de enunciados, sejam eles do mesmo discurso ou de outros discursos. 4) uma materialidade

específica: são coisas que foram, de fato, ditas, escritas em algum tipo de material que podem ser repetidas ou reproduzidas em diferentes épocas.(FISCHER, 2001, p. 202).

Então, para que se descreva um enunciado a partir dessa perspectiva é preciso que essas especificidades sejam contempladas na análise, fazendo com que o enunciado seja apreendido como acontecimento, como algo que aparece em certo lugar, num determinado tempo. Contudo, esse acontecimento não pode ser compreendido em um único plano, é preciso considerar que há diferentes tipos de acontecimento, com diferentes tipos de alcance que produzem efeitos em diferentes graus. (FOUCAULT, 2004). Dessa maneira, Foucault alerta que “uma coisa é o enunciado e outra o discurso. Existem elementos táticos comuns e estratégias opostas.”. (FOUCAULT, 2004, p.233).

Desta maneira, não faz sentido entender o discurso a partir de uma ideia universal e transcendental como meras palavras ou enunciações, mas em sua própria materialidade como instâncias de produção de efeitos, de produção do real. Isso implica dizer que não existe uma preocupação com a veracidade ou falsidade das proposições. Não interessa aqui fazer uma análise que busque mostrar o que está oculto nos documentos, trazer à luz o que está por debaixo do texto ou desvelar a verdade primeira das proposições. Pelo contrário, o que interessa é “[...] operar sobre os documentos, desde seu interior, ordenando e identificando elementos, construindo unidades arquitetônicas, fazendo-os verdadeiros monumentos.” (FISCHER, 2001, p. 205). Em outras palavras, trata-se de “[..]perguntar: por que isso é dito aqui, deste modo, nesta situação, e não em outro tempo e lugar, de forma diferente?” (FISCHER, 2001, p. 205). Interessará assim, na análise dos documentos, tentar descrever como os enunciados formam, a partir de determinadas condições, práticas discursivas que interpelam e subjetivam os sujeitos. Foucault, em *A arqueologia do saber* (1986) já demonstrava que o discurso aparece como

[...] um bem finito, limitado, desejável, útil que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas aplicações práticas) a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política. (FOUCAULT, 1986, p.139)

Ou seja, além da ideia do por que e para que determinados discursos tornam-se inteligíveis e são apropriados em tempos e lugares específicos é preciso ver a temporalidade dos discursos levando em conta as práticas a que eles se referem, as formações sociais em que estão inseridos e a trajetória dos conceitos. É preciso estar atento às rupturas operadas nos discursos e nas práticas, assinalar as discontinuidades históricas, mostrar as transformações

do discurso. (FISCHER, 2001). A análise discursiva embasada em Foucault deve dar conta, então, de como determinado discurso se instaurou e quais foram suas condições de emergência.

2.2 O caso de Curitiba

No Brasil, os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e de Dilma Vana Rousseff (2011 – 2016) foram conhecidos pela criação de programas que tinham o objetivo de combater a pobreza e melhorar a educação através da distribuição de renda e da universalização do ensino. Seus mandatos também foram marcados pelo desenvolvimento de programas na área da diversidade e principalmente de proposição de políticas públicas de educação em gênero e sexualidade através de parcerias entre movimentos sociais e Estado. Contudo, desde 2014, vimos o crescimento de grupos de oposição ao governo que se utilizaram de diversas estratégias para desmoralizar a gestão do segundo mandato da Presidenta Dilma. Essa articulação de diversos setores tradicionalistas da sociedade acabou criando uma onda de repulsa ao Partido dos Trabalhadores (PT) por grande parte da população, além de instituir um clima político favorável às pautas de bases conservadoras e religiosas. Já desde a declaração pública de voto na sessão que decidiu pela abertura do processo de *impeachment* da Presidenta foi possível perceber a emergência de questões de gênero. Todo esse processo político pautado pelo gênero culminou no *impeachment* da Presidenta Dilma em 2016, sem que houvesse respaldo legal para tal ação. Assim, a nova gestão caminha para uma tentativa de reformulação política contrária às demandas das populações historicamente excluídas e voltada para os valores da família tradicional brasileira, o que acaba colocando as questões de gênero e sexualidade em foco. (LANGNOR, 2017).

Foi, então, nesse contexto de disputas políticas que o texto original do PME de Curitiba sofreu várias alterações. O processo de elaboração desse documento – que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no município nos próximos dez anos, tanto para a rede pública quanto para a rede privada de ensino – se deu de uma forma ampla e democrática, com a participação de vários setores da sociedade, e se iniciou em 2013 com a criação do Fórum Municipal de Educação (FME). A respeito disso, o FME foi instituído pela Portaria N°29 em 10 de Maio de 2013 com a finalidade de coordenar as Conferências de Educação do Município, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e

participar do processo de concepção e avaliação da política educacional, incluindo a tramitação do PME. (CURITIBA, 2013).

Nesse sentido, o FME é composto por representantes⁴⁹ de órgãos, entidades e movimentos sociais dos segmentos da educação e dos mais diversos setores da sociedade. Ainda em 2013, houve uma pré-conferência para discutir os eixos do Plano Nacional de Educação e uma Conferência Municipal de Educação em Curitiba para discutir as metas do PNE. Já em 2014, após a Lei Nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências ser sancionada e estabelecer o prazo de um ano para os municípios elaborarem seus próprios Planos de Educação, o FME realizou onze encontros para a discussão e planejamento do Plano Municipal. Em 2015 elaborou-se uma consulta pública virtual e uma consulta aos alunos da rede municipal de ensino de Curitiba para que já em Maio, na Conferência Municipal de Educação, as diretrizes, metas e estratégias pudessem ser sistematizadas e aprovadas. Assim, o prefeito na época, Gustavo Bonato Fruet, encaminhou o documento – da mesma forma como foi aprovado na Conferência Municipal de Educação, isto é, onde as questões de gênero e sexualidade tinham sido contempladas – à Câmara Municipal. Aqui começam os (des)governos. (CÉSAR, 2016, submetido à publicação).

Como já visto, vereadores submeteram diversas emendas ao texto do PME que foi aprovado sem qualquer referência às questões da diversidade. Assim, durante esse processo destacaram-se alguns personagens que lideraram um movimento contrário ao que tem sido chamado de “ideologia de gênero”. Dentre os que tiveram mais destaque estão: a “psicóloga cristã” Marisa Lobo, o Instituto Plínio Correa de Oliveira (IPCO), o Movimento de Conscientização Política “Eu sou Brasil” da Primeira Igreja Batista, o Conselho de Ministros Evangélicos do Estado do Paraná, os organizadores da Marcha para Jesus, a vereadora Carla Pimentel, o vereador Felipe Braga Cortês e o vereador Chico do Uberaba.

Marisa Lobo (FIGURA 1), que ganhou popularidade ao defender a “cura gay”⁵⁰, se auto-intitula “ativista social pró-família e pró-cultura de vida”. Em um vídeo⁵¹ postado na rede social *Facebook*, ela diz que lutar contra a “ideologia de gênero” nos Planos de Educação significa lutar contra a orquestração contra a família e a vida, e contra a erotização e as orgias

⁴⁹ Para saber mais sobre a participação dos órgãos oficiais e da sociedade civil na elaboração do PME de Curitiba, ver Ens (2016).

⁵⁰ Marisa Lobo teve sua licença profissional cassada pelo Conselho Regional de Psicologia em 2014 por ter defendido a “cura gay” em debate na Câmara Federal, uma vez que fica proibida qualquer ação que, segundo a cartilha de ética da psicologia, favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas. Após recorrer a essa decisão do Conselho, Marisa Lobo conseguiu novamente o direito de exercer a profissão.

⁵¹ Disponível em: < <https://goo.gl/abMm3D> >. Acesso em: 29 Ago. 2017

que têm se tentado legalizar no Brasil. Além disso, ela alerta os pais para que prestem atenção nos materiais didáticos de seus filhos, pois eles estão ensinando que “um aglomerado de pessoas, uma reunião poliafetiva pode ser equiparada à família formada por um casal heterossexual.” Além de ministrar palestras sobre a “ideologia de gênero” e publicar um livro intitulado *A ideologia de gênero na educação*, ela conseguiu alcançar um grande número de pessoas com seus vídeos no *Youtube* e seus comentários em redes sociais.

FIGURA 1 – MARISA LOBO COM O CARTAZ “RESPEITO A FAMÍLIA” NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA



FONTE: Reprodução *Facebook* (2015).

Já o Instituto Plínio Correa de Oliveira (FIGURA 2) é uma associação fundada em 2006 por discípulos do líder católico que dá nome ao grupo. Durante as votações dos Planos de Educação, os ativistas do grupo que se consideram pró-vida e pró-família conseguiram mobilizar muitas pessoas com o slogan de “uma luta ordeira e pacífica, mas enérgica, pelos valores morais”. Além de muitos filiados à associação comparecerem às sessões de votação dos Planos de Educação em todo o Brasil, em Curitiba foram distribuídos cartões vermelhos (FIGURA 3) para representar o número de pessoas que estava a favor da expulsão do gênero e

da diversidade do texto da lei, bem como um folheto que trazia uma foto do estandarte símbolo do instituto e a seguinte frase:

A criação de um ‘homem novo’ foi almejada pelas ideologias marxista e nazista, no século passado. Uma nova tentativa da Revolução Cultural renasce agora sob a nefasta Ideologia de Gênero, que visa modificar nossa concepção sobre homem e mulher, não pela violência das armas, mas através de uma guerra cultural, cujos tanques visam esmagar a instituição familiar.⁵²

Por meio de uma mobilização que também aconteceu *online* o Movimento de Conscientização Política “Eu sou Brasil” da Primeira Igreja Batista, o Conselho de Ministros Evangélicos do Estado do Paraná e os organizadores da Marcha para Jesus tiveram grande representação na sessão de votação do PME de Curitiba.

FIGURA 2 – MEMBROS DO IPCO NA SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA



FONTE: Reprodução *Youtube* (2015)

⁵² Disponível em: < <https://goo.gl/tRTzbL>>. Acesso em: 03 Ago. 2017.

FIGURA 3 – MEMBROS DO IPCO NA SESSÃO DE VOTAÇÃO



FONTE: Reprodução *Youtube* (2015)

Por mais que, com exceção da vereadora Professora Josete⁵³ e do vereador Pedro Paulo, todos os outros membros da câmara legislativa municipal tenham votado a favor de um Plano de Educação que não contempla as questões de gênero e de sexualidade, a vereadora Carla Pimentel, o vereador Felipe Braga Cortês e o vereador Chico do Uberaba, foram os que submeteram a maioria das emendas, dizendo que prezavam pela consonância entre os Planos Municipal e Nacional de Educação. Já o vereador Professor Galdino, diz em entrevista⁵⁴ que é preciso cuidar com o fundamentalismo e a que a noção de gênero está deslocada do contexto e que, por esse motivo, ele tentou substituir a ideia de diversidade por interculturalismo, mas, mesmo assim, votou pela aprovação do documento com todas as suas modificações. No mesmo caminho, por mais que o vereador Chico do Uberara tenha dito prezar pela simetria entre os Planos de Educação, após a sessão de votação do PME ele posa para uma foto (FIGURA 4) de comemoração, segurando um cartaz com os dizeres “Gênero Não!” ao lado

⁵³ Mesmo que o foco dessa dissertação não seja percorrer o caminho de uma genealogia das resistências a essa onda conservadora que tem (des)governado corpos e populações é importante ressaltar que a vereadora Professora Josete tem dedicado seus mandatos à uma luta contra todos os modos de discriminação na cidade de Curitiba. Além disso, vale lembrar que durante a sessão de votação do PME diversos representantes do movimento LGBTI, professoras, pais e estudantes estiveram na câmara lutando pela permanência dos termos gênero, diversidade e orientação sexual no Plano de Educação.

⁵⁴ Disponível em: < <https://goo.gl/VW2JDs>> Acesso em: 29 Ago. 2017.

do pastor Alexandre Rangel Ferreira da Assembléia de Deus “Vitória em Cristo” e do Padre Silvio Rodrigues Roberto da Paróquia “São Jorge”.

FIGURA 4 – VEREADOR CHICO DO UBERABA COM O CARTAZ “GÊNERO NÃO!” NA VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA



FONTE: Câmara Municipal de Curitiba (2015).

Deste modo, a partir dos acontecimentos descritos até aqui, foi possível perceber que a emergência de um discurso fundamentalista religioso somado a um discurso biológico com pretensões científicas faz com que o Estado passe a reproduzir esses argumentos como justificativa para implementar políticas públicas com o fim de regular as condutas dos sujeitos. Rubin (2003) demonstra que determinadas áreas do comportamento sexual “chegam ao alcance da lei quando se tornam objeto de preocupação social ou tumulto político” (RUBIN, 2003, p. 23), isso faz com que a regulação de práticas sexuais se dê de uma maneira mais enfática quando elas rompem com a norma heterossexual, uma vez que essas práticas geralmente são alvo de avaliação moral e política. É nesse sentido que “o reforço das leis sexuais varia dramaticamente de acordo com o clima político local” (RUBIN, 2003, p.22). Assim, esse caso de Curitiba não pode ser entendido como um acontecimento específico ou isolado, mas como um campo associado, uma coexistência de discursos que torna possível “o surgimento de novas perspectivas narrativas que entram em disputa para abordar gênero, sexualidade e diversidade sexual na escola e demais instituições sociais.” (CÉSAR, 2016, submetido à publicação).

2.3. Do Projeto “Escola sem Homofobia” ao “Projeto Escola sem Partido”:

A esfera da sexualidade também tem sua política interna, desigualdades, e modos de opressão. Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado. Gayle Rubin.⁵⁵

Por mais que o foco dessa dissertação esteja na retirada dos termos ligados ao gênero e a diversidade sexual do PME de Curitiba é importante demonstrar, mesmo que rapidamente, que essa onda conservadora que toma conta do País se inicia antes das discussões da composição dos planos educacionais. Em Maio de 2004 o Governo Federal lançou, em parceria com os movimentos sociais, o “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT⁵⁶ e de Promoção da Cidadania de Homossexuais”⁵⁷ que visava uma mudança de comportamento dos gestores públicos, uma política de não violência e priorizava a educação. Em seu 5º item, com o objetivo de promover os valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual no âmbito educacional, o documento previa as seguintes ações:

- Elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não-discriminação por orientação sexual.
- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;

⁵⁵ (RUBIN, 2003, p.01)

⁵⁶ A sigla GLS era utilizada nos anos 90 para se referir a gays, lésbicas e simpatizantes. Ainda nos anos 90 a sigla para designar as pessoas Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais passa a ser GLBT. A sigla sofre mais uma alteração, passando agora para LGBT, com o objetivo de valorizar a identidade lésbica e também de aproximar o termo brasileiro do mais utilizado internacionalmente. Ao longo dos anos o acrônimo foi ganhando cada vez mais letras, contudo, nesse trabalho, toda vez que me referir a Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, utilizarei a sigla LGBTI – desconsiderando, é claro, citações ou nomes de programas, artigos e livros – a fim de considerar a população intersex e o relatório produzido pela ONU sobre Direito Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero para o Conselho de Direitos Humanos, que sugere a utilização da sigla LGBTI e está disponível em: <<https://goo.gl/EmbSnk>> Acesso em: 31 Out. 2017.

⁵⁷ Disponível em: <https://goo.gl/t0LVbe> - Acesso em 28 Mar 17.

- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLBT.
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

Essas ações, ao apontarem para a importância da formação de professores para tratar as questões de gênero e sexualidade na escola e para a necessidade de produção de materiais educativos que abordassem essa temática, abriram as portas para que, posteriormente, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) em parceria com a *Global Alliance for LGBT Education* (GALE), a Pathfinder do Brasil, a ECOS – Comunicação em Sexualidade e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), organizassem o projeto Escola sem Homofobia. O principal objetivo era criar materiais que dessem suporte para professoras abordarem o tema da diversidade sexual e de gênero na escola, ajudando, assim, no combate à homofobia, lesbofobia e transfobia no ambiente escolar. (CÉSAR, 2016, submetido à publicação). Assim, em 2010 produziu-se um material de apoio composto por um caderno, uma série de seis boletins (Boleshs), materiais audiovisuais com seus respectivos guias, um cartaz e cartas de apresentação para a educadora, com o objetivo de abordar gênero, diversidade sexual e homofobia nas escolas. Antes mesmo de o kit ser distribuído, houve uma intensa repercussão por parte da extrema direita e de setores conservadores da sociedade e o projeto foi vetado em 2011. Em uma sessão ordinária da Câmara Federal o Deputado Jair Bolsonaro apelida o Projeto Escola sem Homofobia de “kit gay” e “alerta” os pais de que a distribuição desse material nas escolas seria um “Estímulo ao homossexualismo”⁵⁸ e um incentivo à promiscuidade”. Nessa mesma sessão o Deputado fala sobre um vídeo que compõe o material:

Primeira historinha, um garoto de mais ou menos 14 anos, de nome Ricardo, vai ao banheiro fazer pipi, olha para o lado, o coleguinha está fazendo também e ele se apaixona pelo coleguinha [...] e daí ele resolve vencer o bullying e assumir a sua sexualidade. Quando a professora o chama de Ricardo na sala de aula ele se revolta, morde os beiços com todos os seus trejeitos e fala: Bianca, meu nome é Bianca.[...]. Esses Gays, Lésbicas querem que nós, a maioria, entubemos essa promiscuidade.

⁵⁸ O DSM-I publicado em 1952 trazia a homossexualidade entre os distúrbios sociopáticos da personalidade, como um desvio sexual que incluía um comportamento patológico. Já em 1968, na segunda edição do DSM, a categoria dos distúrbios sociopáticos da personalidade deixa de existir, mas a homossexualidade continua entre os desvios sexuais. Apenas em 1973, após pressões do movimento LGBT, a homossexualidade é retirada do DSM. (MATIAS, 2007). Já do CID é apenas no ano de 1990 que a homossexualidade deixa de fazer parte da lista de doenças mentais, contudo, para Matias (2007) esse panorama de despatologização não refletiu, necessariamente, nas atitudes dos profissionais da área da saúde. Assim, por mais que a homossexualidade não seja mais considerada uma doença de ordem mental ela ainda é alvo de discriminação e violência. Desse modo, o prefixo “ismo” é utilizado apenas para reforçar a ideia de que a homossexualidade seria um transtorno mental, uma doença.

[...] Essa história de homofobia é uma história para aliciar a garotada. [...] Eu não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras.⁵⁹

A primeira história a qual o Deputado se refere trata-se de uma narrativa ficcional onde o personagem revela a descoberta e a busca de sua identidade travesti. Nota-se que o Deputado “confunde” intencionalmente identidade de gênero e orientação sexual. Pode-se perceber, também, que o argumento central que o setor ultraconservador da sociedade utiliza como justificativa para ser contra ao que eles mesmos denominaram de “ideologia de gênero” no Brasil já apresenta seus primeiros indícios nesse momento: crianças ameaçadas por comportamentos sexuais considerados desviantes e uma ameaça ao arranjo tradicional de família.

Essa mesma polêmica em torno da identidade de gênero aparece na emenda supressiva de código 033.00019. 2015 (QUADRO 1), submetida ao PME de Curitiba. Aqui é importante esclarecer que orientação sexual tem a ver com os diferentes modos de se viver as relações sexuais e amorosas, sejam elas com pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos, ou até sem parceiros ou parceiras. Já a identidade de gênero tem a ver com o modo de identificação do sujeito, seja ele homem cis⁶⁰ ou trans*, mulher cis ou trans*, ou outro modo de identificação que não se encaixa no sistema binário. (LOURO, 2013). O texto original previa o uso do nome social por travestis e transexuais tanto em documentos oficiais, quanto no convívio nas instituições de ensino. Contudo, o texto foi suprimido por completo, utilizando a falta de simetria com o PNE e delegando à família o direito de educar. Ainda, é interessante notar que a emenda de código 033.00020.2015 (QUADRO 2) traz a mesma justificativa. Por mais que sua ementa fosse a de suprimir a estratégia que previa materiais didático-pedagógicos, que abordassem as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, para a Educação de Jovens e Adultos, a justificativa é apenas copiada. Além disso, é possível perceber que por mais que as ementas sejam distintas, as duas emendas trazem o mesmo referente na justificativa: a figura da família associada à educação.

⁵⁹ Disponível em: <<https://goo.gl/U2UWHd>>. Acesso em: 22 Maio 17.

⁶⁰ O termo cis tem origem no Latim e significa ‘deste lado’, é utilizado em diversas áreas, principalmente na química para diferenciar moléculas isômeras (compostos que apresentam a mesma fórmula molecular, mas diferentes fórmulas estruturais). Nessa lógica, de maneira simplificada, o termo surge para representar as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascer, as diferenciando das pessoas trans*. Para saber mais consultar: <<http://transfeminismo.com/>> Acesso em: 28 out. 2015

QUADRO 1 – EMENDA SUPRESSIVA CÓDIGO 033.00019.2015

Ementa
Suprima-se integralmente a estratégia 25.6 da Meta 25 do Anexo previsto no artigo 1º do Plano Municipal de Educação PME, projeto nº 005.00129.2015.
Texto Original
25.6 Garantir o cumprimento da legislação vigente relativa ao direito de travestis e de transexuais terem seus nomes sociais acrescidos aos documentos oficiais das instituições de ensino, bem como serem pessoas reconhecidas e chamadas pelo nome social escolhido.
Texto Emendado
25.6 Suprimido.
Justificativa ou Mensagem
<p>O Plano Municipal de Educação deve ser elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação, sendo que este não prevê o uso de nome social pelos travestis e transexuais, sendo a inclusão de tais itens no PME inconstitucional.</p> <p>A fim de evitar a inconstitucionalidade da estratégia que trata deste tema na meta 25, é que se propõe nesta emenda a supressão dos referidos itens.</p> <p>Além disso, o PME deve seguir o regramento constitucional, a fim de assegurar a manutenção e o desenvolvimento da educação, sendo que cabe às escolas transmitir ensinamentos aos estudantes, em sentido estrito, já que deve seguir as diretrizes da Lei de Dirtrizes⁶¹ e Bases da Educação, cabendo à família educar os filhos, em sentido amplo. (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).</p>

QUADRO 2 – EMENDA SUPRESSIVA CÓDIGO 033.00020.2015

Ementa
Suprima-se integralmente a estratégia 9.19 da Meta 9 do Anexo previsto no artigo 1º do Plano Municipal de Educação PME, projeto nº 005.00129.2015.
Texto Original
9.19 Garantir a produção e a aquisição de materiais didático-pedagógicos que contemplem as orientações sexuais e as identidades de gêneros para a modalidade da educação de jovens

⁶¹ As emendas foram transcritas exatamente como as originais que estão disponíveis no site de proposições legislativas da Câmara Municipal de Curitiba. Por esse motivo, erros gramaticas, de digitação e grifos foram mantidos.

e adultos.
Texto Emendado
9.19 Suprimido.
Justificativa ou Mensagem:
<p>O Plano Municipal de Educação deve ser elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação, sendo que este não prevê o uso de nome social pelos travestis e transexuais, sendo a inclusão de tais itens no PME inconstitucional. A fim de evitar a inconstitucionalidade da estratégia que trata deste tema na meta 9, é que se propõe nesta emenda a supressão dos referidos itens. Além disso, o PME deve seguir o regramento constitucional, a fim de assegurar a manutenção e o desenvolvimento da educação, sendo que cabe às escolas transmitir ensinamentos aos estudantes, em sentido estrito, já que deve seguir as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabendo à família educar os filhos, em sentido amplo. (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).</p>

Ainda em nome desse mesmo entendimento de educação e de uma ideia de que a educação deveria ocorrer em sentido estrito na escola e em sentido amplo na família é que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei Nº 193/2016⁶² do Senador Magno Malta e na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 867/2015⁶³ de iniciativa do Deputado Izalci (PSDB-DF) que inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"⁶⁴. Esse programa foi fundado por Paulo Miguel Nagib em 2004 para combater o que ele chama de doutrinação nas escolas, uma vez que, segundo ele, os professores estariam usando o espaço da sala de aula para impor suas próprias referências aos alunos sejam elas, partidárias, políticas ou ideológicas. A proposta de iniciativa do Deputado Izalci reproduz o texto do Escola sem Partido justificando que,

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de

⁶² Disponível em <<https://goo.gl/nn4i70>>. Acesso em 29 Mar 2017.

⁶³ Disponível em: < <https://goo.gl/W9KWDL>>. Acesso em 29 Mar 2017. Além do projeto do Deputado Izalci tramita na câmara dos deputados outros três projetos sobre o "Programa Escola sem Partido", são eles: o Projeto de Lei Nº5487/2016 de autoria do deputado Victório Galli; o Projeto de Lei Nº1859/2015 de autoria de vários deputados e o Projeto de Lei Nº7180/2014 de autoria do deputado Erivelton Santana.

⁶⁴ O movimento escola sem partido é veiculado por meio de um site da internet desde 2004 e ampliou sua visibilidade em 2014 com a apresentação de projetos de lei pela família Bolsonaro no Rio de Janeiro (PL Nº 2974/2014 no âmbito estadual e PL Nº867/2014 no âmbito municipal). O primeiro projeto apresentado em âmbito nacional pelo deputado Erivelton Santana (PSC-BA) não citava o movimento explicitamente, mas mantinha os mesmo princípios.

juízo e de conduta moral – especialmente moral sexual – incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (BRASIL, 2015)

Utilizando essa mesma justificativa, o Senador Magno Malta ao propor o Projeto de Lei Nº 193/2016 pretende, também, alterar a lei 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Inserindo um parágrafo único no Artigo 1º de seu projeto, determinando que

O Poder Público não se imiscuirá na opção sexual dos alunos nem permitirá qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero. (BRASIL, 2016).

É importante notar que as duas emendas apresentadas no QUADRO 1 e no QUADRO 2, trazem na justificativa a ideia de que a escola deve seguir as diretrizes da LDB e por esse motivo a educação se daria de forma estrita aos estudantes na escola, cabendo à família educar em sentido mais amplo, o que, no texto das emendas, diz respeito aos temas do nome social, da identidade de gênero e da orientação sexual. Deste modo, a proposição do Senador Magno Malta mesmo sem ser aprovada, corrobora com o argumento de que a inserção de tais itens no PME seria inconstitucional.

Fica evidente, no fragmento do Parágrafo Único do Projeto de Lei Nº 193/2016 citado acima, que o gênero é totalmente banido, o sexo é entendido como um dado biológico e que a “teoria ou ideologia de gênero” estaria contra esses ideais. Ou seja, as sexualidades não marcadas por esse elo com a natureza são entendidas como desvios e consideradas uma ameaça à “personalidade” – leia-se heterossexualidade – dos alunos. Assim, por mais que as propostas do Movimento “Escola sem Partido” reinstalem uma ideia de que a educação é um processo puramente técnico que deveria ser realizado em um ambiente de pura neutralidade, ausente de perspectivas políticas (SEFFNER, 2016), ele instaura uma contradição interessante: ao mesmo tempo em que professores estão sendo cerceados da sua liberdade de cátedra e que as instâncias de silenciamento têm sido cada vez mais incidentes, os estudantes vêm, crescentemente, demonstrando mais interesse e procurando outros modos de acesso às discussões de gênero e sexualidade. Exemplo disso foram as ocupações das escolas que tomaram conta do País no último ano. Evidente que isso não quer dizer que a proibição do

debate em torno do gênero e da sexualidade no ambiente escolar não seja um retrocesso nas políticas educacionais. Mas é importante pensar que esse discurso muito corrente de que a escola não fala sobre sexo faz parte, em alguma medida, do que Foucault (2001) irá chamar de dispositivo da sexualidade. Ou seja, a escola nunca parou de falar sobre o sexo, talvez ela só não tenha falado do modo como gostaríamos, isto é, a partir de alguns parâmetros da diversidade e da não violência. Parece-me que, mais do que nunca, vivemos um momento em que, para que se possa desconstruir qualquer projeto que intente inscrever nos corpos e nas práticas um domínio de verdade específico baseado em princípios de natureza – como foi possível perceber nos acontecimentos descritos nesta dissertação –, se torna essencial uma intensificação política da sexualidade. Ou seja, o que temos a fazer, inspiradas em Michel Foucault, é insistir em uma tomada da sexualidade a partir de uma história dos discursos.

PARTE III - SEXUALIDADE: UM DISPOSITIVO DE CONTROLE

A família é o cristal no dispositivo de sexualidade: parece difundir uma sexualidade que de fato reflete e difrata. Por sua penetrabilidade e sua repercussão voltada para o exterior, ela é um dos elementos táticos mais preciosos para esse dispositivo.⁶⁵

3.1 Das práticas da confissão a uma ciência sexual

Como demonstrou Gayle Rubin (2003), o sexo é sempre político. E se o sexo é político, ele é um objeto que, conseqüentemente, tem história. É nesse sentido que Michel Foucault em sua *História da sexualidade* (2001) questionou uma hipótese repressiva do sexo, a fim de recolocá-la, a partir do século XVII, em uma economia geral dos discursos. Não se tratava de demonstrar como essa hipótese repressiva era falsa, mas tinha-se o objetivo de levar em consideração o fato de se falar do sexo, dos lugares e pontos de vistas de que se falava, das instituições que incitaram esse discurso e que difundiram e arquivaram o que dele se disse (FOUCAULT, 2001). Tratava-se, também, de saber por quais meios o poder conseguiu chegar “às mais tênues e individuais condutas, [...] de que maneira o poder penetrou e controlou o prazer cotidiano — tudo isso com efeitos que podem ser de recusa, bloqueio, desqualificação, mas, também, de incitação, de intensificação, em suma, as “técnicas polimorfos do poder.” (FOUCAULT, 2001, p. 17). Em outras palavras, tratava-se, sobretudo, de determinar o regime de poder, saber e prazer que sustentou e colocou o sexo, exaustivamente, em discurso. Assim, o poder que começa a se exercer nessa época, não é representado por dois polos opostos, mas está disperso em técnicas diversas que vão se encarregar dos sujeitos e, conseqüentemente, dos seus corpos e condutas.

A partir disso, Foucault evidencia que, se ocorreu algum tipo de interdição do sexo, isso se deu em torno do vocabulário. Controlaram-se as enunciações, regularam-se as falas entre pais e filhos e nas relações pedagógicas e de trabalho; demarcaram-se regiões de silêncio, de discrição. Contudo, no campo dos discursos ocorreu o inverso: a partir do século XVIII houve uma proliferação discursiva sobre o sexo a serviço do exercício do poder, uma “incitação institucional a falar do sexo e a falar dele cada vez mais; obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e a fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e do detalhe infinitamente acumulado.” (FOUCAULT, 2001, p. 20).

⁶⁵ (FOUCAULT, 2001, p. 123).

Assim, para Foucault (2001) esse processo de incitação dos discursos sobre o sexo formou-se há muito tempo, em uma tradição monástica e ascética, e já pôde ser percebido no contexto do Concílio de Trento – convocado pelo Papa Paulo III para garantir a unidade da fé e da disciplina eclesiástica, devido à reação de divisão vivida na Europa no cenário da Reforma Protestante – com a evolução da Pastoral Católica e do sacramento da confissão. Segundo essa nova pastoral, alargaram-se os domínios do que poderia ser dito; tendeu-se a fazer da carne o princípio de todos os pecados, inclusive, de um desejo inquietante que atinge todos, das mais variadas e secretas formas. Num processo quase que infinito tudo deveria ser confessado: dos atos consumados aos pensamentos obscenos, dos parceiros aos lugares, dos desejos mais profundos aos toques e posições mais impuros, tudo que se relacionava com o sexo deveria passar pelo “crivo interminável da palavra” (FOUCAULT, 2001, p.23). A pastoral cristã estabeleceu, assim, como ideal para todo bom cristão, uma obrigação de que tudo que estivesse ligado ao jogo dos prazeres, da alma ou do corpo, fosse dito, confidenciado detalhadamente a si mesmo e aos outros, de forma que todo o desejo se transformasse em discurso.

Durante muito tempo as práticas da confissão estiveram ligadas a uma prática da penitência, como na Idade Média, por exemplo. Contudo, a partir do século XVIII, com o protestantismo e a reforma católica, esse vínculo teológico entre a moral dos prazeres sexuais e obrigação da confissão foi tensionado. Os discursos sobre o sexo se multiplicaram no interior do exercício do poder e como meio para que ele se exercesse “criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva.” (FOUCAULT, 2001, p. 36-37), fazendo com que uma gama de discursos distintos, com focos dispersos se desdobrasse na ordem da ciência, da economia, da pedagogia, da medicina do século XIX e da justiça, que por sua vez, extraíram, organizaram e institucionalizaram um discurso do sexo. Isto é, a confissão passou a abranger os mais variados tipos de relação – entre pais e filhos, pacientes e psiquiatras, alunos e pedagogos – e de formas variadas de extração.

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se — ou

se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arran-cam-na ao corpo.[...] O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (FOUCAULT, 2001, p.66)

Constituiu-se, assim, todo um aparato em torno do sexo para produzi-lo, essencialmente, como objeto de verdade. Foucault (2001) deixa claro que, por muitos séculos, a verdade do sexo foi encerrada na forma discursiva da confissão, não na da iniciação sexual, e nem mesmo na do ensino (já que a educação sexual esteve pautada nas regras de prudência). A confissão se estabeleceu como uma prática onde o sujeito fala sobre si mesmo, em um ritual que acontece em uma relação de poder. Uma vez que nada se confessa sem a presença de um interlocutor, que não é apenas um ouvinte, mas representa a instância que requer, que avalia, que impõe punições, perdoa ou consola através do ato de confessar. (FOUCAULT, 2001). Deste modo, o sujeito que antes era reconhecido pelas referências e relações que mantinha com os outros, passa a ser autenticado pelo discurso de verdade que produz sobre si próprio. Pode se dizer, então, que a confissão serviu de base para a produção de um discurso verdadeiro sobre o sexo.

Nesse momento os prazeres mais singulares eram solicitados a sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos, discurso que deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida — o discurso da ciência. Bastava para tornar trêmulas as palavras; constituía-se, então, essa coisa improvável: uma ciência-confissão, ciência que se apoiava nos rituais da confissão e em seus conteúdos, ciência que supunha essa extorsão múltipla e insistente e assumia como objeto o inconfessável-confesso. (FOUCAULT, 2001, p. 72)

Nesse contexto, a confissão se estabeleceu como elemento fundamental para constituição, progressiva, de “um grande arquivo dos prazeres do sexo” (FOUCAULT, 2001, p.71). Essa extorsão da confissão sexual em formas científicas consolidou uma fronteira entre a normalidade e a patologia, além de constituir, no século XIX, uma *scientia sexualis*. Isto é, uma prática discursiva, uma produção de discursos verdadeiros sobre o sexo, a formulação de saberes e de uma verdade regulada sobre ele. Além disso, Foucault (2001) assinala que a sociedade ocidental foi a única a praticar uma *scientia sexualis*, em oposição à *ars erótica* das culturas como a da China, do Japão, da Índia, e das nações árabe-muçulmanas. Na arte erótica, a verdade era estabelecida através do próprio prazer, que era entendido como prática e experiência. Constituía-se, aqui, um saber que deveria permanecer secreto, uma vez que, segundo a tradição, perderia sua eficiência ao ser divulgado. Ou seja, nossa sociedade foi a única a desenvolver a confissão como uma forma de poder-saber, também oposta à arte das

iniciações e ao segredo magistral, para dizer a verdade do sexo. Não estabelecemos com os prazeres do corpo uma sofisticada relação de intensificação, mas nos interrogamos, a partir disso, sobre a nossa própria verdade. É assim que, a partir do sexo, começa a se desenvolver uma ciência do sujeito, visto que o sexo, além de se inscrever em uma economia do prazer, é objeto de um regime ordenado de saber.

Nesse sentido, o sexo não foi inscrito no campo de qualquer ciência, mas sim de uma ciência submissa, principalmente a fatores morais, que se manifestava nas mais variadas classificações médicas. De uma ciência que, ao falar do sexo, referia-se, sobretudo, “às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas.” (FOUCAULT, 2001, p.59). De uma ciência que fez vigorar os preceitos da higiene com a promessa de “eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas” (FOUCAULT, 2001, p.60) e com o objetivo de manter a pureza dos valores morais de todo corpo social. Por fim, de uma ciência que se respaldou em ideais biológicos para justificar suas formas de racismos e os fundamentar como verdade.

3.2 Do dispositivo de aliança ao dispositivo da sexualidade

Para compreendermos como uma ideia de “ideologia de gênero” aparece no texto do PME de Curitiba, é preciso, primeiramente, entender que a sexualidade funciona como um dispositivo de controle. Como vimos, o século XIX foi marcado pela produção de sujeitos, mais especificamente, pela constituição dos sujeitos da sexualidade. Dessa maneira, Foucault (2001) demonstra que até o final do século XVIII três grandes códigos – o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil – marcaram a divisão entre o lícito e o ilícito no que diz respeito às práticas sexuais. Os três estavam focados nas relações conjugais. O sexo no matrimônio era repleto de regras e recomendações, dele tudo se falava, tudo se confessava, era ele o alvo da vigilância. No que diz respeito à natureza jurídica, não havia uma distinção clara entre as infrações cometidas no casamento e os considerados desvios sexuais, todos mereciam condenação no tribunal. Uma vez que tanto “na ordem civil como na ordem religiosa o que se levava em conta era um ilegalismo global”. (FOUCAULT, 2001, p. 42).

Contudo, no final do século XVIII e no século XIX, com o auge da incitação de discursos sobre o sexo, o casal monogâmico heterossexual – por mais que continue a funcionar como norma interna no âmbito dos prazeres – perde seu papel de destaque. Surgem as sexualidades periféricas,

o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas estas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo. (FOUCAULT, 2001, p.43)

Agora as formas de condenação se dividem: às infrações à ordem do casamento e da família, e aos desvios a regra de um funcionamento natural da sexualidade são aplicadas sanções extremamente distintas. Nesse caminho, através de um dispositivo⁶⁶ nomeado sexualidade, as práticas sexuais passam a ocupar um gradiente normativo, demarcando as fronteiras entre normalidade e anormalidade. Desse modo, a ideia de um sexo bem educado, isto é, consolidado pelo casamento, pelas práticas heterossexuais, monogâmicas e com foco na reprodução, só se torna possível através das descrições das práticas não normativas. As sexualidades periféricas vão produzir o outro da normalidade, definindo, assim, aquilo que é normal. Essas chamadas práticas periféricas ou insubmissas são a parte de sustentação de um discurso central: o discurso da normalidade dos corpos, das práticas e dos prazeres. Ou seja, a modernidade vai desenvolver um conjunto de dispositivos que, amparados em saberes médico-científicos, criam uma ideia de norma que passa a estabelecer quais corpos e quais práticas (sejam elas sexuais ou afetivo-amorosas) podem ser consideradas normais e quais estariam ligadas à patologia.

Aqui é importante destacar que ao trabalhar com o conceito de dispositivo da sexualidade, a ênfase não se encontra no casamento monogâmico, mas sim na patologização das outras práticas. Como essa patologização só acontece a partir do final do século XVIII, não interessa para as análises empreendidas nesse trabalho mostrar uma história linear de como as relações de casamento se desenvolveram e nem pensar como o casamento era vivenciado antes do século XVIII. Pelo contrário, interessa pensar aqui como o dispositivo da sexualidade faz proliferar uma multiplicidade de discursos e de formas de saber e de poder que vão gerenciar a produção de corpos e de subjetividades.

O dispositivo da sexualidade vai produzir, assim, uma ideia de sexualidade totalmente ligada à natureza, como algo que faz parte de um instinto, de uma biologia. Em

⁶⁶ Para Foucault (2004, p. 244), dispositivo designaria: “[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma: o dito e o não dito [...]” Desta maneira, o dispositivo funciona em uma rede discursiva definida por um sistema de regras que determina a permanência ou o desaparecimento de enunciados. Ou seja, dispositivo é qualquer elemento que faça com que a disciplina e o biopoder entrem em ação.

contraponto, os (des)viados serão tomados como parte de uma natureza perversa e, conseqüentemente, suas práticas serão atreladas à loucura e à doença: “eles povoam os conselhos de disciplina, as casas de correção, as colônias penitenciárias, os tribunais e asilos; levam aos médicos sua infâmias e aos juizes suas doenças.” (FOUCAULT, 2001, p.40). O que acontece é que o dispositivo da sexualidade passa a operar de outro ângulo, tirando o alvo do casal monogâmico reprodutor e o reapontando para as sexualidades periféricas. (FOUCAULT, 2001). Em um jogo entre poder, saber e prazer, o dispositivo da sexualidade se junta a uma série de novas tecnologias de regulação, capturando o corpo e a sexualidade e instaurando um controle sobre as populações. Desta maneira,

o sexo e, portanto, a própria vida, haviam se tornado alvos privilegiados da atuação de um conjunto de poderes normalizadores que já não tratavam simplesmente de regerar comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendiam normalizar a própria conduta da espécie, bem como regerar, manipular, incentivar e observar fenômenos populacionais como as taxas de natalidade e de mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e das contaminações, a duração e as condições da vida, etc. A partir do século XIX, já não importava mais apenas disciplinar as condutas, pois também era preciso implantar um gerenciamento planejado da vida das populações. Assim, o que se produziu por meio da atuação específica do biopoder não foi mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas a própria gestão calculada da vida do corpo social. (CÉSAR; DUARTE, 2009, p.120)

Por esse motivo, desde a segunda metade do século XVIII já se observava uma emergência de dispositivos disciplinares que exerciam uma regulação, uma gerência, uma administração sobre os corpos e, conseqüentemente, sobre o sexo. O sexo se torna, aqui, “questão de “polícia” [...] não como repressão da desordem e sim como majoração ordenada das forças coletivas e individuais [...] Polícia do sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição”. (FOUCAULT, 2001, p. 27-28). Começava-se a perceber, aqui, a implantação de um controle sobre as populações que extrapolava o disciplinamento de corpos e condutas. A população surge, então, como problema econômico e político com variáveis próprias que se situam na junção dos fenômenos da vida e dos efeitos das instituições. Nesse contexto, o sexo ocupa o local central do foco de controle do Estado, passou-se a analisar as taxas de natalidade, de mortalidade, de fecundidade, de expectativa de vida. Assim, “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 2001, p.30). Ou seja, ultrapassando a observação dos fenômenos populacionais, o que se instaura é uma economia política da população.

Foucault (2001) destaca que o que se passou no século XVIII foi a entrada da vida na história e no campo das técnicas políticas. Não que esse tenha sido o primeiro contato da vida com a história, mas o que se teve nesse período foi a entrada dos fenômenos próprios da vida da espécie humana na ordem de um saber-poder. É, então, sobre a vida e ao longo de todo o seu desenvolvimento que o poder vai estabelecer seus pontos de fixação. A esse poder cabe garantir, sustentar, multiplicar a vida e, principalmente, ordená-la.

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver [...] cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. Este não estará mais somente a voltas com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo. Se pudéssemos chamar "bio-história" as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de "bio-política" para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana; não é que a vida tenha sido exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e gerem; ela lhes escapa continuamente. Mas, o que se poderia chamar de "limiar de modernidade biológica" de uma sociedade se situa no momento em que a espécie entra como algo em jogo em suas próprias estratégias políticas. (FOUCAULT, 2001, p. 154).

Nesse momento, uma ideia de norma, além de servir de base para produção de um discurso científico em torno da sexualidade, passa, através de diversos mecanismos de controle, a guiar o comportamento não só de corpos individuais, mas, como já vimos, de toda uma população. Isso não quer dizer que o corpo individual deixa de ser alvo de controle do poder, mas que esse poder sobre a vida se manifestou de duas maneiras: a primeira, disciplinar, que se constituiu a partir do século XVII⁶⁷ como uma anátomo-política, centrou-se no corpo individual, em fazê-lo útil, produtivo, eficaz e dócil, a partir da vigilância, do treinamento, da punição, ou seja, de processos de individualização; e a segunda, reguladora, que se constituiu por volta da metade do século XVIII como uma biopolítica das populações, centrou-se no corpo como espécie, no corpo como suporte de processos biológicos, regulou as questões ligadas ao nascimento, ao óbito, à reprodução, à fecundidade e à longevidade, se apoiou, portanto, em processos de massificação. (FOUCAULT, 2001). Dessa maneira, a

⁶⁷ Veiga-Neto (1996) situa a emergência desse polo na segunda metade do século XVI – praticamente meio século antes do que o proposto por Foucault – por já encontrar indícios de um movimento de resignificação e progressiva expansão das disciplinas nesse período. O autor deixa claro que isso não significa que seja possível determinar, ou até mesmo que exista sentido em buscar com precisão uma data de passagem exata de uma episteme para outra, mas que essa transição acontece continuamente, com justaposições e interações.

biopolítica não suplanta a anátomo-política, não faz a anátomo-política desaparecer. Do mesmo modo que o biopoder⁶⁸, esse poder sobre a vida, não representou a eliminação do poder disciplinar, mas a partir de um ponto ambas passam a caminhar juntas, uma dando suporte à outra e servindo de referência no que diz respeito ao controle tanto dos corpos individuais quanto de corpos populacionais, fazendo com que as estratégias de controle se intensifiquem. (FOUCAULT, 2005). Por mais que as estratégias anátomo-políticas e biopolíticas operem por caminhos distintos, ambas são estratégias de normalização, ou seja, miram o mesmo fim: a norma. A norma aparece como esse elemento que articula essas duas instâncias.

Desse modo, o biopoder se caracteriza como um poder da norma e não como um poder da lei, assim, “a lei funciona cada vez mais como norma, e a instituição judiciária se integra cada vez mais num contínuo de aparelhos [...] cujas funções são, sobretudo, reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”. (FOUCAULT, 2001, p. 156). Uma sociedade de normalização é, portanto, o local onde “se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”. (FOUCAULT, 2005, p. 302). A articulação dessa tecnologia de poder se deu através de agenciamentos concretos com o objetivo de investir de maneira calculada sobre a vida, gerenciando-a de cima a baixo. O dispositivo da sexualidade foi concebido como uma dessas formas de agenciamento mais importantes e se caracteriza como um dos elementos fundamentais de implementação, de exercício, de um modo de operar do biopoder. A sexualidade passa, então, a funcionar como uma engrenagem do poder, como uma instância a partir da qual o biopoder vai ser posto em ação. Nesse sentido, pensar na assunção da vida pelo biopoder significa tomar o sujeito como ser vivo e pensar quando o biológico – a vida – passa a ser alvo do poder do Estado. Esse movimento de estatização do biológico (FOUCAULT, 2005), um dos fenômenos fundamentais do século XIX, apresenta seus desdobramentos ainda hoje.

Assim, no que diz respeito ao dispositivo da sexualidade, Foucault (2001) destaca de que maneira a noção de sexo se formou em quatro grandes linhas de ataque. No âmbito da anátomo-política: a sexualização da criança (a criança onanista) e a histerização da mulher (a

⁶⁸ Por mais que Foucault não tenha feito uma distinção clara entre “biopoder” e “biopolítica”, entende-se aqui que o biopoder se refere “às ações que tomam por objeto a vida tanto dos corpos individuais quanto do corpo-espécie” (VEIGA-NETO, 2014 p. 39), enquanto a biopolítica seria um conjunto de estratégias de intervenção e regulação que efetivam o biopoder.

mulher histérica). E no campo da biopolítica: o controle da natalidade (o casal malthusiano⁶⁹) e a psiquiatrização das perversões (o incorrigível). Assim, na sexualidade da criança a ideia do sexo é elaborada através de um jogo de presença e de ausência, do que se manifesta e do que se oculta, ou seja: presente na sua atividade e ausente na finalidade de reproduzir, e ainda manifesto e oculto através da masturbação e dos efeitos que lhe são atribuídos. As crianças se tornam objeto de administração e de inquérito, elas devem ser protegidas de si mesmas e do outros. Isso fica extremante claro na guerra que se estabeleceu contra a masturbação por quase dois séculos no Ocidente

Ainda no processo de hysterização da mulher o sexo foi definido como algo em comum tanto ao homem, quanto a mulher “[...] ou como o que pertence também ao homem por excelência e, portanto, faz falta à mulher; mas, ainda, como o que constitui, por si só, o corpo da mulher, ordenando-o inteiramente para as funções de reprodução e perturbando-o continuamente pelos efeitos destas mesmas funções”. (FOUCAULT, 2001, p. 166). No controle da natalidade o sexo está entre uma lei da realidade, representada pelas necessidades econômicas, e uma economia do prazer. Aqui o coito interrompido “[...] representa o ponto em que a instância do real obriga a pôr termo ao prazer e em que o prazer ainda consegue se manifestar, apesar da economia prescrita pelo real”. (FOUCAULT, 2001, p.167). Na psiquiatrização das perversões o sexo foi definido por suas funções biológicas e anátomo-fisiológicas que lhe conferem finalidade, e também por uma ideia de instinto que manifesta as condutas perversas. Ou seja, o sexo

insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas, também, dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações. É por isso que, no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitada por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos da infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que torna possível constitui-la. Mas vêmo-la também tornar-se tema de operações políticas, de intervenções econômicas (por meio de incitações ou freios à procriação), de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização: é empregada como índice da força de uma sociedade, revelando tanto sua energia política como seu vigor biológico. De um pólo a outro dessa tecnologia do sexo, escala-se toda uma

⁶⁹ A teoria populacional Malthusiana, ou Malthusianismo, foi desenvolvida pelo britânico Thomas Robert Malthus, que ao perceber o aumento populacional na década de 90, afirmou que a produção de alimentos crescia em progressão aritmética, enquanto a população crescia em uma progressão geométrica, o que provocaria uma escassez de alimentos. O que significa que para Malthus o crescimento populacional deveria ser controlado.

série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações. (FOUCAULT, 2001, p.157-158)

A partir disso podemos perceber como cada uma das quatro grandes linhas de ataque do biopoder representaram um modo de unir as técnicas disciplinares aos procedimentos de regulação. A sexualização das crianças e a histerização das mulheres se apoiaram em procedimentos reguladores para obter resultados no nível da disciplina. A sexualização da criança se manifestou por meio de uma campanha pela saúde da espécie, uma vez que a sexualidade precoce foi considerada como um tipo de ameaça epidêmica que poderia comprometer, além da saúde dos futuros adultos, o futuro de toda a sociedade. (FOUCAULT, 2001). A histerização das mulheres seguiu o mesmo caminho: elas tiveram seus corpos e seu sexo medicalizados por conta das responsabilidades que deveriam assumir na condução da família, na saúde dos filhos e na salvação da sociedade como um todo. Já no controle da natalidade e na psiquiatrização das perversões o fenômeno era inverso: apoiavam-se em técnicas disciplinares para obter resultados de natureza reguladora. Ou seja, de maneira geral “na junção entre o "corpo" e a "população", o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida”. (FOUCAULT, 2001, p. 159).

Essas quatro figuras se constituíram, ao longo do século XIX, como pontos de fixação, como objetos privilegiados do saber. Nesse mesmo caminho, as quatro estratégias que as instituíram, trataram, ainda, da produção mesma da sexualidade. Foucault (2001) já demonstrava que a sexualidade é o nome que se dá a um dispositivo histórico que se instalou em torno e a partir de um dispositivo de aliança. Isto é, um sistema fundado no matrimônio, nas relações de parentesco e na transmissão de nomes e dos bens. Esse dispositivo da aliança começa a perder sua importância à medida que deixa de ser um instrumento adequado e não oferecer mais o suporte necessário aos processos econômicos e as estruturas políticas vigentes. O dispositivo da sexualidade nasce, assim, se apoiando nos sistemas de aliança e nas suas regras internas. Contudo, posteriormente é o próprio dispositivo da sexualidade que “tende a sustentar o velho dispositivo de aliança.”. (FOUCAULT, 2001, p. 123).

Assim, os dois dispositivos se articulam aos parceiros sexuais, mas de modos totalmente distintos. (FOUCAULT, 2001). O dispositivo da aliança foi estruturado a partir de um sistema de regras que devia ser mantido e que estabelecia o permitido e o proibido, o lícito e o ilícito. Reproduzir a trama de relações era seu principal objetivo, onde o prescrito era sempre o vínculo entre parceiros com um status definido. Esse dispositivo estava, então, voltado para manter uma situação característica e constante do corpo social. Além de estar

fortemente articulado com o direito e com a economia, devido à sua função na transmissão e na circulação dos bens, ele centrou-se na reprodução. O dispositivo da sexualidade, por sua vez, se liga à economia através do corpo: o pertinente são as sensações, os prazeres, as impressões. Ele tem o objetivo de se proliferar, de penetrar nos corpos, visando cada vez mais o detalhe e controlando corpos e populações de uma maneira cada vez mais global. Ou seja, suas formas de controle são sempre estendidas e seu funcionamento se dá a partir das técnicas polimorfos de poder. Em outras palavras, a sexualidade esteve vinculada a uma intensificação do corpo que se constituiu como objeto de saber e como um elemento nas relações de poder. (FOUCAULT, 2001, p.120). A sexualidade como dispositivo histórico nasce, então, de uma técnica de poder que esteve centrada na aliança. Nesse sentido, a célula familiar exerceu grande importância para que os principais elementos do dispositivo da sexualidade se desenvolvessem a partir de dois eixos principais: marido-mulher, pais-filhos. No entanto, Foucault (2001) adverte que

Não se deve entender a família, em sua forma contemporânea, como uma estrutura social, econômica e política de aliança, que exclua a sexualidade ou pelo menos a refreie, atenuando tanto quanto possível e só retenha dela as funções úteis. Seu papel, ao contrário, é o de fixá-la e constituir seu suporte permanente. Ela garante a produção de uma sexualidade não homogênea aos privilégios da aliança, permitindo, ao mesmo tempo, que os sistemas de aliança sejam atravessados por toda uma nova tática de poder que até então eles ignoravam. A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança. (p.121).

Isto é, paulatinamente o dispositivo da sexualidade passa das margens da instituição familiar para se desenvolver centralmente na família. Assim, os pais, esse eixo marido e mulher, foram os agentes difusores desse dispositivo, que se apoiou, em seu exterior, também nos médicos, padres, pedagogos, psiquiatras... Em uma mistura da aliança que fugiu à regra e da sexualidade anormal, aparecem estas novas figuras: “a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher.”. (FOUCAULT, 2001, p. 104). Dessa simbiose entre a sexualidade e a aliança, a família, solidificada em sua forma moderna pelo dispositivo da sexualidade, lança o “lamento de seu sofrimento sexual” aos “especialistas” que a apoiaram em seu próprio exterior.

Deste modo, foi possível perceber, até aqui, que é o dispositivo da sexualidade, por meio de estratégias diversas, que acaba por originar uma própria noção de sexo. Isto é, o sexo

como efeito do dispositivo da sexualidade, que vai conferir inteligibilidade, totalidade e identidade aos corpos, trazendo uma ideia de sexo totalmente ligada a uma dimensão anatômica, fisiológica e biológica. São, então, essas dimensões produzidas no interior do dispositivo da sexualidade que permearam os argumentos para suprimir e modificar as menções feitas ao gênero e à diversidade no PME de Curitiba, possibilitando que vereadores evoquem noções da natureza, da anatomia e da biologia para sustentar seus argumentos de que há apenas dois modos de existir no mundo (como homem cis ou mulher cis).

QUADRO 3 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00069.2015

Ementa
<p>Modifique-se os Artigos e incisos previstas no Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00129.2015, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Aprova o Plano Municipal de Educação PME, da cidade de Curitiba:</p>
Texto Original e Emendado
<p>Que o inciso III do Art 3º, abaixo descrito:</p> <p>Art 3º São diretrizes do Plano Municipal de Educação PME:</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na superação de todas as formas de discriminação;</p> <p>Altera-se o texto originário do item abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, de valores da família, e na superação de todas as formas de discriminação;</p> <p>Que o inciso IX do Art 3º, abaixo descrito:</p> <p>IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;</p> <p>Altera-se o texto originário, passando a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>IX – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural, e à sustentabilidade socioambiental; com direito à identidade biológica (do homem e da mulher)</p>

Que o Art 4º nº 005.00129.2015, abaixo descrito:

Art 4º As metas e estratégias, previstas no Anexo desta Lei, serão cumpridas no prazo de vigência do Plano Municipal de Educação do Município PME.

Alterase o texto originário, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art 4º As metas e estratégias, previstas no Anexo desta Lei, serão cumpridas no prazo de vigência do Plano Municipal de Educação do Município PME. Em estrita conformidade ao Plano Nacional de Educação lei 13005, de 24 de Junho de 2014.

Justificativa ou Mensagem

Hoje a sociedade encontra-se num processo permanente de transformação afetando diretamente seus valores. Infelizmente alguns valores importantes que forjam caráter, deveres e direitos, que se reproduzem no seio familiar são abalados. Ciente desse quadro é que apresentamos essa emenda modificativa. A Valorização da Família busca realçar o papel da família, apontando sua importância e seu papel na orientação do indivíduo na sociedade através das escolas públicas estaduais, municipais e particulares. Entendemos que é na escola que podemos realçar os princípios, o respeito e a consciência de valores morais na criança e no adolescente.

A dinâmica do tempo moderno onde o estímulo e a atenção à tecnologia com todo o seu aparato, assim como a presença da internet realçam e valorizam outros valores, o que tende a desprezar o convívio familiar. Esse distanciamento acaba por desqualificar ou desprezar valores de solidariedade, respeito e harmonia que são características naturais de uma família equilibrada. Considero de grande importância o resgate de valores familiares no âmbito das escolas através de confecção de murais, promoção de peças teatrais, sessões de cinema, concurso de redação, etc. Assim como realçar o dever das instituições em zelar pela família e pela promoção do seu fortalecimento, destacar o seu papel na construção da sociedade e promover a reflexão, a discussão acerca do seu conceito na sociedade atual e seus problemas econômicos, sociais, culturais, éticos e morais. Entendo que, por seu importante valor social e moral, o Projeto em tela deve ser apreciado e solicito apoio dos nobres vereadores dessa digna Casa de Lei. (CURITIBA, 2015, grifos meus).

QUADRO 4 – EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO 035.00033.2015

Ementa
Substitua-se a seguinte estratégia da Meta 24, prevista no Anexo do Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00129.2015, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Aprova o Plano Municipal de Educação PME, da cidade de Curitiba, conforme preleciona o artigo 4º da Proposição citada:
Texto Original
24.4 Implementar sistema único de matrícula com dados desagregados considerando as diversidades humanas (raça/etnia, gênero , religiosa, geracional, cultural e econômica) para garantir que as informações e trajetórias acadêmicas dos(as) estudantes estejam acessíveis aos diferentes sistemas de ensino.
Texto Emendado
24.4 Implementar sistema único de matrícula com dados desagregados considerando-se características pessoais (raça/etnia, sexo , religião, idade, formação e renda) para garantir que as informações e trajetórias acadêmicas dos(as) estudantes estejam acessíveis aos diferentes sistemas de ensino.
Justificativa
Os conceitos devem ser mais precisos. Para não haver confusão, e considerando-se a rejeição do termo pelo Congresso Nacional em uma outra conotação, "gênero" deve ser substituído por "sexo". Tal emenda visa que o Plano Municipal de Educação esteja em conformidade com o Plano Nacional. (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).

QUADRO 5 – EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO 035.00028.2015

Ementa
Substituíam-se as seguintes estratégias da Meta 2, previstas no Anexo do Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00129.2015, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Aprova o Plano Municipal de Educação PME, da cidade de Curitiba, conforme preleciona o artigo 4º da Proposição citada:
Texto Original
2.32 Institucionalizar e fortalecer a Rede de Proteção com aporte de recursos humanos, físicos e financeiros

Texto Emendado
2.32 Institucionalizar e fortalecer a Rede de Proteção, na forma da lei, com aporte de recursos humanos, físicos e financeiros
Justificativa
O artigo deve ser alterado para que a criação da "Rede de Proteção" seja de iniciativa da Câmara Municipal, sob pena de se delegar ao Poder Executivo a prerrogativa de legislar, atuando este mediante decreto regulamentador. Assim, tal emenda visa respeitar o Princípio da Separação dos Poderes.
Texto Original
2.37 Implementar, promover e assegurar políticas de prevenção ao preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.
Texto Emendado
2.37 Assegurar os meios para alcançar-se no sistema de ensino público e privado do município de Curitiba a erradicação de todas as formas de discriminação.
Justificativa
O artigo deve ser alterado para excluírem-se as expressões "criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão". Os termos "rede de proteção" e "formas associadas de exclusão" são vagos e permitem inúmeras interpretações. (CURITIBA, 2015, grifos meus)

Esse movimento fica explícito na mudança do texto do Inciso IX do Artigo 3º (QUADRO 3), que, em sua versão original já trazia uma redação ampla e sem muitas exemplificações de que grupos sociais se pretendia alcançar, ao utilizar as expressões “diversidade” e “direitos humanos”. Contudo, o objetivo do texto é totalmente alterado após a emenda: ao se colocar a palavra “cultural” após diversidade e, principalmente, ao se trazer a ideia de “identidade biológica (do homem e da mulher)”. O texto emendado refere-se, assim, ao lugar dos sujeitos nesse discurso: a promoção dos princípios de respeito estará sempre ligada a uma identidade específica, fixada por um sexo biológico que traz, conseqüentemente, apenas duas possibilidades de corpo. Isto é, a partir dessas duas possibilidades de existência, forma-se um único tipo de família: a heteronormativa. Além disso, os efeitos gerados pelo dispositivo da sexualidade são potencializados, a heteronormatividade é reforçada e um discurso normalizador é materializado em forma de lei. Deste modo, é possível pensar que o

dispositivo da sexualidade, que surgiu como um conceito para analisar a profusão de discursos científicos sobre o sexo continua válido, mas apresenta outras configurações.

O mesmo acontece na emenda da estratégia 24.4 (QUADRO 4) que diz respeito ao sistema único de matrícula. Na troca da expressão “diversidade humana” por “características pessoais” e de “gênero” por “sexo”, o que está presente é uma tentativa de fazer prevalecer o biológico, de conceber a diferença sexual como um dado natural, que é característico das duas possibilidades de se constituir como pessoa. Essas trocas só reforçam ainda mais a ideia de que o movimento de combate ao gênero foi uma ação muito bem planejada e estudada, esse combate a termos tão específicos mostra como eles entraram em contato com produções acadêmicas que trabalham com esses conceitos. Isto é, o ato de trocar “gênero” por “sexo” não se trata apenas de acabar com uma suposta confusão de palavras, mas de utilizar enunciados baseados na natureza e na anatomia para compor um discurso que faz um modo de vida mais valorável que outros. Ou melhor, que faz valer apenas dois modos de vida. Essa mesma substituição de expressões está presente na meta 2 que, em um movimento similar ao ocorrido no PNE, passa a tratar as formas de exclusão de uma maneira genérica e global, trocando palavras chaves que davam sentido ao texto da lei. Esse cerceamento da linguagem que caracterizou o cenário de aprovação do PME mostra um fato importante: esse movimento contrário ao gênero percebeu a centralidade exercida pela linguagem.

Nesse caminho, a emenda que apresenta a nova redação do Artigo 4º, traz novamente a ideia de consonância entre os Planos de Educação, o que já aparecia nas emendas apresentadas nos QUADROS 1 e 2, como forma de validar juridicamente os argumentos, e apresentar um caráter de verdade do discurso, o que também aparece na estratégia 2.32. Já o enunciado dos incisos do Artigo 3º, se associados, apresentariam um único tipo de família: aquela, grafada mesmo no singular, que teria como sua base de formação um homem e uma mulher protegidos em torno de sua identidade biológica. Nesse mesmo caminho, o texto emendado do Inciso III do Artigo 3º e a justificativa da emenda fazem uma ligação direta entre a educação e os valores da família. É importante notar que a justificativa expressa na emenda não pode ser entendida como mera expressão de ideias ou de pensamentos do vereador que a propôs. A justificativa faz referência a algo fundador: uma ideologia, nesse caso a de gênero, que seria a responsável por propagar valores que desestabilizariam a ordem da família como base fundadora, como um suposto pilar da sociedade. Há um sujeito do enunciado: a família heteronormativa que não cessa em dizer que os valores morais têm se perdido, mas há ainda outros indivíduos e instituições que também ocupam, atualmente, essa posição de falantes: professoras, padres, pastores, a mídia, a escola e as próprias vereadoras.

Esses sujeitos, ao falarem, fazem falar esse discurso segundo regras que delimitam enunciados específicos sobre a figura da família, bem como, sobre a figura da educação.

Desse modo, parece-me que, mais do que nunca, o que devemos fazer é suspeitar desses discursos, questionar essa heteronormatividade e problematizar os efeitos de sua naturalização. Em alguma medida, o que importa, nesse momento, é notar como os enunciados em torno da “ideologia de gênero” estão sendo ditos, verificar quais outros discursos (como o da família e da moral) estão colados neles para que se promova essa onda conservadora, além de, é claro, perceber de que forma tais discursos têm se convertido em um projeto de implementação de um saber e de um poder sobre a sexualidade.

PARTE IV - A MORAL DE GÊNERO

Muito cedo Karol Wojtyla estava interessado na moral [...] Em 1960 publica “Amor e Responsabilidade”, no qual ele desenvolve uma teologia do casal e da sexualidade, inseparável da procriação, e ele afirma que não há outro método aceitável de controle de natalidade se não o “natural”. Esta concepção fica central em seu pensamento e sua ação que produziu em *Humana Vitae* em 1968, que provocou a consternação e a partida de numerosos crentes. [...] desde então, não há nenhum afrouxamento, mas sim um endurecimento, com uma condenação ainda mais firme da contracepção, do aborto, mas também da eutanásia [...] ⁷⁰

4.1 Família e educação

Sobre essa relação entre família e educação (presente nas emendas do PME), César (1998) demonstra que em um contexto europeu o poder médico do século XIX penetrou a família burguesa e estabeleceu, no interior dela, uma aliança da qual dependeria o sucesso da educação dos filhos, fosse ela intelectual, moral ou física. Assim, para as políticas de higienização postas nessa época, a sexualidade foi um alvo fundamental. Instaurou-se, então, um processo de reorganização da vida. No que diz respeito ao interior da vida doméstica, transformaram-se os modos de habitar, foram definidos espaços específicos para cada membro da família, bem como para os empregados. Separaram-se adultos e crianças, o que também se estendeu para a polaridade dos quartos de pais e filhos nas habitações populares. Estabeleceram-se regras rigorosas para o cuidado com os bebês, indo da amamentação à higiene. A sexualidade infantil tornou-se foco de atenção. A presença dos empregados, valorizada em algumas áreas, foi também temida, por acreditar-se que os criados poderiam prejudicar a educação das crianças. A educação dos filhos passa ser um investimento caro que se desenvolveria em longo prazo, o que faz aparecer, também, um pequeno aumento no interesse da educação das meninas, consideradas as futuras mães. (CÉSAR, 1998).

Nesse contexto foi elaborada uma série de livros que orientavam a família burguesa sobre o cuidado com a criação, a educação e a medicação das crianças. A publicação desses manuais faz com que “todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizas [voltassem] a educá-los.”. (DONZELOT, 1968, p.21-22). Isto é, o papel de cuidar e educar as crianças deixa de ser protagonizado pelas amas de leite ou por pessoas externas à família e passa a ser uma função da mãe. No interior do espaço familiar burguês as mães “foram revestidas de poder” (CÉSAR,

⁷⁰ (PERROT, 2002, p. 197).

1998, p. 18) e tinham a responsabilidade de monitorar os hábitos morais dos filhos. Já as mães de famílias pobres e operárias receberam a função, além de cumprir as regras de higiene social, de tirar as crianças da rua e os maridos do cabaré. Do mesmo modo que os filhos da burguesia destinaram-se à instituição escolar, e às crianças pobres os centros de correção e assistência. (CÉSAR, 1998). A instituição familiar torna-se, assim, o lugar privilegiado de uma educação higiênica e moral das crianças. A família burguesa adentra o século XX como essa instituição moldada por uma nova forma de conceber os indivíduos com suporte nesse novo papel exercido pela mãe e supervisionado “pelo estado ‘médico-higienista’ e pela ‘polícia pedagógica’” (CÉSAR, 1998, p.20, grifos da autora). O futuro dos filhos tornou-se, então, responsabilidade da família e da escola, o que acarretou uma ideia de culpabilização dessas duas instituições por eventuais fracassos na vida das crianças.

Ao se tratar de fracasso escolar, Dal’Igna (2011) mostra como na modernidade a relação família e escola era baseada em uma aliança que, na contemporaneidade, transforma-se em uma parceria para solução de problemas de toda ordem, principalmente, as da ordem do fracasso escolar. Essa passagem da aliança para a parceria é um deslocamento da administração para o gerenciamento do risco do fracasso. Em outras palavras, para a autora, na contemporaneidade, a escola coloca para funcionar um conjunto de técnicas, mais da ordem do controle e menos da ordem da disciplina para gerenciar o risco do fracasso. Por mais que essa problemática do fracasso escolar constitua-se como uma preocupação atual da instituição familiar e escolar, elas não foram o foco de atenção das famílias que estiveram presentes na sessão de votação do PME de Curitiba.

“Eu sou da família, com muito orgulho, com muito amor!”⁷¹. Essa era a canção que embalava os integrantes do movimento pró-família que aguardavam, do lado de fora da Câmara Municipal de Curitiba, pela aprovação das emendas que excluíram gênero e sexualidade do Plano de Educação. A letra e o ritmo, que guardam uma similaridade com os versos cantados pela torcida brasileira durante jogos da seleção de futebol na Copa do Mundo, unem as pessoas que têm lutado ferozmente contra uma abordagem das questões da diversidade na escola, mas, mais do que isso, unem o brasileiro a uma ideia de família. E, ainda, se considerado o contexto e o local onde esses versos eram escutados, unem uma ideia bem delimitada de família à educação. As emendas das estratégias 7.16 (QUADRO 6) e 15.9 (QUADRO 7) do PME de Curitiba ilustram essa ligação.

⁷¹ Essa cena foi filmada e está disponível no *Youtube*: <<https://goo.gl/kkqdyJ>>.

QUADRO 6 - EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO: 035.00026.2015

Ementa
<p>Substitua-se a seguinte estratégia da Meta 7, prevista no Anexo do Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00129.2015, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Aprova o Plano Municipal de Educação PME, da cidade de Curitiba, conforme preleciona o artigo 4º da Proposição citada:</p> <p>Meta 7</p> <p>7.16 Mobilizar as famílias, articulando o ensino escolar e a educação recebida no seio familiar, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos.</p> <p>A presente Emenda Substitutiva visa alterar o texto legislativo de algumas estratégias traçadas no Plano Municipal de Educação PME, do Município de Curitiba. Tais alterações não afetam o mérito administrativo, cuja atribuição é exclusiva do Poder Executivo. Em verdade, tais emendas realizam um controle de legalidade, com base nos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, nos moldes decididos pela Arguição de Descumprimento de Preceito Federal n.º 45, julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Assim, mostram-se necessárias alterações de estratégias que não se coadunam com o Princípio da Separação dos Poderes, o artigo 18.1 da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a melhor técnica legislativa e o Plano Nacional de Educação PNE, do qual o Plano Municipal deve atuar em regime de cooperação. Deste modo, seguem justificativas de cada estratégia emendada.</p>
Texto Original
<p>7.16. Mobilizar as famílias e os setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e todas e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.</p>
Texto Emendado
<p>7.16 Mobilizar as famílias, articulando o ensino escolar e a educação recebida no seio familiar, com o propósito de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos.</p>
Justificativa
<p>Tal emenda visa conciliar o Plano Municipal de Educação com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, do qual o Brasil é signatário. (CURITIBA, 2015, grifos meus).</p>

QUADRO 7 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00048.2015

Ementa
Modifique-se a estratégia 15.9 da Meta 15 do Anexo previsto no artigo 1º do Plano Municipal de Educação PME, projeto nº 005.00129.2015, para que conste a seguinte redação:
Texto Original
15.9 Propor, nas reformas curriculares dos cursos de licenciatura do ensino superior, a formação em temáticas que envolvam educação especial e inclusiva, direitos humanos, direito e proteção das crianças e adolescentes e promoção das igualdades étnico-racial e de gênero e cidadania.
Texto Emendado
15.9 Propor, nas reformas curriculares dos cursos de licenciatura do ensino superior, a formação em temáticas que envolvam educação especial e inclusiva, direitos humanos, direito e proteção das crianças e adolescentes e promoção das igualdades étnico-racial e de cidadania.
Justificativa ou Mensagem:
O Plano Municipal de Educação deve ser elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação, sendo que este não prevê a igualdade de gênero, sendo a inclusão de tais itens no PME inconstitucional. A fim de evitar a inconstitucionalidade da estratégia que trata deste tema na meta 15, é que se propõe nesta emenda a modificação dos referidos itens. Além disso, o PME deve seguir o regramento constitucional, a fim de assegurar a manutenção e o desenvolvimento da educação, sendo que cabe às escolas transmitir ensinamentos aos estudantes, em sentido estrito, já que deve seguir as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabendo à família educar os filhos, em sentido amplo, aí compreendendo a ideologia de gênero e orientações sexuais, não podendo o Estado se imiscuir nesta seara. (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).

Com a mudança do texto da emenda 7.16 (QUADRO 6) deixa-se de pensar a educação popular e cidadã e de se promover o monitoramento das políticas públicas educacionais. Deixa-se, conseqüentemente, de pensar a educação no âmbito do espaço público, como um processo de aprendizado político, para entendê-la como uma extensão do espaço privado. Assim, se introduz uma estratégia no PME que articula o ensino escolar com a educação recebida no interior da família, se perde a dimensão pública da educação. O que

acontece aqui, em nome dos direitos da criança, é uma tentativa de despolitização das práticas pedagógicas através de uma projeção do espaço privado sobre a educação escolar. Essa projeção também aparece na justificativa de emenda da estratégia 15.9 (QUADRO 7) ao delegar apenas a família o direito de educar amplamente as crianças, retira-se do Estado a responsabilidade na educação para com às demandas de populações historicamente excluídas. A emenda da estratégia 15.9 demonstra, ainda, como essa batalha contra o gênero se deu em todos os níveis de ensino e não somente nos que acontecem no interior da escola. Assim, se associarmos as justificativas presentes nos quadros 5, 6 e 7 fica claro que há uma intenção de transformar os ambientes educacionais em um local de introjeção de valores familiares. Em outras palavras, a escola deveria ser a extensão da família, o lugar mesmo da moral.

Nesse caminho, as únicas fontes para o estabelecimento desses princípios de moralidade seriam a religião e a família, onde a primeira fica sempre suposta como a católica e a segunda sempre como monogâmica e heterossexual (SEFFNER, 2016). É nesse sentido que Michelle Perrot, historiadora das mulheres do período do século XIX, demonstra que a religião católica mantinha o controle supremo sobre a educação das meninas, elas deveriam ser criadas “aos joelhos da Igreja.” (PERROT, 2002, p. 193). Contudo, com o aumento do poder do Estado Laico, a Igreja começa a perder esse terreno e, nas tentativas de retomá-lo, coloca a questão da sexualidade como central. Em outras palavras, “é como se a Igreja tivesse investido o sagrado na moral sexual, colocando o sexo no coração do religioso para responder a essa religião do sexo que invade a sociedade contemporânea”. (PERROT, 2002, p.198). Arrisco pensar que, nos dias de hoje, esse discurso em “torno da ideologia de gênero” tenha formado suas bases em um discurso religioso, mas promoveu nele alguns deslocamentos: tirou o alvo da sexualidade e o reapontou para o gênero. Esse seria um deles.

4.2 O conceito de gênero

Considerando o contexto político atual, Seffner (2016) aponta que as questões de gênero e de diversidade sexual têm sofrido um deslocamento importante: elas passam do campo dos direitos humanos, para o campo de luta pela democracia brasileira. O autor ainda afirma que no cenário de aprovação dos Planos de Educação, por mais que as menções à sexualidade tenham sido excluídas, houve um enfrentamento maior ao gênero. Assim, para compreender a segunda aposta desta pesquisa, é importante perceber como o conceito de gênero que conhecemos hoje foi construído.

Nesse sentido, Thomas Laqueur (2001) ao se deparar com o problema de relacionamento entre o corpo, a natureza e a diferença sexual, muda seu foco de pesquisa, e o que era para ser uma história do prazer sexual feminino e sua tentativa de apagamento no século XIX se transforma em uma história de como o sexo foi construído. Assim, em *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001), o autor apresenta a produção da diferença sexual, desnaturalizando-a. Em outras palavras, ele demonstra como a passagem de um modelo de sexo único/ carne única para um modelo de dois sexos/duas carnes, nada teve a ver com um avanço científico, mas foi o resultado de uma mudança tanto epistemológica, quanto política. Nesse sentido, falar sobre sexo implica, sempre, uma reivindicação sobre o gênero, uma vez que “o sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional; é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder”. (LAQUEUR, 2001, p. 23).

Assim, o modelo do sexo único, ou isomorfismo sexual, dominou a cena desde a antiguidade clássica até o século XVIII. Aqui, os sexos não eram divididos cada qual por sua anatomia reprodutiva, mas eram ligados por um mesmo sexo, seus órgãos eram, essencialmente, os mesmos. A mulher era entendida como um homem invertido onde a vagina e o colo do útero seriam um pênis interno; o útero seria um escroto virado para dentro; os grandes e pequenos lábios seriam como o prepúcio e os ovários seriam testículos internalizados. Tanto é que nesse período utilizavam-se as palavras feminino ou masculino para diferenciar os órgãos. Não se falava em ovário ou em vagina, por exemplo, dizia-se um testículo feminino ou um pênis feminino. (LAQUEUR, 2001). Nesse sentido, o homem era entendido como um ser dotado de um excesso de calor e, conseqüentemente, mais perfeito que a mulher. A diferença era estabelecida aqui: a mulher era considerada uma versão imperfeita do homem, já que não era dotada de um calor suficiente para que seu sistema reprodutivo fosse projetado para fora. Ou seja, conforme seus graus de perfeição metafísica, seu calor vital, homens e mulheres eram classificados. Tínhamos, então, no isomorfismo sexual, um sexo e dois gêneros.

O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional, embora a terminologia moderna torne essa reordenação sem sentido. Pelo menos, o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um “modelo de sexo único” explicitamente ligados em um círculo de significados; escapar daí para um suposto substrato biológico – a estratégia do Iluminismo – era impossível. Foi no mundo do sexo único que se falou mais diretamente sobre a biologia de dois sexos, que era mais arraigada no conceito de gênero, na cultura. Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não ser organicamente um ou outro de dois

sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica. (LAQUEUR, 2001, p. 19)

Até esse ponto os corpos masculinos e femininos eram interpretados “como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um sexo.” (LAQUEUR, 2001, p. 21). O que estava em jogo aqui era o gênero e não o sexo. Contudo, só foi interessante buscar o modelo de dois sexos distintos quando as diferenças entre homem e mulher, entendidas do ponto de vista anatômico e fisiológico, se tornaram importantes politicamente. Como já dito anteriormente, essa mudança de um isomorfismo para um dimorfismo sexual, foi intrínseca a mudanças epistemológicas e políticas como: um período pós-revolução, a queda dos governos absolutistas do Antigo Regime; o feminismo pós-revolução; novos tipos de espaço público; as fábricas e a divisão sexual do trabalho; o surgimento das classes; a ideia de casamento como contrato; o iluminismo e a ascensão da religião evangélica (LAQUEUR, 2001). O corpo passa aqui a ser uma justificativa naturalista para a condição social inferiorizada da mulher e, mais do que isso, o corpo em todos os seus aspectos é marcado pela diferença. Essa oposição sexual, essa anatomia distinta “era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos. [...] Qualquer que fosse o assunto, o corpo tornou-se o ponto decisivo.” (LAQUEUR, 2001, p.192). Nessas condições, “o campo de batalha do gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico” (LAQUEUR, 2001, p.192), o que fez com que a diferença passasse a ser expressa em relação à biologia. Temos agora, não mais o modelo de um sexo e dois gêneros, e sim, um modelo de dois sexos distintos onde para cada corpo, homem ou mulher, corresponderia apenas um único sexo.

Esse modelo de dois sexos, ou dimorfismo sexual, que confere aos corpos destinos biológicos específicos, reverberou teoricamente no entendimento do gênero. Assim, o conceito de gênero está intimamente ligado à história do movimento feminista, na mesma medida que o constituiu. Nesse contexto, o primeiro momento do feminismo como um movimento organizado, esboçou críticas ao patriarcado e teve sua luta centrada no sufrágio feminino (LOURO, 1997). A reivindicação pelo direito ao voto mobilizou milhares de mulheres em diversos países do ocidente, inclusive, no Brasil. No final do século XIX e no início do século XX brasileiras passam a lutar por uma ideia de vida pública para as mulheres e pelo direito ao voto, conquistado em 1932. No sufrágismo – que ficou conhecido, posteriormente, como a primeira onda do feminismo – o gênero era concebido como uma expressão de um sexo biológico, determinado, exclusivamente, pela natureza.

Um período de transição pode ser notado aqui: o feminismo passa a se preocupar, não só em garantir uma vida pública digna para as mulheres, mas também em construir um campo de estudos teóricos. Simone de Beauvoir, com seu livro *O segundo sexo* publicado em 1949 além de marcar esse momento de transição, forma as bases do que será a teoria feminista de segunda onda ao mostrar como o “ser mulher” é construído socialmente e ao localizar as diferenças entre o feminino e o masculino não mais na biologia, e sim na cultura e na sociedade. (LOURO, 1997). Ela faz isso ao demonstrar que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p.9), deslocando a construção da categoria mulher do campo exclusivamente biológico. Contudo, a autora supõe a existência de dois gêneros distintos, que ocupariam posições opostas e demarcadas, de uma maneira universal.

Sendo assim, o que passa a estar presente nesse momento é um debate em torno da vida privada. Pesquisadoras e estudiosas feministas começam a ocupar as universidades e a construir saberes a partir de uma perspectiva da mulher, de suas experiências, de suas lembranças, de seus sentimentos e de suas histórias de vida. O que ficou conhecido como *Women`s Studies* focalizou temas e problemas como o cotidiano, a família, as relações de trabalho, a vida doméstica, a sexualidade, enfim, temas que não habitavam o espaço acadêmico. Além disso, essas mulheres instauraram um novo modo de pesquisar, demonstrando que o privado também é político e que não havia um objetivo de neutralidade em suas pesquisas. (LOURO, 1997). Essas pesquisas que descreviam minuciosamente vidas femininas passam a ensaiar explicações para as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Assim, tanto no Brasil como nos Estados Unidos e na Europa, por mais que as fundamentações teóricas fossem diversas, na chamada segunda onda do feminismo, o conceito de gênero vai servir para que se estabeleça uma oposição entre uma natureza sexuada e um gênero construído social e culturalmente.

No contexto brasileiro, Langnor (2016) explica que um dos fatores que contribuiu para a introdução de pautas feministas nas universidades foi a articulação do movimento feminista na luta contra a ditadura, o que fez com que o movimento feminista no Brasil se configurasse de uma forma diferente. A autora demonstra que a maioria das mulheres que compunha o movimento feminista da época eram brancas, de classe média, que tiveram acesso ao ensino superior e que participavam de outros movimentos como a Teologia da Libertação, de modo que “essa relação com a Igreja Católica articulou o envolvimento das mulheres das camadas populares, e as organizações de bairro, tornando [o feminismo] um movimento “interclasses”.” (LANGNOR, 2017, p. 4). É nesse sentido, que Sônia Fátima Schwendler (2017) demonstra como o conceito de gênero aproximou as mulheres camponesas

de uma leitura do feminismo, fazendo com que elas assumissem um discurso feminista no interior do próprio movimento camponês. Dessa maneira, essa organização propositiva realizada por essas mulheres camponesas tem também “contribuído para romper com sua invisibilização na luta política, na organização do trabalho produtivo, bem como na história do próprio feminismo brasileiro e latino-americano” (SCHWENDLER, 2017, p. 145).

Além disso, no contexto acadêmico brasileiro, grande parte das produções teóricas foi influenciada pelos feminismos norte-americanos e europeus. Nesse sentido, em uma busca por maior legitimidade científica, o termo gênero passa a ser utilizado nas pesquisas para sobrepor o termo mulher. Esse jogo de palavras causou divergências entre as feministas da época, uma vez que algumas diziam que o termo “invisibilizava as questões específicas das mulheres, enquanto outras entendiam que gênero emprestava às produções acadêmicas uma característica de maior cientificidade” (LANGNOR, 2016, p.5). Louro (1997) assinala que o termo gênero é cunhado pelas feministas anglo-saxãs, com o objetivo de recusar um determinismo biológico que o uso das expressões sexo ou diferença sexual acarretavam. Deste modo, a utilização do conceito de gênero acaba trazendo o debate para o campo do social, onde as relações desiguais entre os sujeitos são construídas. Buscam-se, então, as justificativas para as desigualdades não mais nas diferenças biológicas, mas sim no âmbito das relações sociais, histórias e nas formas de representação. Tudo que gira em torno do gênero passa a ser contextualizado: são levadas em consideração as distintas sociedades e momentos históricos em que as relações de gênero estão inseridas, bem como os diversos grupos que constituem uma determinada sociedade. Passa-se a evitar afirmações generalizadas a respeito do masculino e do feminino. (LOURO, 1997).

Assim, décadas depois de Beauvoir, Joan Scott toma o gênero como uma categoria de análise, para ela: “(1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). O conceito começa a ser utilizado como uma ferramenta política e analítica. Então, em um mundo constituído e ordenado através de relações de poder entre os gêneros, o gênero é entendido em seu caráter relacional. Contudo, a autora ainda considera que os gêneros são definidos a partir de um corpo sexuado específico: o feminino e o masculino, onde, nessa relação, um implicaria o estudo do outro. Por mais que esses estudos acabassem priorizando as mulheres, fazia-se referência também aos homens, o que acabou abrindo espaço para as questões das masculinidades (SEFFNER, 2003). Assim, além de seu caráter relacional o gênero deveria ser assumido como aquilo que dá sentido às organizações sociais, ou seja, o gênero seria um organizador. Desse modo, a partir de Joan

Scott, seria possível compreender o gênero como uma categoria de investigação, como um eixo central, enfim, como uma epistemologia.

Dessa maneira, ao tomar o masculino e o feminino de um modo universalizante, como fez Beauvoir, ou ao entender o gênero a partir de uma perspectiva relacional, como fez Scott, por mais que existam deslocamentos teóricos, ambas parecem construir seus argumentos baseados na diferença sexual. Assim,

Ao estudar os gêneros a partir das diferenças sexuais, está se sugerindo explicitamente que todo discurso necessita do pressuposto da diferença sexual, sendo que esse nível funcionaria como um estágio pré-discursivo. Aqui parece que as concepções relacionais e universais tendem a encontrar-se. A cultura entraria em cena para organizar esse nível pré-social, ou pré-discursivo, para distribuir atribuições de gênero, tomando como referência as diferenças inerentes aos corpos sexuados. (BENTO, 2006, p.76).

Isto é, em ambas as teorizações, o sexo e o gênero são tomados a partir de uma concepção binária, onde, pautar as produções discursivas e práticas pelo dimorfismo sexual acaba limitando a própria concepção de gênero. Pelo histórico do movimento feminista é possível perceber que até os anos 1990, as teorizações produzidas continuaram a compreender o gênero como algo que foi inscrito sobre um corpo sexuado, conseqüentemente estável e binário. Para as feministas da segunda onda o gênero era construído sobre o substrato do sexo (BUTLER, 2013). É nesse sentido que Judith Butler, profundamente marcada pelo pensamento de Michel Foucault, irá tematizar o gênero, compreendendo-o como performativo. Isto é, como um efeito de práticas reiterativas.

4.3 A questão do PME

Dentre as metas que compõem o PME de Curitiba a meta 25 (QUADRO 8) foi a que mais sofreu alterações, já que se trata da antiga seção de “Diversidade, Educação e Direitos Humanos”. Por ser uma meta extensa irei pensá-la a partir de duas temáticas: 1) a importância da linguagem (onde serão inseridas as emendas submetidas às metas 13 e 23) e a colocação da diversidade como um sub tema, 2) a presença do discurso religioso e a ideia de valores morais da família:

QUADRO 8 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00075.2015

Ementa
Modifiquem-se as seguintes estratégias da Meta 25 do Anexo previsto no artigo 1º do Plano Municipal de Educação PME, conforme especifica. Altere-se o texto originário da estratégia abaixo, passando a vigorar com a seguinte redação:
Texto Original
DIVERSIDADE , EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
Texto Emendado
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS
Texto original
Meta 25: Assegurar, no prazo de dois (2) anos, a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, identidade de gênero, geracional, às violências (doméstica/intrafamiliar, institucional e trabalho infantil), e respeito às diversidades (entre homens e mulheres; população LGBT, população negra, povos indígenas, população cigana, populações quilombolas, populações geograficamente excluídas, sujeitos privados de liberdade e em conflito com a lei, em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições educacionais públicas e privadas no município de Curitiba.
Texto emendado
Meta 25: Assegurar no prazo de dois (2) anos a criação, a implementação, o desenvolvimento e a execução de um plano municipal, construído em conjunto com a sociedade civil, alunos e pais, de prevenção e enfrentamento de desigualdades étnico-raciais, às violências (domésticas/intrafamiliar, institucional e de trabalho infantil inadequado), o justo respeito às diversidades (entre os sexos , sujeitos que sofrem racismo, sujeitos em sistemas correccionais ou detentos, sujeitos em situação de risco, extrema pobreza, população de rua, refugiados e migrantes), a defesa aos direitos humanos (desde a concepção à morte natural), sem viés ideológico e com um maior envolvimento dos pais , com vistas a garantir condições mais equânimes de acesso, permanência e sucesso em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições

educacionais públicas e privadas, **resguardada a liberdade de consciência e de valores**, no município de Curitiba.

Texto original

25.1 Promover e garantir a (...) discussão, por meio de ações didático-pedagógicas, sobre ~~diversidade~~, justiça social, inclusão e educação em direitos humanos na política de valorização e formação inicial e continuada dos(as) profissionais da educação escolar básica nas instituições educacionais públicas e privadas das esferas municipal, estadual e federal, visando à dignidade humana (...), à prevenção e ao enfrentamento da violência, de preconceito e de discriminação.

Texto emendado

25.1 Promover e garantir a possibilidade de discussão, por meio de ações didático-pedagógicas, sobre justiça social, inclusão e educação em direitos humanos na política de valorização e formação inicial e continuada, **opcional**, dos(as) profissionais da educação escolar básica nas instituições educacionais públicas e privadas da esfera municipal, estadual e federal, **visando à dignidade humana (desde a concepção à morte natural)**, à prevenção e ao enfrentamento da violência, de preconceito e de **discriminação injusta**.

Texto original

25.2 Criar o Fórum Permanente de Educação para discussões sobre as ~~questões de diversidade~~ e dos direitos humanos do município de Curitiba, vinculado ao Conselho Municipal de Educação e articulado aos demais Conselhos Municipais e ao Fórum Municipal de Educação, com ampla divulgação na sociedade, (...) garantindo a participação de todos(as) (...) na perspectiva inclusiva, em diálogo intersetorial, com recursos humanos e dotação orçamentária necessários a seu funcionamento (...).

Texto emendado

25.2 Criar o Fórum Permanente de Educação para discussões sobre as questões dos direitos humanos do município de Curitiba, vinculado ao Conselho Municipal de Educação e articulado aos demais Conselhos Municipais e ao Fórum Municipal de Educação, com ampla divulgação na sociedade, com seus prazos, pautas e documentos oficiais divulgados com o prazo mínimo de uma (1) semana para divulgação oficial no site da Secretaria Municipal de Educação e outros meios, garantindo a participação de todos(as), **especialmente os pais**, na perspectiva inclusiva, em diálogo intersetorial, **com recursos humanos e dotação orçamentária necessários a seu funcionamento, desde que isto não signifique retirar recursos da instrução comum**.

Texto original
25.3 Inserir e implementar (...) nos currículos de todos os cursos de formação de profissionais de educação, temáticas relacionadas à educação em diversidade , justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos (...).
Texto emendado
25.3 Inserir e implementar, como atividade complementar opcional , nos currículos de todos os cursos de formação profissionais de educação, temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos, sem viés ideológico .
Texto original
25.4 Garantir a (...) inserção das temáticas relacionadas à educação em diversidade , justiça social, inclusão, prevenção à violência (...) na perspectiva de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos (...), em todos os documentos legais (diretrizes políticopedagógicas e curriculares, projetos políticopedagógicos, regimento escolar, plano de ação, entre outros), das instituições educacionais públicas e privadas de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades.
Texto emendado
25.4 Garantir a possibilidade da inserção das temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, prevenção à violência e honestidade, sem que isto signifique perda no conteúdo de instrução comum , na perspectiva de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, desde a concepção à morte natural , em todos os documentos legais (diretrizes políticopedagógicas e curriculares, projetos políticopedagógicos, regimento escolar, plano de ação, entre outros), das instituições educacionais públicas e privadas (resguardada liberdade de consciência e valores) de ensino em todos os níveis, etapas e modalidades.
Texto Original
25.5 Garantir políticas públicas de formação, em regime de colaboração, (inicial, extensão, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) direcionadas a todos(as) os(as) profissionais da educação escolar básica, contemplando licenças para estudo sem prejuízo dos vencimentos e/ou bolsas auxílio para estudos, voltadas para as temáticas relacionadas à educação em diversidade , justiça social, inclusão, prevenção às violências na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos.

Texto Emendado

25.5 Garantir políticas públicas de formação, em regime de colaboração, (inicial, extensão, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado) direcionadas a todos(as) os(as) profissionais da educação escolar básica, contemplando licenças para estudo sem prejuízo dos vencimentos e/ou bolsas auxílio para estudos, voltadas para as temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, prevenção às violências na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos.

Texto original

25.7 Assegurar, no prazo máximo de dois (2) anos, a contar da promulgação desta lei, a criação de rubrica financeira e dotação orçamentária específica (...), prevendo recursos necessários para a implementação e execução de políticas públicas afirmativas (...) voltadas para a educação em ~~diversidade~~, justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos (...).

Texto emendado

25.7 Assegurar, no prazo máximo de dois (2) anos, a contar da promulgação desta lei, a criação de rubrica financeira e dotação orçamentária específica, **sem que signifique onerar os demais aspectos comuns de instrução**, prevendo recursos necessários para a implementação e execução de políticas públicas afirmativas, exclusivamente através de órgãos municipais, voltadas para a educação em justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação **dos direitos humanos, desde a concepção à morte natural**.

Texto Original

25.8 Incluir nos levantamentos de dados, censos escolares e na documentação escolar do estudante (ficha de matrícula, histórico escolar, ficha de comunicação de estudante ausente, notificação obrigatória/SINAN, Sistema Presença) informações sobre baixa frequência, abandono e evasão escolar na perspectiva da ~~transversalidade de gênero, orientação sexual, identidade de gênero~~, raça, classe, ~~geracional~~.

Texto Emendado

25.8 Incluir nos levantamentos de dados, censos escolares e na documentação escolar do estudante (ficha de matrícula, histórico escolar, ficha de comunicação de estudante ausente, notificação obrigatória/SINAN, Sistema Presença) informações sobre baixa frequência, abandono e evasão escolar na perspectiva da raça e classe.

Texto Original
25.12 Implementar e garantir políticas públicas de prevenção ao abandono e à evasão escolar decorrente de qualquer tipo de desrespeito à diversidade , aos direitos humanos, ou por condições desfavoráveis para a permanência na escola, garantindo atendimento por meio de rede de proteção social.
Texto Emendado
25.12 Implementar e garantir políticas públicas de prevenção ao abandono e à evasão escolar decorrente de qualquer tipo de desrespeito aos direitos humanos, ou por condições desfavoráveis para a permanência na escola, garantindo atendimento por meio de rede de proteção social.
Texto original
25.14 Garantir a produção, a aquisição e a distribuição de materiais didático-pedagógicos (...) que contemplem as temáticas relacionadas à educação em diversidade , justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos, (...) com ênfase em grupos historicamente excluídos .
Texto emendado
25.14 Garantir a produção, a aquisição e a distribuição de materiais didático-pedagógicos, sem viés ideológicos , que contemplem as temáticas relacionadas à educação em justiça social, inclusão, prevenção à violência na perspectiva de promoção, proteção, reparação e defesa dos direitos humanos de forma justa e que abordam várias perspectivas e pontos de vista .
Justificativa
O Plano Municipal de Educação deve ser elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação, sendo que este não prevê a igualdade de gênero, sendo a inclusão de tais itens no PME inconstitucional. A fim de evitar a inconstitucionalidade das estratégias que tratam deste tema na meta 25, é que se propõe nesta emenda a modificação dos referidos itens. Além disso, o PME deve seguir o regramento constitucional, a fim de assegurar a manutenção e o desenvolvimento da educação, sendo que cabe às escolas transmitir ensinamentos aos estudantes, em sentido estrito, já que deve seguir as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, cabendo à família educar os filhos, em sentido amplo, aí compreendendo a ideologia de gênero e orientações sexuais, não podendo o Estado se imiscuir nesta seara. (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).

1) A importância da linguagem e a colocação da “diversidade” como um sub tema:

Como vimos anteriormente, o discurso médico, através do dispositivo da sexualidade, se constituiu, no passado, como o discurso de verdade sobre o sexo. Atualmente, a educação tem se constituído como o terreno de disputa de perspectivas narrativas que pretendem abordar gênero e diversidade sexual. (CÉSAR, 2016). No cenário de aprovação do PME de Curitiba destacam-se dois lados dessa disputa: um composto pelos movimentos sociais, grupos de pesquisas, ativistas e pesquisadoras – que têm se embasado nas mais diversas narrativas, sejam elas progressistas, feministas, humanistas, pós-humanistas, libertárias, com uma atitude *queer*...(CÉSAR, 2016) – marcado por disputas internas, principalmente no que diz respeito ao lugar de fala e a um “nível de subversão”. Isto é, só estaria autorizado a falar sobre um assunto, quem é o próprio sujeito/identidade da temática e, aqui, têm se colocado vários graus de pertencimento a uma determinada identidade. Onde, dentro do próprio movimento ou até mesmo no interior da universidade, por exemplo, mulheres lésbicas têm sua sexualidade questionada por serem consideradas femininas demais, ou por não serem subversivas o suficiente. E isso, claro, tem se aplicado às demais letras da sigla LGBTI. Aqui, nessa busca por uma pureza, pelo sujeito LGBTI verdadeiro, esse lado perdeu. O que acontece é a instauração de “um campo de guerra dentro de um mesmo território, guerra da guerra. Nesse lado da batalha, do ponto de vista estratégico, todas/os perdem, porque há uma profusão narrativa produzida sempre para deslegitimar a fala do outro.” (CÉSAR, 2016, submetido à publicação).

Já o outro lado, formado por defensores da família, parlamentares ultraconservadores, segmentos da grande mídia e representantes religiosos (CÉSAR, 2016) que, como já vimos, dizem proteger a família, defender as crianças e lutar pelo direito de educá-las, mantiveram uma unicidade nos discursos. Além disso, eles perceberam que nas últimas décadas o regime democrático brasileiro impactou fortemente a linguagem educacional: as noções de diversidade, gênero, inclusão, grupos socialmente excluídos, minorias... foram, cada vez mais, fazendo parte de um vocabulário que compõe as práticas relacionadas à educação. (SEFFNER, 2016). Em torno disso pode-se perceber na meta 25, já desde o título da sessão, que muitas das emendas feitas às estratégias retiraram as menções a essas palavras. Esse mesmo movimento de retirada acontece na também estratégia 23.10 da meta 23 (QUADRO 9) e na estratégia 13.1 da meta 13 (QUADRO 10), como segue nos quadros abaixo

QUADRO 9 – EMENDA MODIFICATIVA CÓDIGO 034.00074.2015

Ementa
Modifique-se a Meta 23, estratégia 23.10, do Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00129.2015, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Aprova o Plano Municipal de Educação PME, da cidade de Curitiba:
Texto Original
23.10 Assegurar a criação de rubrica financeira, a contar da promulgação dessa lei, prevendo a destinação de recursos financeiros necessários para a implementação de políticas públicas afirmativas para a educação em direitos humanos, sobretudo voltadas às temáticas de educação para o respeito à diversidade, justiça social, inclusão, prevenção da violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos.
Texto Emendado
23.10 Assegurar a criação de rubrica financeira, a contar da promulgação dessa lei, prevendo a destinação de recursos financeiros necessários para a implementação de políticas públicas afirmativas para a educação em direitos humanos, sobretudo voltadas às temáticas de educação para o respeito justiça social, inclusão, prevenção da violência na perspectiva de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. (CURITIBA, 2015, grifos do autor).

QUADRO 10 – EMENDA SUBSTITUTIVA CÓDIGO 035.00034.2015

Ementa
Substitua-se a seguinte estratégia da Meta 13, prevista no Anexo do Projeto de Lei Ordinária, Proposição nº 005.00129.2015, de iniciativa do Prefeito Municipal, que Aprova o Plano Municipal de Educação PME, da cidade de Curitiba, conforme preleciona o artigo 4º da Proposição citada
Texto Original
13.1. Promover discussão para a elaboração de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior CONAES, Integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos(às) graduandos(as) a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática

didática, além da educação para as relações étnico-raciais, ~~a diversidade~~ e as necessidades das pessoas com deficiência.

Texto Emendado

13.1. Promover discussão para a elaboração de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos(às) graduandos(as) a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros(as) estudantes combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais e as necessidades das pessoas com deficiência. (CURITIBA, 2015, grifos do autor).

Nas emendas acima a única mudança do texto foi excluir a palavra diversidade. Assim, é importante lembrar que as palavras também são construções e que a linguagem constitui práticas. Deste modo, esses enunciados que excluem a diversidade, são mais um dos que compõem essa disputa discursiva em torno da “ideologia de gênero”. Aqui, vale salientar que, na perspectiva aberta por Foucault (1986), os discursos não são apenas textos, mas sim, práticas que criam os próprios objetos sobre os quais se referem, construindo verdades em um determinado período e, como é o caso do objeto dessa dissertação, direcionando a ação política e governamental. Assim, por mais que a diversidade ligada ao gênero e à sexualidade tenha sido retirada do texto da lei, outras pautas que estão ligadas a grupos que também foram historicamente excluídos (mesmo que essa expressão tenha sido retirada) como as questões de raça e classe⁷², continuam presente no texto.

Entretanto, toda essa sessão de direitos humanos fica em segundo plano. É possível perceber isso quando ao tratar da criação do Fórum Permanente de Educação e da implementação e execução de políticas públicas afirmativas voltadas para inclusão, a nova redação da meta 25 aprova rubrica financeira e dotação orçamentária apenas que isso não signifique que a educação dita “comum” tenha que participar de um ajuste no orçamento. Além disso, a inserção de temáticas da inclusão em documentos legais das instituições de ensino fica assegurada apenas se, novamente, o conteúdo de instrução comum já tiver sido contemplado. Nesse caminho, os currículos dos cursos de formação profissional em educação só contaram com temáticas relacionadas à inclusão na sua modalidade de atividade

⁷² Aqui é importante destacar que a palavra classe permanecer por expressar a ideia de distribuição econômica e não de luta de classes.

complementar optativa. Vale lembrar que estas ações estão previstas no PME de Curitiba apenas porque, todas deixam bem claro que, se realizadas, serão a partir de uma perspectiva “sem viés ideológico”. A partir disso fica evidente como esse movimento conservador contrário ao gênero foi muito bem programado: além de entrarem em contato com os nossos referenciais, com um vocabulário próprio da educação, eles perceberam a importância exercida pela linguagem, se uniram em torno de um único objetivo, propagando seus argumentos por meio de um único discurso. Eles ganharam aqui. Ganharam na unicidade, na coesão. O que tem facilitado que seus argumentos sejam tão bem aceitos pela população em geral.

2) A presença do discurso religioso e a ideia de valores morais da família:

Rosado-Nunes (2015) ao analisar as influências da hierarquia católica no contexto de discussão do PNE, demonstra como o gênero – tomado como conceito homogêneo – foi considerado pela Igreja Católica um poderoso inimigo, destruidor dos valores morais pregados pela instituição Cristã. Para chegar a essa conclusão ela mostra, influenciada principalmente por Anthony Favier (2012), como as reivindicações feministas foram por vezes combatidas e por vezes acolhidas com indiferença pela hierarquia católica. Contudo, a autora salienta que a partir dos anos 90, com as Conferências Internacionais de Cairo e Beijing, os estudos feministas e os estudos de gênero passam a ser combatidos de forma sistemática por agentes religiosos católicos. É nesse sentido que Perrot (2002) se pergunta:

[...] por que esta obsessão, até mesmo este ódio, da carne, da sexualidade e esta profunda desconfiança da mulher no Cristianismo? Desconfiança que informou toda a cultura ocidental judaico-cristã. Por que a sexualidade é uma linha de defesa e afirmação da Igreja hoje, em particular em nome de João Paulo II? “Nós queríamos saber as razões de um rigor insuportável”, [...] formulando algumas hipóteses: a necessidade de "compartilhar o modelo ascético" e, mais importante ainda, o desejo de manter a grande família "a única fonte de recrutamento clerical". (PERROT, 2002, p.198).

Nesse caminho, ousou dizer que a formação disso que ficou conhecido como “ideologia de gênero” tenha suas bases nessa mesma linha de defesa e afirmação da Igreja, mas acredito que, atualmente, essa batalha tenha sofrido um deslocamento, isto é, tenha se travado mais em torno da vida e do gênero do que através da sexualidade. Aqui é interessante notar que o tema da dignidade da pessoa humana tem aparecido dos dois lados dessa luta por sentido: de um desses lados é entendido como fundamento da liberdade, da paz, da justiça e

do desenvolvimento social e está ligado ao princípio do estado democrático de direito; já do outro, este princípio diz respeito especialmente ao tema da vida e é influenciado fortemente por uma concepção cristã.

É a partir dessa perspectiva que essa relação entre Estado, Igreja e Educação é um processo histórico que parece ser retomado nos dias de hoje, mas com dois discursos específicos. O primeiro em torno da vida que está claramente explícito na meta 25 (QUADRO 8), onde os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana sempre estão acompanhados da frase “da concepção à morte natural”. Isto é, o PME de Curitiba está prevendo diversas ações educacionais que devem levar em consideração a vida do feto e os meios naturais de morte, uma referência contrária ao aborto e à eutanásia, tópicos longamente discutidos pela Igreja.⁷³ O que é uma contradição se levarmos em conta que a meta 25 prevê que suas estratégias sejam postas em prática sem viés ideológico e resguardando a liberdade de consciência e de valores. Ou seja, o único “viés ideológico” a ser combatido é o do gênero. Outro ponto do discurso em torno da vida é o da reprodução. Ao se associar no Artigo 3º (QUADRO 3) o direito à identidade biológica do homem e da mulher aos valores da família (também presente na justificativa da meta 25) supõe-se uma continuação entre sexo-gênero e desejo: o sexo extremamente biológico e natural expresso em seu órgão genital faria de um corpo ou masculino ou feminino que, conseqüentemente, desejaria seu oposto, homem ou mulher. Nessa correspondência há espaço apenas para criação de um tipo de família: aquela que foi a chave do dispositivo de aliança, que se concentra na reprodução e, por conseguinte, na heterossexualidade. Uma vez que, as famílias valoradas no discurso contrário à “ideologia de gênero”, supõe, necessariamente, filhos. Isto é, a família legitimada aqui é aquela da constituição do Estado Moderno, o lugar mesmo de cuidado, excelência e de perpetuação da espécie e da moral. Assim, entre essa luta contra a “ideologia de gênero” e a proteção da família heteronormativa está a suposta defesa aos direitos da criança.

Desta maneira, espero que até aqui tenha sido possível perceber que: a) no decorrer do processo de votação dos Planos de Educação houve uma violenta reação política e religiosa que se materializou no que ficou conhecido como “ideologia de gênero”; b) esse movimento conservador tem sido marcado, tanto no Brasil quanto em outros países, pelo aparecimento de um discurso bio-religioso com pretensões de cientificidade; c) desenvolvendo melhor a primeira aposta desse trabalho: as dimensões produzidas no interior

⁷³ Vale lembrar que o Papa João Paulo II apresentava ideias similares na Encíclica *Evangelium Vitae*, ao tratar do embate entre a cultura da vida e a cultura da morte.

do dispositivo da sexualidade ao encontrarem um discurso religioso em torno da vida e do gênero criaram a condição de possibilidade do aparecimento da “ideologia de gênero”.

Aqui, arrisco ainda uma segunda hipótese: desse movimento que diz prezar pelo bem da criança e pela conservação de um único modo de família, o gênero é a questão, o foco, é ele que incomoda, ele é o alvo do ataque. Talvez seja o gênero, ou uma falta de coerência entre sexo e gênero, até mais que a orientação sexual, que cause esse assombro maior, que seja o problema central, o condutor dessa batalha em torno da diversidade. Pode ser que em vez de falarmos em valores morais da família, pudéssemos falar que uma espécie de moral de gênero tem penetrado o plano legislativo.

PARTE V – A MORAL DO GÊNERO

5.1 O gênero como performatividade

Como já vimos, o conceito de gênero foi abordado a partir de diferentes perspectivas, sejam elas voltadas para a natureza ou para a cultura. Com a publicação de *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* Judith Butler escapa dessa dupla alternativa que reinava no feminismo de primeira e de segunda onda: ou o gênero era entendido como pura construção discursiva e cultural ou o gênero era da ordem da natureza. Além disso, a autora questiona as teorizações feministas em diversos aspectos, para ela

Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade e de anti-identidade que o feminismo invariavelmente exclui. (BUTLER, 2013, p. 22-23).

Ao repensar a ideia de que há um sujeito político do feminismo, desconfiar da ideia de representação e das políticas feministas sustentadas a partir da recusa do patriarcado e do seu caráter genérico e universalizado, a autora demonstra como a categoria mulher só alcança estabilidade e coerência no contexto da heterossexualidade e acaba ganhando essa solidez que permite ao feminismo se afirmar como um movimento que representa “mulheres”. Por esse motivo, ela questiona, também, a ideia de identidade. Ou seja, o objetivo não é dizer que não existe a mulher, mas mostrar no interior de quais relações de poder e sob qual matriz o “ser mulher” torna-se uma categoria estabilizada. É, então, a partir desse movimento de mostrar o “ser mulher” como um efeito de relações de poder em uma configuração heteronormativa que se gera a discussão de como pensar o feminismo para além de questões identitárias. Em outras palavras, esse questionamento gira em torno de compreender como essas identidades ganham consistência ontológica.

É nesse sentido que Judith Butler segue uma mesma linha que Michel Foucault, embora haja um deslocamento de foco, uma vez que Foucault não chegou a tematizar o gênero. Do mesmo modo como Foucault desconstruiu a ideia da sexualidade como uma espécie de raiz da natureza, Butler (2013) incorpora esse modo de pensar e de problematizar,

acionando essas estratégias argumentativas e essa maneira de colocar as questões e as dirigindo para o gênero. A autora faz, assim, uma genealogia política da ontologia de gênero ou, ainda, uma crítica política ao gênero pensado como ontologia. Dizendo de outra forma, uma crítica que tenta mostrar como é que sujeitos generificados são constituídos, enraizados, materializados e produzidos por relações de poder e de saber.

Deste modo,

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2013, p.25, grifos da autora).

A autora preza, assim, por um processo de desnaturalização do gênero, passando pela desconstrução do gênero como natureza e por um questionamento de que o gênero seria puramente uma construção social. Para ela, o grande problema do construcionismo estava no fato de que se preservava intocado o âmbito da natureza: apenas o gênero era discutido e o sexo como ficção ontológica não era desconstruído. Ou seja, mantinha-se o sexo intocado, como ponto de referência a partir do qual os dois gêneros possíveis eram definidos. Por esse motivo, para Butler (2013), se torna necessário considerar os processos produtivos do próprio sexo, e, para isso, ela propõe que o gênero seja entendido como performativo. O conceito de performatividade deve ser compreendido “[...] não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2013, p. 154). Isso quer dizer que o gênero é feito e refeito por meio de uma reiteração performativa de normas regulatórias, que se dá através de uma operação linguística, pela qual os discursos produzem os efeitos do que nomeiam, objetivando uma produção de corpos heterossexuais. Ou seja, a performatividade é a forma encontrada por Butler (2013) para pensar como se forma, ou melhor, como se forja, como se produz a realidade “ser homem” ou “ser mulher”. É por meio desse conceito que a autora mostra como o gênero se constrói como essa ficção de algo dado, e é justamente por ser uma ficção que o gênero precisa ser, a todo o momento, reiterado.

É nesse sentido de constante reiteração da norma que, após conseguirem excluir qualquer menção ao gênero e à sexualidade do PME de Curitiba, as vereadoras submetem à

Câmara Municipal um Requerimento de Pedido de Informações Oficiais do Município que visava acabar com as discussões relacionadas à diversidade no âmbito das escolas municipais.

QUADRO 11 – REQUERIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO CÓDIGO 062.00056.2016

Tipo
Requerimento de Pedido de informações oficiais do Município
Iniciativa
Diversos vereadores
Usuário autor
Valdemir Soares Gab.Ver.Valdemir Soares
Estado
Aprovada e concluído atendimento na CMC
Ementa
Solicita informações à Prefeitura Municipal de Curitiba sobre cartilhas de orientação sexual e identidade de gênero.
Texto
<p>Requer à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Curitiba, solicitando as seguintes informações:</p> <p>Existem cartilhas versando sobre a orientação sexual e identidade de gênero nas bibliotecas das escolas da rede de ensino municipal?</p> <p>Como estas cartilhas foram encaminhadas às escolas municipais já que as referências aos termos "orientação sexual" e "identidade de gênero" foram excluídas do Plano Municipal de Educação?</p> <p>Necessário se faz o recolhimento destas cartilhas, devendo ser informado a este Poder Legislativo os locais e a quantidade de material que foi recolhido.</p>
Justificativa ou Mensagem
<p>Este Poder Legislativo tomou conhecimento de que escolas da rede municipal de educação receberam cartilhas de orientação sexual e identidade de gênero que se encontram nas bibliotecas destas instituições e que também estão sendo distribuídas aos alunos. Quando da aprovação do Plano Municipal de Educação, foram retirados do texto todas as menções referentes aos termos "orientação sexual", "diversidade" e "identidade de gênero", sendo o referido projeto sancionado pelo Prefeito sem qualquer veto.</p>

A distribuição de cartilhas relativa aos temas mencionados demonstra o **desrespeito do Poder Executivo com a legislação vigente, sendo necessário recolhimento das cartilhas em todas as escolas municipais, não podendo mais as mesmas serem distribuídas aos alunos.** (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).

O requerimento data de Fevereiro de 2016 e tinha o objetivo de recolher cartilhas sobre orientação sexual e identidade de gênero do interior das bibliotecas das escolas municipais. Sendo o Plano de Educação um documento com força de lei, os vereadores utilizam a exclusão das discussões referentes ao gênero e à sexualidade do PME como justificativa para retirada dessas cartilhas das escolas, alegando que a permanência e a distribuição desse material seriam “um desrespeito do Poder Executivo com a legislação vigente”. Como é possível observar no QUADRO 11, o requerimento foi aprovado e teve seu atendimento concluído na Câmara Municipal de Curitiba, o que indica que as cartilhas foram retiradas das bibliotecas das escolas.

5.2 Ideologia, diversidade e escola

Anterior ao requerimento apresentado no QUADRO 11 há um projeto mais ambicioso de autoria do vereador Chicarelli, mas de iniciativa de diversos vereadores, que pretendia acrescentar um parágrafo único ao Artigo 172 da Lei Orgânica do Município de Curitiba, mas acaba sendo arquivado após seu último trâmite em Janeiro de 2017, devido ao término do mandato dos vereadores.

QUADRO 12 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 001.00005.2015

Tipo
Projeto de Emenda à Lei Orgânica
Iniciativa
Diversos vereadores
Usuário autor
Chicarelli

Signatários
Ailton Araújo, Aladim Luciano, Cacá Pereira, Carla Pimentel, Chicarelli, Chico do Uberaba, Cristiano Santos, Dirceu Moreira, Dona Lourdes, Geovane Fernandes, Jairo Marcelino, Jorge Bernardi, Mauro Ignácio, Noemia Rocha, Professor Galdino, Rogerio Campos, Sérgio R. B. Balaguer (Serginho do Posto), Tiago Gevert, Tito Zeglin, Toninho da Farmácia, Valdemir Soares, Zé Maria
Estado
Arquivada por final de legislatura
Ementa
<p>Acrescenta parágrafo único ao Art. 172 da Lei Orgânica do Município de Curitiba.</p> <p>Art. 1º O artigo 172 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:</p> <p>"Art. 172.</p> <p>Parágrafo único: “Não será objeto de deliberação qualquer proposição legislativa que tenha por objeto a regulamentação de políticas de ensino, currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero ou o termo 'gênero'”</p> <p>Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Palácio Rio Branco, 08 de junho de 2015</p>
Texto
Diversos Vereadores infra-assinados, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição: Projeto de Emenda à Lei Orgânica
Justificativa ou Mensagem
<p>Esta mudança na Lei Orgânica do Município de Curitiba, acrescentando parágrafo único ao artigo 172, capítulo que trata sobre educação, se faz necessária, pois não podemos permitir que tais assuntos de igualdade de gêneros, tão complexos e ainda sem muitos estudos sobre o assunto, sejam discutidos num ambiente municipal escolar, envolvendo professores e alunos de até 11, 12 anos, extinguindo a responsabilidade da família de discutir e instruir tal assunto em casa.</p>

A matéria tratada nessa proposta de Emenda a Lei Orgânica objetiva **evitar uma medida muito prejudicial à saúde física e mental de nossas crianças**, e da sociedade como um todo, tanto no curto prazo, como para o futuro.

Contextualizando, em junho de 2014 foi aprovado, pela Lei Federal nº 13.005, o Plano Nacional da Educação, do qual consta, dentre outros, que os Municípios devem editar os seus planos Municipais de Educação para os próximos 10 anos.

Nessa toada, vem surgindo nos últimos anos, **uma corrente denominada 'ideologia de gênero' que contrariando até mesmo a teoria da evolução, a biologia e tudo o mais que já se ouviu falar, tenta implantar a ideia de que o ser humano não nasce homem ou mulher, mas constrói a sua identidade ao longo da vida.**

E com essa ideologia, pretendem implantar, também no ensino, essa prática, no sentido de excluir toda e qualquer forma de identidade feminina e masculina, deixando nossas crianças sem qualquer referência de identidade como pessoa e seu papel social.

Isso é dizer a Deus que ele errou, que não existe homem e mulher e que esta condição deve ser escolhida durante o amadurecimento psicológico e da personalidade da criança. A ideologia de gêneros é uma tentativa de acabar com valores e princípios que constituem a instituição família.

É evidente que a nossa Carta Maior prevê, e isso deve mesmo ser respeitado e propagado, o respeito à dignidade da pessoa humana, os direitos humanos, o respeito à intimidade e à vida privada, dentre muitos outros direitos fundamentais insertos no art. 5º.

Muitas comunidades no Brasil já tem se posicionado e buscado **defender os valores familiares**, tendo sido vitoriosos no Plano Nacional da Educação que previa essa ideologia no texto original do Projeto e, ao depois, foi votado e excluído por pressão da sociedade.

Do mesmo modo, no âmbito de nosso Município, dada a previsão em Lei Federal para legislarmos sobre o Plano Municipal de Educação, **estamos evitando que discussão de cartilhas e materiais que despertam este assunto e que possam alienar nossas crianças com desenhos e poucas palavras nestes encartes**, orientem um tema e condicionem um direcionamento ao que se pretende como objetivo nestes materiais.

É preciso, nos anteciparmos e como diretriz geral de educação na cidade de Curitiba, que não se regule o Plano Municipal de Educação, nem leis ou outras normas, que incluam ou defendam a ideologia de gênero, **expressa ou subliminarmente**,

ainda pelo **uso do termo 'gênero' ou 'orientação sexual'**.

Assim, a prescrição que se pretende aprovar, está sendo inserida na nossa Lei Orgânica, ou seja, para que seja **premissa essencial a ser observada em qualquer tipo de instrumento educativo que venha a ser promovido para as nossas crianças e jovens, e também como proteção da família e da sociedade.** (CURITIBA, 2015, grifos do autor, negritos meus).

É interessante perceber que esse Projeto de Emenda à Lei Orgânica foi enviado ao protocolo em 08 de Junho de 2015, ou seja, é uma proposta anterior à aprovação do PME de Curitiba que já sintetizava as principais justificativas desse movimento contrário à “ideologia de gênero”. O Artigo 172, em que este projeto pretende acrescentar parágrafo único, está inserido no Capítulo III “Da educação, da cultura e do desporto”, na Seção I “Da educação” da Lei Orgânica do Município e estabelece que “Compete ao Município elaborar o Plano Municipal de Educação, respeitadas as diretrizes e normas gerais estabelecidas pelos Planos Nacional e Estadual de Educação, com fixação de prioridades e metas para o setor”. Ao adicionar um parágrafo único que limita a regulamentação de políticas públicas de ensino, de currículo escolar e de disciplinas obrigatórias, complementares ou facultativas que apliquem a “ideologia de gênero”, fica evidente que há aqui outra centralidade: a da escola. Ou melhor dizendo, a centralidade assumida pelo gênero na condução desse movimento conservador tem a escola como seu local de aplicação.

É nesse contexto que a suposta proteção das crianças se encaixa perfeitamente. A defesa da inocência dos filhos e a construção desse imaginário da infância como algo imaculado, primordialmente bom e puro toma esse cenário justamente para nomear onde, quem e o que estaria poluindo essa infância. Se essa defesa da inocência das crianças for entendida como uma economia de opiniões (SEFFNER, 2016) fica evidente o porquê de ser tão interessante para esse movimento ultraconservador que não haja materiais ou discussões ligadas à diversidade no ambiente escolar. Como mostra o QUADRO 12 os vereadores consideram que a distribuição de materiais e as discussões referentes ao gênero e à sexualidade na escola estariam deixando as crianças sem uma referência de identidade e as alienando por meio de imagens, palavras e assuntos sem estudos. Ao desqualificar a produção científica produzida pelos estudos de gênero e delegar à família a responsabilidade de instrução fica mais fácil manter essa suposta inocência, uma vez que as crianças conheceriam uma única coisa sobre gênero e a sexualidade: aquilo que foi ensinado pelo pai e pela mãe. Contudo, a entrada das crianças na escola acaba com qualquer projeto possível de economia

de opiniões, já que a escola é, por si só, esse lugar de socialização e de perda da inocência com relação ao mundo. Há um temor aparente de que qualquer debate ou ação pedagógica nas escolas que leve os sujeitos na direção de outras experimentações possa “confundir” os estudantes e acabar com a certeza desse processo dito biológico e natural – um sexo que corresponde a um determinado gênero e que apresenta, por sua vez, um desejo heterossexual – que é amplamente pregado por esse movimento conservador. (SEFFNER, 2016).

Butler (2013) já demonstrava que é essa presunção da heterossexualidade que produz dois sexos, dois gêneros e o desejo entre eles. Isto é, a heteronormatividade é essa matriz de estruturação de relações de poder, é esse elemento que as dá sentido e que organiza uma continuidade e uma coerência entre o sistema sexo-gênero-desejo. Entretanto, essa articulação, ao produzir seus efeitos de realidade – o homem, a mulher, o masculino, o feminino e a heterossexualidade – produz, também, o desvio. É por isso que o defensor da norma não pode jamais descuidar, o que demonstra, ainda mais, a fragilidade do sistema. Em outras palavras, o sistema não funciona de maneira perfeita, o sistema enquanto tal é falho, ele produz a sua própria divergência e, por esse motivo, esse princípio de organização precisa ser, a todo tempo, reiterado. E o que seria a exclusão dos termos gênero, orientação sexual e diversidade do documento que define as metas educacionais para os próximos dez anos no município de Curitiba, senão a reiteração desse princípio de organização?

Nesse contexto de exclusão de termos do PME de Curitiba foi possível notar, por meio das emendas analisadas no decorrer dessa pesquisa, que o termo diversidade foi também um dos inimigos a serem combatidos. Mesmo que o gênero tenha figurado como o papel central nesse movimento ultraconservador que tomou o cenário político-educacional, a exclusão da noção de diversidade foi bastante significativa.

É a partir de 1960, com o movimento homossexual e com a segunda onda do movimento feminista e suas produções sobre o conceito de gênero que começa a surgir um apelo à diversidade como forma de dar visibilidade aos sujeitos que eram discriminados e violentados por sua condição de classe, raça e etnia e, sobretudo, por sua condição sexual e de gênero. Esses movimentos liberacionistas filiados, na maioria das vezes, a uma concepção marxista e posteriormente a uma abordagem etnicista (SPARGO, 2006), lutaram para conseguir legitimação das suas identidades e marcar sua posição como sujeito de direito.⁷⁴ Já no Brasil essa noção de diversidade chega nos anos 1990 e se consolida a partir dos anos 2000

⁷⁴ Para saber mais sobre esse panorama das lutas pela liberação sexual ver Sierra (2013).

ligada ao estabelecimento de posições fixas e identidades bem estabelecidas. Desde então, esse termo passa a ser constante no vocabulário político, social, midiático e, principalmente, educacional. Essa associação entre identidade e diversidade possibilitou, ainda, a criação de uma parceria entre movimentos sociais e Estado, consolidada no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que se estendeu até o governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff. Assim, essas políticas para a diversidade, além de balizarem a regulamentação de projetos e currículos educacionais, se consolidaram na forma de programas, planos e conferências – como a 1ª Conferência Nacional LGBT, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT e Programa Brasil sem Homofobia (criado com o apoio do movimento LGBT brasileiro), por exemplo – e na criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres e da Secretaria de Direitos Humanos. (SIERRA, 2013). Ou seja, por mais que antes fizessemos a crítica a essa parceria entre movimentos sociais e Estado, ela produziu uma série de avanços que se utilizou da noção de diversidade e promoveu um combate à omissão de sujeitos historicamente excluídos e violentados por uma educação e uma escola feita aos moldes da classe média, branca, machista, homofóbica, lesbofóbica, transfóbica... Isto é, houve avanços significativos nos últimos anos no que diz respeito à população LGBTI e isso provocou uma certa “reação” dos setores mais conservadores da sociedade, que se utilizaram de diversas estratégias para retomar o campo em que haviam perdido. A educação é um desses campos, e excluir termos como diversidade é uma das estratégias.

Além da exclusão de termos relevantes para o campo educacional é interessante notar o uso que esse movimento faz da palavra ideologia. Em entrevista, concedida a Alexandre Fontana em 1977, Michel Foucault traça uma relação mais próxima entre verdade e poder e demonstra três razões pelas quais considera “difícilmente utilizável” a noção de ideologia.

A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (FOUCAULT, 1988, p. 07).

Não é sem precauções, mas sim de uma maneira muito bem planejada que a ideia de ideologia é associada ao termo gênero. No Brasil essa associação tem uma particularidade

vantajosa: ela ganha ainda mais força porque as pautas ligadas à diversidade foram a tônica do PT, partido taxado de comunista inúmeras vezes. Mas, além disso, esse movimento ultraconservador une questões de gênero e marxismo de uma forma cada vez mais porosa. Assim, eles aproximam a ideia de ideologia de um marxismo determinista e pouco sofisticado dizendo que a ideologia encobre o verdadeiro propósito. Isto é, na construção idealizada por eles, ideologia é sinônimo de mentira.

Utilizando essa construção de ideologia como mentira é que esse movimento conservador conseguiu vincular o gênero a uma ideia de doutrinação marxista e de destruição da identidade feminina/masculina e da família. Exemplo disso são algumas frases levadas em cartazes na sessão de votação do PME de Curitiba.

FIGURA 5 – SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA



FONTE: Reprodução *Facebook* (2015).

FIGURA 6 – MANIFESTANTES “PRÓ-FAMÍLIA” NA SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME DE CURITIBA



FONTE: Reprodução *Facebook* (2015).

FIGURA 7 – INTERIOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA NA SESSÃO DE VOTAÇÃO DO PME



FONTE: Reprodução *Facebook* (2015).

“Homem é homem, menino é menino, macaco é macaco... chamemos cada qual pelo seu nome” e “Deus fez homem e mulher. Macho e fêmea” são os dois dizeres presentes nos cartazes das manifestantes em destaque na FIGURA 7. Esses enunciados sintetizam o argumento central dessa pesquisa ao demarcarem e defenderem, explicitamente, uma continuidade entre sexo e gênero. O que tenho apostado aqui é que o gênero tem sido a centralidade desse movimento conservador já desde a construção do nome dado a esse fenômeno. Não se fala em ideologia do sexo, ideologia gay ou em ideologia da diversidade (que daria um leque de possibilidades bem mais amplo), se fala em “ideologia de gênero” porque o gênero é o problema. Butler (2013) já demonstrava que todos têm um problema com o gênero, uma vez que não é possível pensar o sexo sem o gênero, e o sexo e o gênero sem o desejo, onde há uma certa articulação dos opostos se atraindo. E é aqui, que a norma se constitui como esse lugar inabitável, já que ninguém cumpre ou descumpre completamente esse encadeamento entre sexo-gênero-desejo. Desse sistema, a heteronormatividade é o princípio de organização a partir do qual homem e mulher se transformam em seres consolidados. Homem e mulher são, assim, resultados, são efeitos de configurações de poder⁷⁵. Isto é, essa divisão binária faz sentido somente a partir de uma determinada norma, que é a norma da heterossexualidade, entendida aqui não como dado da natureza, e sim como uma matriz de estruturação, como um elemento que dá sentido às relações de poder, enfim, como um regime normativo.

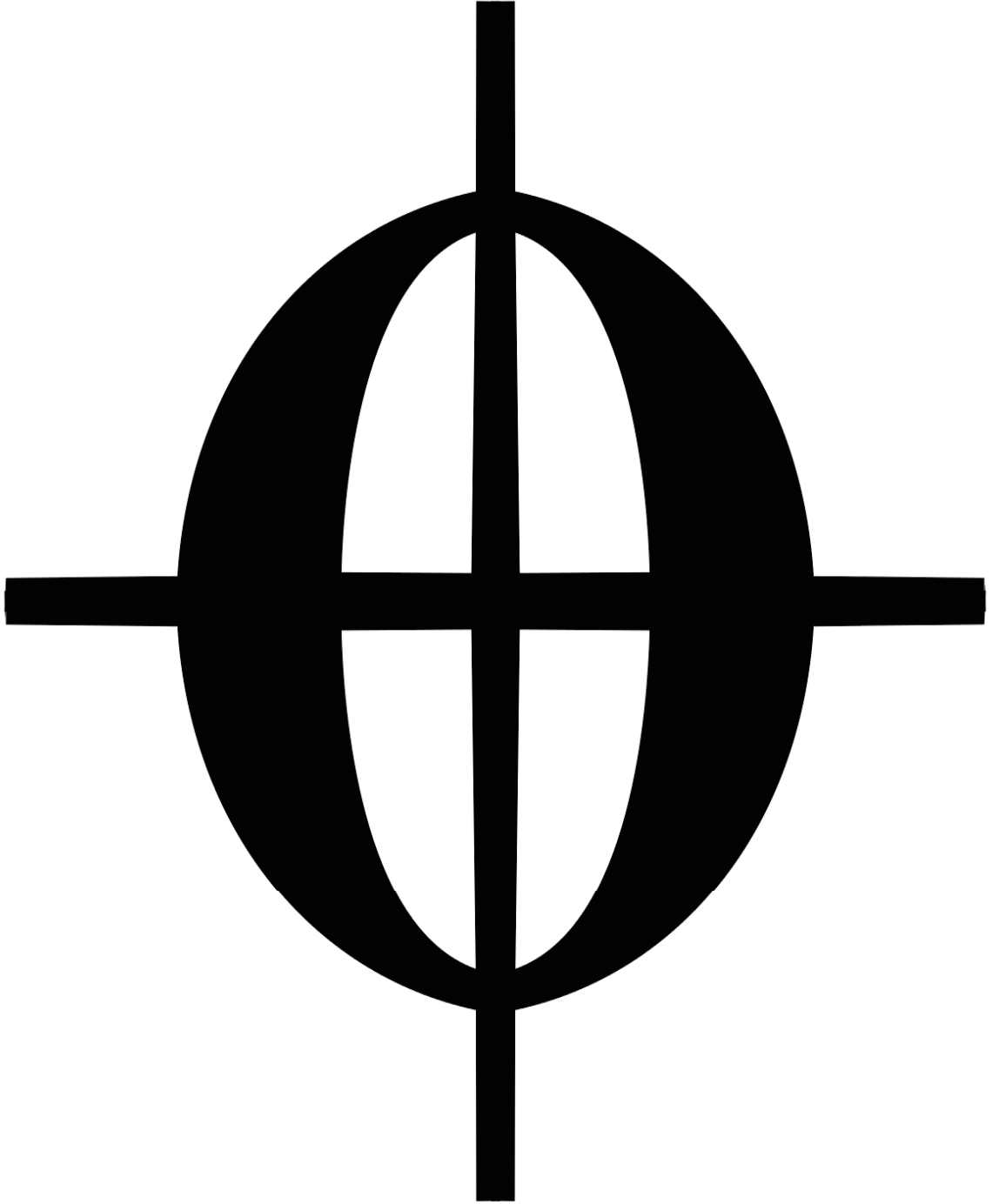
A partir desse referencial é que meu argumento vai no sentido de que o gênero, mais que a orientação sexual, tem ocupado um papel central, tem sido o principal alvo desse movimento conservador. Foi em torno do gênero que todo esse movimento de exclusão de termos dos Planos de Educação aconteceu. Essa falta de coerência entre sexo e gênero é o que causa o maior medo. Essa incoerência deve ser contida, medicalizada, ela é passível de extermínio e não é digna nem do espaço privado. Por outro lado, parece que as práticas não-heterossexuais não estão mais sendo vistas como uma patologia, uma anormalidade, ou um desvio da norma, mas sim como algo incompreensível, ou ininteligível (BUTLER, 2013) que não seria digno de direitos como o casamento, a transmissão de bens, a adoção e o estatuto de família. É como se essas práticas – do ponto de vista conservador presente nas justificativas das emendas do PME e dos enunciados da sessão de votação – fossem insuportáveis para o

⁷⁵ Aqui é importante salientar que Butler (2013) nunca afirmou a inexistência do gênero, mas negou a ideia de que o gênero é algo dado, fundamental e definidor de um ser. Em outras palavras, a autora desmonta a ideia de que há o homem e a mulher e de que isso é um fundamento, argumentando que para pensar o gênero não basta apenas pensar a distinção entre homem e mulher, mas é preciso, sobretudo, entender o sistema no qual diferenciar homem e mulher é imprescindível.

espaço público, dignas apenas do espaço privado. É como se essas práticas estivessem tentando abalar aquela frequente afirmação de que a família (heteronormativa) é o pilar da sociedade. Contudo, se tensionada minimamente essa afirmação já perde suas forças: 1) a família já tem diferentes configurações, seja ela formada por pai, mãe e filhos, ou por duas mães, ou dois pais, por tios, tias, avós, avôs, ou por uma união de pessoas sem filhos e sem relações de sangue; 2) há métodos de reprodução assistida e casas homossexuais já podem adotar crianças; 3) o direito ao casamento e à herança já foram adquiridos.

Além desses deslocamentos é interessante notar como que para esse movimento que defende a moral e os bons costumes a base de algo público, que é a sociedade, está em uma instância privada, que é a família. Uma família que estaria sendo constantemente ameaçada e que precisa ser salva (FIGURAS 5 e 6). Mas não há salvação, porque talvez essa família defendida por eles nunca tenha existido. Mas essa busca pelas origens não é a questão. A questão é que os temas de gênero e sexualidade têm habitado muito mais do que o campo político-educacional, eles “chegaram ao terreno da alta política e dizem respeito hoje em dia aos rumos de nossa democracia” (SEFFNER, 2016, p.2). É nesse sentido que tenho apostado que possamos aprender algo com essa batalha que se travou contra o gênero: enfim, essa intensa luta por sentidos que se constrói desde muito antes da aprovação dos Planos de Educação possa, talvez, nos mostrar que tanto à direita quanto à esquerda a naturalização do gênero tem implicações violentas.

6. CODA



Desse movimento fundamentalista que se inicia no período de votação do Projeto “Escola sem Homofobia”, passando pelo Projeto “Escola sem Partido” até a questão de gênero nos Planos de Educação, o que se tem como resultado é um aglomerado de ações e projetos de lei que visam cada vez mais à norma heterossexual, fazendo com que as conquistas do movimento LGBTI sejam colocadas em risco. Nesse sentido, pode se dizer que antes nos questionávamos sobre o paradoxo a partir do qual se desenvolveram as políticas de inclusão da população LGBTI. Tratava-se de um paradoxo que envolvia, por um lado, as demandas de inserção no mercado de trabalho em uma lógica de governamento neoliberal e por outro lado, o controle dos corpos por meio de dispositivos de normalização. Portanto, ao mesmo tempo em que era necessária a produção de um sujeito de direito para construção de políticas públicas, definir uma identidade gerava dispositivos de captura e a exclusão de sujeitos que não se encaixavam naquele padrão. Criava-se, assim, um gradiente de normalização que imputava aos sujeitos LGBTI um modo de viver a sexualidade mais próximo ao modelo hegemônico branco, heterossexual e de classe média, de forma que indivíduos que se afastavam daquele modelo estavam propensos a não serem contemplados por aquelas políticas públicas. (MOREIRA, 2016). O ponto central das agendas de pesquisa era, então, investigar essa lógica identitária de inclusão, desconfiando de uma parceria entre os movimentos sociais e o Estado que não questionavam a norma heterossexual. Talvez, nesse momento, essa questão não seja mais o foco, uma vez que parece que não há mais uma parceria firmada entre os movimentos sociais LGBTI e o Estado, parece que o que há, de fato, é um panorama ultraconservador, bem diferente do das políticas de inclusão.

Desse modo, apesar de esta dissertação não ter pensado mais diretamente as formas de resistência a esse movimento conservador que tem tomado vários planos da vida dos sujeitos – uma vez que estive mais atenta aos mecanismos de captura e de controle de corpos e condutas que esse cerceamento da linguagem no plano legislativo tem instaurado – há, nessa pesquisa, uma inspiração *queer*. Claro que, nesse sentido, o *queer* não é aqui entendido como uma identidade, um adjetivo dado a um sujeito, mas sim como uma prática, “uma atitude diante da vida” (SIERRA, 2013, p. 157). Foi assim, com essa inspiração de resistência, que propus uma investigação em torno da “ideologia de gênero”, tentando mostrar suas condições de emergência e suas manifestações no âmbito educacional, principalmente a partir das emendas feitas ao PME de Curitiba. Nessa lógica, após perseguir os estudos pós-estruturalistas em todo o trajeto percorrido pela pesquisa, não faria sentido propor um tipo de conclusão desse trabalho que intenta sempre a descoberta de uma verdade, a confirmação das hipóteses lançadas, a proposição de um caminho a ser seguido, ou ainda uma grande resposta

a todas as perguntas. Ao inverso disso, proponho que a finalização dessa pesquisa seja entendida só como uma parte de um processo de muitas inquietações, como é a *coda* de um ballet. Ela é o final da coreografia, mas não do espetáculo.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. II. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BRASIL. **Projeto de lei Nº 8.035-B de 2010**. Câmara dos Deputados, Brasília, 2012a.
- BRASIL. PLC n. 103/2012 - **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Senado Federal, Brasília, 2012b.
- BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Brasília, 2014.
- BRASIL. Projeto de Lei N. 867, de 2015. **Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido"**. Brasília, Câmara Federal, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/EWfaVK>>. Acesso em 24 Maio 17.
- BRASIL. Projeto de Lei Nº 193, de 2016. **Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o "Programa Escola sem Partido"**. Brasília, Senado Federal, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. Campinas: UNICAMP, 1998. 145 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Campinas. Campinas, 1998.
- _____. **Gênero e sexualidade na escola**: produzindo corpos, narrativas e significados. Fazendo gênero. Florianópolis p.1-6, Ago 2008.
- _____. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “epistemologia”. **Educar em Revista**, n. 35, p. 37–51, 2009.
- _____. **(Des)governos**: corpo e sexualidade ou “Pânico Moral” e (des)governos do corpo e da sexualidade. Submetido à publicação, 2016.
- CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. Governo dos corpos e escola contemporânea: pedagogia do *fitness*. **Educação e Realidade**. V. 34, n.2, p.119-134; 2009.
- COELHO, Fernanda Marina Feitosa; SANTOS, Naira Pinheiro dos. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. **Religare**, v.13, n.1, julho de 2016, p.27-48.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PERUANA. *La ideologia de género: sus peligros y alcances* Lima, Peru, 1998. Disponível em: < <https://goo.gl/8vKYPc> > Acesso em: 24 Maio 17.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. **A propósito da ideologia de género.** Fátima, Portugal, 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/1ZEdme> > Acesso em 17 Ago 17.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para novos pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação.** Rio de Janeiro: DPeA, 2002.

CURITIBA. Fórum Municipal de Educação. **Regimento Interno.** 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/ZtKKNq> > Acesso em: 13 Mar. 2017.

CURITIBA. Lei Nº 14.681, de 24 de Junho de 2015. **Aprova o Plano Municipal de Educação – PME, da Cidade de Curitiba.** Câmara dos Vereadores. Curitiba, 2015.

DAL’LGNA, Maria Cláudia. **Família S/A: um estudo sobre a parceria família-escola.** Porto Alegre: UFRGS, 2011. 182p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias,** 2ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ENS, Romilda Teodora. *et al.* Política Educacional: Participação democrática no Plano Municipal de Educação de Curitiba. **Interacções,** Paraná, N. 40, p. 89-109, 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/sfJRBY> >. Acesso em: 22 Maio 17.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa,** n114, p. 197-223; 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. Verdade e Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 1-14.

_____. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** V. 1. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **Microfísica do poder.** 19 ed. São Paulo: Graal, 2004.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005

_____. **Dits et écrits IV.** Paris: Gallimard, 2006.

_____. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal *Amoris Laetiti* (sobre o amor na família), 2016. Disponível em: < <https://goo.gl/t8TfRU> >. Acesso em 22 Maio 17.

JOÃO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Evangelium vitae** (Sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana). São Paulo: Loyola, 1995.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro; 2001.

LANGNOR, Carolina. **Novos feminismos: perspectivas sobre o movimento estudantil feminista na universidade federal do Paraná**. Curitiba: UFPR, 2017. 128 f Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Petrópolis; Vozes, 1997.

_____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte: FAE/UFMG, n.46, p. 201-218, 2007.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

MATIAS, Daniel. **Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação Análise Psicológica 1 (XXV)**, p. 149-152, 2007.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009. N.21

MOREIRA, Jasmine. **Janelas fechadas: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014**. Curitiba: UFPR, 2016. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Pequim, 1995. Disponível em: <<https://goo.gl/DBqPvA>>. Acesso em: 22 Maio 17.

PAULO VI, Papa. Carta Encíclica *Humanae Vitae*. (sobre a regulação da natalidade), 1968. Disponível em: <<https://goo.gl/wBrmeU>>. Acesso em: 22 Maio 17.

PERROT, Michelle. Église, sexe et genre: la part maudite. In: MAÎTRE, Jacques; MICHELAT, Guy (Orgs.). **Religion et sexualité**. Paris: L'Harmattan, 2002. p. 193-199.

PRECIADO, Paul. **Quem defende a criança queer?** 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/hlib4E>>. Acesso em 22 Maio 17.

RAGO, Margareth. Prefácio: libertar a adolescência. In: CÉSAR, Maria Rita de Assis. **A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality and lesbian existence. ABELOVE, H.; BARALE, M.A; HALPERIN, D.M (Ed) **The lesbian and gay studies reader**. New York: Routledge, 1993; p.227-254.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: **Educação e Realidade**, v. 20, Nº 02, jul./dez., 1995.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. **Reunião Científica Regional da ANPED**, Curitiba, 2016.

SCHWENDLER, Sônia de Fátima. Feminismo camponês e popular: práticas, saberes e discursos de gênero, construídos nas conexões sociais e políticas dos movimentos sociais do campo. In: TAMANINI, Marlene; BOSCHILIA, Roseli; SCHWENDLER, Sônia de Fátima (Org.). **Teorias e políticas de gênero na contemporaneidade**. Curitiba, Ed. UFPR, 2017.

SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível**: o governamento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para teorização político-educacional LGBT. UFPR, 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a Teoria Queer**. Rio de Janeiro: Pazulin; Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

SVIATOSLAV SHEVCHUK, Arcebispo. *Concerning the Danger of Gender Ideology*, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/LRKfQp>> Acesso em 02 Mai 17.

VATICANO. **Família, Matrimônio e “União de Fato”**. Conselho Pontifício para a Família, 2000. Disponível em: < <https://goo.gl/aTgZW1>> Acesso em: 02 Set. 2017.

VEIGA-NETO, Alfredo. **A ordem das disciplinas**. Tese de Doutorado. UFRGS, 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

_____. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Ecopolítica: um novo horizonte para a biopolítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, RS, p. 31-49, 2014.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

WOOLF, Virginia. **Between the acts**. London: Penguin Books, 1992.

APÊNDICE

TRADUÇÃO DO TEXTO “EGLISE, SEXE ET GENRE: LA PART MAUDITE”

Doutrina romana e práticas sexuais

IGREJA, SEXO E GÊNERO:

A PARTE MALDITA

Michelle Perrot

As comunicações que venho comentar são de uma riqueza grande, tanto em suas análises detalhadas quanto em suas perspectivas de grupo. Historiadora da vida privada e das mulheres durante o século XIX, eu conheci e encontrei frequentemente a Igreja, que mantém o controle supremo na educação das meninas, que devem ser criadas "nos joelhos da Igreja", de acordo com Mgr Dupanloup. Porém, reconhecendo que não sou especialista desse campo, me limitarei a algumas observações gerais e questionamentos.

1. Os primeiros se preocupam com a relação de longa duração entre Igreja e sexualidade. A recusa de uma sexualidade ou prazer, comparados ao pecado, até mesmo ao pecado por excelência, parece a mim quase como a fundação do Cristianismo, pelo menos com os pais da Igreja, em particular Santo Agostinho e São Jerônimo, que expressavam um desgosto profundo pelo negócio carnal e seu comércio. "Ei! O que!", exclama o primeiro, “a união conjugal que, de acordo com as prescrições do código matrimonial visa à reprodução de crianças, não procura, embora lícita e honesta, um quarto fechado para qualquer testemunha? O ato justificável e legítimo dos esposos, sendo desejado e podendo ser conhecido, não é menos vergonhoso caso seja visto. (...) Por quê? Porque o que cede à natureza vem com uma vergonha que vem do pecado” (Collin, Pisier, Varikas, 2001, p. 96).

Qual é a parte do estoicismo, da dominação de si, envolvendo um uso medido dos prazeres e um "regime" moderado da sexualidade? Michel Foucault e Paul Veyne tentaram refletir sobre isto (Foucault, 1984 a, b). Que papel jogaram as grandes heresias primitivas, como o arianismo? Por que esta aliança, apesar de tudo, singular, entre a carne maldita e o pecado? Por que e como a naturalização heterossexualidade como única e, posteriormente, a sacralização do matrimônio?

Ainda assim, a condenação do pecado da carne é reiterada, reformulada em circunstâncias diversas, com modalidades diferentes que resistem à modernidade e à ciência. O último, pelo contrário, é chamado ao resgate, para fortalecer a posição da Igreja. Os médicos católicos nos séculos XIX e XX se apoiavam na descoberta do ciclo feminino de ovulação para regular as relações conjugais que só poderiam obedecer aos ritmos "naturais.". Assim como o ultrassom permite aos oponentes do aborto enfatizar a humanidade do feto. A sexualidade é hoje a linha Maginot de uma moral na qual João Paulo II seria o guardião, inflexível e afligido.

Tempos de severidade fortalecida e momentos mais relaxados se alternam durante os séculos, como sugerido por Guy Michelat e Janine Mossuz-Lavau, cujas lembranças de uma jornada sexual da Igreja seriam fascinantes para testar a teoria. O rigor medieval, sublinhado por Jacques Le Goff, que tem como símbolo a castração de Abélard e a prisão de Héloïse, conseguiu contrastar os tempos modernos. Gostaríamos de saber mais sobre, por exemplo, a casuística de São Alphonse de Liguori, que Claude Langlois evoca. Qual foi sua atitude frente ao sexo e às mulheres, à ausência fantasma deste discurso de clérigos? Mas certamente há bibliotecas inteiras sobre tudo isso...

Sem retornar aos calendários gregos, Claude Langlois revisita o século XIX. Ele insiste em um endurecimento da Igreja, hierarquia e confessores, que Martine Sèvegrand, por sua vez, compreendeu na virada do século em um contexto de ansiedade demográfica ligada à crise da taxa de natalidade e à competição entre a Igreja e o Estado pelo magistério moral. Esta é toda a tese das "Crianças do Bom Deus" (*Enfants du Bon Dieu*) (Sevegrand, em 1995). Realmente não há, parece a mim, discordância entre eles. O que mostra Claude Langlois é a passagem de um tratamento mais insistente, porém discreto, da sexualidade, que não ultrapassa o confessional, para um tratamento "público", também revelado por Martine Sevegrand. Neste processo, qual é o papel dos fatores políticos e demográficos? Qual é a parte da iniciativa de Roma que parece contrariar um relativo laxismo de confessores e clérigos? Qual é igualmente a autonomia das hierarquias nacionais? Há um galicanismo sexual? É evidente que, em todo caso, é importante distinguir o discurso da Igreja das práticas dos fiéis.

“Nós enganamos a natureza assim como os campos”, diria padre Féline (“Catecismo de pessoas casadas”, *Cathéchisme des gens mariés*, Caen, 1782), ao final do século XVIII marcado por uma clara laicização das condutas: Jean-Louis Flandrin mostrou. A Revolução francesa de nada organizou. Daí Claude Langlois nota o desejo pós-revolucionário de recuperar em mãos o que se teve. O retorno à ordem se inscreve na ordem dos corpos. Nós veremos um processo idêntico em Vichy, com a cumplicidade da Revolução nacional (Muel-Dreyfus, 1996).

Outros momentos de "relaxamento" sexual, de acordo com Guy Michelat e Janine Mossuz-Lavau: a década de 1950 e o pontificado de Pio XII. O discurso para as parteiras, de 19 de outubro de 1951, é uma "reabilitação do prazer"? É dito que Deus quis “que o marido e a mulher provem do prazer e da alegria na carne e no espírito”. É isso uma aceitação do método Ogino? Seria uma resposta às angústias dos casais cristãos, como se dá a entender no que está registrado em cartas à abade Viollet, como publicou Martine Sevegrand (1996)? Ao mesmo tempo, por que o “abraço reservado” preconizado por Chanson, despertou uma recusa? Seria por conta do questionamento da existência do prazer feminino, perfeitamente admitido por teólogos do antigo regime? Nós gostaríamos na ocasião de saber mais sobre isto na teologia do matrimônio cristão e no amor carnal no matrimônio. Nós desejaríamos também que se tivesse sido consagrado a Pio XII um estudo comparável àquele que Martine Sevegrand fez sobre “João Paulo II e a sexualidade”. Isso iluminaria o enigmático Pio XII.

2. Eu colocarei, em seguida, a questão do gênero. No presente sentido da pesquisa feminista, a saber, a diferença entre os sexos, tal como é construída pela cultura e pela história, não faz muito sentido para a Igreja, que necessita constantemente reafirmar o primado de uma "natureza" querida por Deus e criada por ele, ancorando sua teologia moral e sexual. Assim, a Igreja, quando se trata da contracepção, não leva em conta nada além dos “meios naturais”. Falemos, mais simplesmente, das relações masculinas/femininas em torno da sexualidade na Igreja e como isso é visto por Ela. Esta questão cruza todas as comunicações, especialmente a de Claude Langlois. Ela teria pedido para ser tratada sistematicamente, especialmente se nós formularmos a hipótese de que a Igreja é uma forma de dominação masculina e de poder simbólico.

Nos primeiros séculos da Igreja, predominaram a representação da mulher como fonte de pecado, a sexualidade como tentação perpétua e o matrimônio como um estado

inferior: até que ponto estes dados fundamentais mudaram? Nós às vezes nos perguntamos sobre o rigor das posições atuais da Igreja.

Porém, as atitudes concretas podem variar. As mulheres às vezes são o objeto de indulgência, visto a tentativa de aliança por parte dos clérigos. Claude Langlois demonstra a respeito dos confessores e conselheiros espirituais do século XIX, por meio de um confessorário das dificuldades das esposas. “Mulher economizada, homem maldito”: é conveniente, o que denunciam Michelet ou Zola (em *Vérité*). Então a dúvida se insinua: as mulheres não são assim tão inocentes. Elas estão mais ou menos dispostas ao “pecado de Onan”, face ao elogio dos maridos que alegremente sabem “prestar atenção”, ou à crítica dos improvidentes, difundindo assim a “fraude”, recorrente até mesmo no aborto para mascarar os fracassos. Assim a condenação das mulheres se faz mais severa. Nós nos revoltamos contra o egoísmo deles, esquecendo de seus deveres. A crítica do individualismo, do feminismo é um dos grandes temas da Igreja de Vichy. “Nós quisemos salvar as mulheres”, um dos sermões do verão de 1940. Claude Langlois nos fala que, em certas paróquias do século XIX, as mulheres eram proibidas de comungar por que elas tinham poucos filhos. As que voltavam à Santa mesa depois da menopausa: propaganda singular dada à intimidade do corpo, agarrada indubitavelmente na confissão. À medida que a privatização da sexualidade avança, essa insinuação da Igreja na privacidade dos casais provoca retração e abandono. Esta é uma das principais causas do afastamento dos fiéis, os homens em primeiro lugar, depois as mulheres, também. Em 1968, *Humanae Vitae* provocou a retirada dessas últimas, envolvidas em lutas feministas pela liberdade da contracepção e do aborto.

A dimensão sexual está estranhamente ausente nos estudos de Franco Garelli sobre as atitudes sexuais dos italianos jovens. Faltavam dados de pesquisa? Eles fizeram perguntas ou não? Esta apresentação da sexualidade jovem como assexuada é uma surpresa. Nós podemos imaginar que a respeito da virgindade ou do aborto, há diferenças entre meninas e meninos. É verdade - e é mais surpreendente quando nós conhecermos o papel de Janine Mossus-Lavau no assunto de que a variável “gênero” é menos levada em conta que a “idade” no estudo que ela apresenta juntamente a Guy Michelat.

A homossexualidade quase não é enfrentada. Ainda agora, ela se impõe na atualidade. No princípio foi a AIDS que dividiu a Igreja, em particular na questão de preservativos. Tendo sido membro do Conselho Nacional da AIDS (de 1989 a 1998), eu tive um número de ecos dos debates deste assunto, pois o Conselho estatutariamente escolheu representantes das religiões principais. Uma publicação como o “Os Cristãos e a AIDS”, da qual o padre Antoine Lion era responsável, é muito rica neste aspecto. Por outro lado, casos

recentes de pedofilia tem um efeito revelador. E Pacs põe de um modo direto a pergunta da legitimidade dos casais homossexuais, enquanto espera a da adoção e filiação. A Igreja não escapará dos problemas de seu tempo.

Outra ausência: os indígenas, todos os que descobrimos na expansão dos Impérios Coloniais, que acompanhavam as missões. Como a Igreja considerou e controlou o corpo deles? Como Ela percebeu as atitudes dos nativos, tanto matrimoniais, sexuais, como práticas como excisão das meninas, etc...? A experiência da Igreja africana teve repercussões em Roma?

3. Finalmente, aqui está o principal, após a leitura destas comunicações, e além: por que esta obsessão, até mesmo este ódio, da carne, da sexualidade e esta profunda desconfiança da mulher no Cristianismo? Desconfiança que informou toda a cultura ocidental judaico-cristã. Por que a sexualidade é uma linha de defesa e afirmação da Igreja hoje, em particular em nome de João Paulo II? “Nós quereríamos saber as razões de um rigor insuportável”, Claude Langlois escreve em conclusão, formulando algumas hipóteses: a necessidade de "compartilhar o modelo ascético" e, mais importante ainda, o desejo de manter a grande família "a única fonte de recrutamento clerical".

Para João Paulo II, Martine Sevegrand dá uma aproximação de biografia moral muito original. Muito cedo, Karol Wojtyla estava interessado na moral, em particular pelo personalismo de Max Scheler, sobre quem eu gostaria de saber mais. Ele tem pontos comuns com o francês Emmanuel Mounier, resolutamente moderno na sua aproximação da questão das mulheres; nós nos lembramos da entrega de “Espírito”, na primavera de 1936: “a mulher também é uma pessoa”, com contribuições muito novas.

Em 1960, Karol Wojtyla publica “Amor e Responsabilidade”, no qual ele desenvolve uma teologia do casal e da sexualidade, inseparável da procriação, e ele afirma que não há outro método aceitável de controle de natalidade se não o “natural”. Esta concepção fica central em seu pensamento e sua ação que produziu em *Humana Vitae* em 1968, que provocou a consternação e a partida de numerosos crentes. Martine Sevegrand sublinha que, desde então, não há nenhum afrouxamento, mas sim um endurecimento, com uma condenação ainda mais firme da contracepção, do aborto, mas também da eutanásia; e nós poderíamos somar a isso o uso do preservativo contra a AIDS, tão problemático para os cristãos homossexuais e africanos, pessoas de risco para a pandemia.

Por que este foco na sexualidade, em detrimento do social, foi muito mais vago? Ela está “pagando”? Ou não? Que efeitos ela têm? As comunicações presentes dão, a respeito

disso, conclusões ambíguas. A sociedade religiosa tem uma certa influência em atitudes relativas à sexualidade. “O que aparece claramente”, escreve Guy Michelat e Janine Mossuz-Lavau, “é que o peso da moral sexual religiosa continua se aplicando em nossa sociedade, e que quanto mais somos sensíveis a isto, somos mais unidos no Catolicismo”. As recentes investigações consolidam neste ponto as mais velhas reportagens de Kinsey (1948) e Simon (1972). Franco Garelli nota a mesma coisa para os italianos jovens. De qualquer forma, este insiste também nas distâncias entre as práticas sexuais (face à virgindade ou ao casamento) e a doutrina tradicional da Igreja. Ele constata uma reabilitação da dimensão do prazer, percebida como feito de um amor que não se concebe sem a sexualidade feliz, e como forma de realização do casal e dos sujeitos no casal. Franco Garelli fala “sob-cultura católica autônoma”, maneira de dizer que ele está longe das prescrições teológicas das condutas cotidianas.

E por que a obstinação da Igreja neste aspecto? Está a ponto de defender uma tradição para preservar o caroço dos fieis muito presos àquilo que consideram, como o rigor moral, a pureza, a castidade, a defesa da vida...? Nós pensamos na ação combinada de associações hostis para o aborto, tipificando os “deixe viver” (“*laissez-les vivre*”), que exerce uma intriga ativa no Vaticano. Ou é um novo tipo de engajamento em todas as questões relativas à reprodução humana, clonagem, bioética, eutanásia, que a evolução da ciência põe de um modo novo? A vida, a morte, o corpo e o sexo são de grande preocupação hoje e, obviamente, interessam à Igreja.

Como não ser golpeado pelo lugar extraordinário do sexo nas sociedades contemporâneas, nesta “vontade de saber” (Foucault, 1976), que Michel Foucault tinha percebido um aumento desde o iluminismo e, especialmente, no século XIX, mas também nas práticas que fazem da indagação de uma sexualidade feliz o critério da felicidade. A prática e a repressão da pedofilia é outro aspecto desta realza do sexo que se fez falar o filósofo, preocupado sobre o desenvolvimento subjacente dos controles e dos padrões: “não ao sexo-rei”.

É como se a Igreja tivesse investido o sagrado na moral sexual, colocando o sexo no coração do religioso para responder a esta religião do sexo que invade a sociedade contemporânea, os livros de Michel Houellebecq fazem um testemunho disto.

Eu ainda formularei algumas observações e perguntas. Sobre a AIDS, que me parece merecer uma atenção particular. Na teologia feminista, que eu conheço, poucos ecos havia neste colóquio que deveriam me interessar particularmente. Finalmente, no erótico dos sonhos: de acordo com as investigações citadas, quanto mais nós somos integrados na prática

religiosa, menos nós temos imagens eróticas em nossos sonhos. Até mesmo a imaginação obedeceria a força da moral. Há uma expulsão no segundo grau que contradiz a ideia de que o erotismo surge exatamente do peso das proibições. O que é o sonho para a Igreja? Há uma teologia dos sonhos? Estas perguntas pertencem mais à sessão sexual intitulada “Ética sexual e psicanálise” (*Éthique sexuelle et psychanalyse*) (da qual eu infelizmente não pude participar).

REFERÊNCIAS

COLLIN Françoise, PISIER Évelyne, VARIKAS Eleni, Les femmes, de Platon à Derrida. Anthologie critique, Paris, Plon, 2001, p. 96.

FLANDRIN Jean-Louis, L'Église et le contrôle des naissances, Paris, Flammarion, 1970.

FOUCAULT Michel, La volonté de savoir, tome 1 de Histoire de la sexualité, Paris, Gallimard, 1976.

_____.L'usage des plaisirs, Paris, Gallimard, 1984a.

_____.Le souci de soi, Paris, Gallimard, 1984b.

MUEL-DREYFUS Francine, Vichy et l'éternel féminin, Paris, Seuil, 1996.

SEVEGRAND Martine, Les enfants du Bon Dieu. Les catholiques français et la procréation, 1919-1969, Paris, Albin Michel, 1995.

_____.L'amour en toutes lettres. Questions à l'abbé Viollet sur la sexualité (1924-1943), Paris, Albin Michel, 1996.

WALCH Agnès, La spiritualité conjugale dans le catholicisme français (XV^e-XIX^e siècles), Paris, Le Cerf, collection « Histoire religieuse de la France », 2002.